

Departamento de Economia

Acerca da Literacia Financeira

Daniela Teles Fernandes

**Dissertação submetida como pré-requisito parcial para a obtenção do Grau de
Mestre em Economia Portuguesa e Integração Internacional**

Orientador:

Prof. Doutor Francisco Camões, Departamento de Economia, ISCTE

Co-Orientadora:

Professora Doutora Maria Clara Ferreira Magalhães, Departamento de Química,
Universidade de Aveiro

Outubro, 2011

Resumo

O aumento da complexidade dos produtos financeiros e a necessidade de sensibilizar a população para a importância da poupança, para os riscos do incumprimento e para o planeamento da reforma, são algumas das razões que explicam a proliferação de programas de educação financeira a nível mundial. Os principais objectivos desta investigação foram precisamente, compreender o que é a literacia financeira, como a promover e porque se defende a sua importância a nível mundial.

A análise efectuada das estratégias de literacia financeira de Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia e Índia, mostra que todas elas procuram melhorar o bem-estar financeiro da população. Contudo, o caminho que cada estratégia adopta para o concretizar tende a variar, face às diferentes realidades sociais de cada país.

Por outro lado, apesar da aposta na promoção da literacia financeira estar a aumentar, constatou-se que não existe consenso na forma como este conceito é definido, nem sobre as características que distinguem uma pessoa financeiramente letrada de uma financeiramente iletrada.

Neste trabalho também é realçado que a educação financeira é apenas um dos elementos que contribui para o bem-estar financeiro dos indivíduos. Outros factores como o emprego, o rendimento, a saúde, a idade e o contexto socioeconómico, também o influenciam. O estudo alerta ainda para a existência de algumas limitações que comprometem a efectividade da educação financeira. Contudo, defende que todo o tipo de iniciativas que promovam a melhoria da literacia financeira, constituem uma mais-valia para os consumidores.

Palavras-chave: Literacia, Literacia Financeira, Educação Financeira, Competências

Abstract

The increasing diversification and complexity of the financial products, as well as the need to raise the people's awareness regarding the importance of saving, risks of failure and retirement planning, are between them, the most predominant motives for the worldwide proliferation of financial educational programs. The main purpose of this research was to comprehend the meaning of financial literacy, how to promote it and understand its importance around the globe.

The studies on the strategies of financial literacy over Portugal, United Kingdom, United States, New Zealand and India, indicate a population's well-being pursuance. However, the path that each strategy adopts to accomplish it, tends to vary, due to the differences of the social contexts of each one of these countries. On the other hand, despite the commitment to promoting financial literacy, it was perceived that there is no consensus on its definition, nor on the characteristics to distinguish a finance literate from a finance illiterate person.

This work also takes into consideration the financial education as one of the components (and not the only component) for the financial well-being of the individuals. Other aspects, such as employment, income, health, age and socio-economic context need also to be taken into account. Additionally, some obstacles, to an effective financial education, are presented in this work. Even though those limitations exist consumers still benefit from the knowledge.

Keywords: Literacy, Financial literacy, Financial Education, Skills

Agradecimentos

Após a concretização da presente dissertação, torna-se impossível não manifestar a minha gratidão para com as pessoas que me apoiaram, foram testemunhas neste processo e prestaram o seu contributo da forma que melhor podiam e melhor sabiam.

Agradeço ao Prof. Doutor Francisco Camões pela inteira disponibilidade e pela paciência com que me orientou, pelas suas preciosas críticas, sugestões e sobretudo por me ter proposto caminhos alternativos que de alguma forma permitissem tornar a investigação mais consistente.

Muito obrigada à Professora Doutora Maria Clara Magalhães por ter aceitado ser minha Co-orientadora, pelo acolhimento na Universidade de Aveiro, pelas suas correcções, sugestões de melhoria e pelas palavras de incentivo.

Aproveito igualmente para demonstrar a minha gratidão para com os meus professores pelos conhecimentos transmitidos nas aulas e que foram úteis na elaboração da presente dissertação.

Agradeço aos meus colegas de mestrado pelo espírito de camaradagem e pela entreaajuda ao longo destes dois anos. Em especial ao Vítor Teixeira pela amizade e inteira disponibilidade, ao António Santos pelos conselhos e pela partilha das dificuldades, ao colega e vizinho Filipe Almeida pelos momentos de lazer nos intervalos do trabalho para tese e ao Timóteo Ferreira por me lembrar alguns aspectos formais, que devem contar neste tipo de trabalhos.

Também não podia deixar de agradecer ao Paul Panetta por me ter acompanhado de forma incondicional ao longo desta caminhada, à Manuela Fontes pela sua generosidade e a todos os meus amigos que me apoiaram durante o período, em que me debrucei inteiramente sobre este trabalho.

Por último, agradeço aos meus pais por me terem dado a vida.

Índice

Capítulo I – Introdução	1
Capítulo II - Definição de literacia financeira e outros conceitos relacionado.....	4
2.1) Considerações iniciais.....	4
2.2) Antes da literacia financeira, o que vem a ser a literacia?.....	4
2.3) As várias definições do conceito de literacia financeira.....	7
2.2) A definição dos conceitos relacionados.....	8
2.2.1) Educação financeira.....	8
2.2.1.2) Diferenças entre educação financeira e literacia financeira.....	9
2.2.2) Inclusão Financeira.....	9
2.2.3) Segurança Financeira.....	11
2.2.4) Bem-estar financeiro.....	11
Capítulo III - Contextualização da literacia financeira em Portugal	13
3.1) A aposta na promoção da educação financeira.....	14
3.2) A liberalização do sector financeiro.....	15
3.3) A relação das famílias com o sistema bancário.....	18
3.4) A evolução da despesa pública, o envelhecimento populacional e porque se diz que é importante poupar para a reforma.....	21
Capítulo IV - As iniciativas de promoção da literacia financeira em Portugal	31
4.1) As iniciativas do sector público.....	31
4.1.1) Portal do Cliente Bancário.....	31
4.1.2) Inquérito à literacia financeira.....	32
4.1.3) Plano Nacional de Formação Financeira.....	32
4.1.4) As actividades da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.....	33
4.1.5) DOLCETA - uma iniciativa da União Europeia.....	33
4.2) As iniciativas do sector privado.....	34
4.2.1) Associação de Instituições de Crédito Especializado.....	34
4.2.2) Associação para a Defesa do Consumidor.....	35
4.3) Alguns programas de educação financeira dos bancos portugueses.....	35
4.3.1) Iniciativas do Millennium BCP.....	36
4.3.2) Programas de educação financeira da Caixa Geral de Depósitos.....	36
4.3.3) Programas de educação financeira do Banco Espírito Santo.....	37

Capítulos V - Estratégias nacionais de literacia financeira	38
5.1) Considerações iniciais.....	38
5.2.1) A estratégia de Portugal.....	38
5.2.2) A estratégia do Reino Unido.....	40
5.2.3) A estratégia dos Estados Unidos da América.....	41
5.2.4) A estratégia da Nova Zelândia.....	43
5.2.5) A estratégia da Índia.....	47
5.3) As diferentes realidades socioeconómicas.....	49
5.4) Diferenças e semelhanças entre as várias estratégias.....	54
Capítulo VI - O que define uma pessoa financeiramente letrada?	58
6.1) Os caminhos traçados para a resposta.....	58
6.1) O que define uma “pessoa financeiramente capaz” na óptica da <i>Financial Services Authority</i>	58
6.2) Os conhecimentos e as competências testados nos inquéritos de literacia financeira.....	61
6.3) Análise comparativa dos <i>websites</i> de literacia financeira.....	64
6.4) O que define uma pessoa financeiramente letrada.....	67
Capítulo VII - A importância da literacia financeira para os agentes económicos	71
7.1) Porque se defende a literacia financeira?.....	71
7.2) A importância da literacia financeira para os consumidores.....	72
7.3) A importância da literacia financeira para as instituições financeiras.....	76
7.4) A importância da literacia financeira para os Governos.....	79
Capítulo VIII - O Impacto das iniciativas de educação financeira	82
8.1) Considerações iniciais.....	82
8.2) A experiência nacional.....	83
8.3) A experiência internacional.....	84
8.3.1) O impacto da educação financeira nas escolas.....	84
8.3.2) Ligação entre conhecimento e comportamento na gestão do rendimento familiar.....	85
8.3.3) Relação entre literacia financeira e planeamento da reforma.....	86
8.3.4) Formação em crédito imobiliário.....	87
8.3.5) O impacto da educação financeira na população com baixos rendimentos.....	87
8.3.6) Literacia sobre crédito ao consumo.....	88
8.3.7) A contribuição da educação financeira para o desenvolvimento das comunidades.....	89

Capítulo IX - As limitações da educação financeira	92
9.1) Algumas razões que explicam as limitações da efectividade da educação financeira.....	93
9.2) Existência de outros factores que condicionam os comportamentos e as decisões financeiras.....	93
9.3) Ausência de consenso na medição e definição do conceito de literacia financeira.....	94
9.4) Definição pouco clara daquilo que se entende por boas e más decisões financeiras...	94
9.5) As incertezas na definição e medição de literacia financeira são um obstáculo nos países de baixos rendimentos.....	95
9.6) Interesses comerciais dos bancos.....	97
9.7) Outros factores que influenciam o comportamento da poupança.....	98
9.8) Surgimento constante de novos produtos financeiros	98
9.9) Excesso de confiança.....	99
Capítulo X – Conclusões	101
Bibliografia	103
Anexos	111
Anexo A - Entrevista a Pedro Queiroga Carrilho, fundador da empresa <i>Kash</i>	112
Anexo B - Entrevista a Rita Dias Ferreira, responsável pelo Departamento de Comunicação e Marca da Caixa Geral de Depósitos	115

Índice de Quadros

Quadro 2.1 – Definições de literacia financeira.....	6
Quadro 3.1 – Dados estatísticos sobre a situação financeira das famílias portuguesas.....	21
Quadro 3.2 – Decomposição da diferença das projecções de despesas com pensões.....	26
Quadro 3.3 – Projecções sobre a evolução das despesas com envelhecimento da população.....	27
Quadro 5.1 – Estratégia de Portugal.....	39
Quadro 5.2 – Estratégia do Reino Unido.....	41
Quadro 5.3 – Estratégia dos Estados Unidos da América.....	42
Quadro 5.4 – Estratégia da Nova Zelândia.....	46
Quadro 5.5 – Estratégia da Índia.....	48
Quadro 6.1 – Análise comparativa dos websites de literacia financeira.....	67
Quadro 6.2 – Competências mencionadas nas estratégias, inquéritos e websites de literacia financeira dos países.....	70
Quadro 7.1 – Porque se defende a literacia financeira?.....	81

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Convergência das taxas de juro.....	17
Figura 3.2 - Empréstimos e depósitos em percentagem do activo total dos bancos.....	18
Figura 3.3 - Activos e passivos financeiros das famílias (em percentagem do rendimento disponível).....	19
Figura 3.4 – Dívida em percentagem do PIB dos particulares.....	20
Figura 3.5 – Taxa de poupança das famílias em Portugal em percentagem do rendimento disponível.....	20
Figura 5.1 – Literacia financeira e bem-estar financeiro pessoal.....	44
Figura 5.2 – PIB <i>per capita</i> dos cinco países em dólares norte-americano registado em 2010.....	49
Figura 5.3 – Evolução da taxa de desemprego nos cinco países.....	50
Figura 5.4 - Taxa de participação masculina e feminina no mercado de trabalho em 2009.....	51
Figura 5.5 – Taxa de literacia da população adulta em 2009.....	51
Figura 5.6 – Taxa de participação no ensino superior.....	52
Figura 5.7 – Taxa bruta de natalidade.....	53
Figura 5.8 – Rácio de dependência da população idosa.....	54
Figura 6.1 – Como melhorar a capacidade financeira dos indivíduos?.....	59

Capítulo I - Introdução

A literacia financeira tem despertado a atenção de vários governos e de várias organizações a nível internacional, por várias razões. Os mercados financeiros tornaram-se mais sofisticados, os produtos financeiros são hoje mais complexos e a oferta é maior. Por outro lado, os riscos que as famílias hoje assumem ao nível das decisões financeiras aumentaram, uma vez que as actuais tendências demográficas caracterizadas por baixas taxas de natalidade e por uma população envelhecida, permitem antever uma diminuição dos benefícios sociais concedidos pelo Estado e uma maior responsabilização das famílias com os seus planos de reforma e de saúde.

Os decisores políticos a nível mundial reconhecem a importância da educação financeira como uma competência para a vida e uma componente chave para a estabilidade e desenvolvimento económico (OCDE, 2009a).

A promoção da formação financeira é uma importante componente da estratégia do Banco de Portugal no âmbito das suas funções de supervisão comportamental dos produtos e serviços bancários a retalho. “A formação financeira contribui para que os cidadãos tomem decisões informadas e confiantes em todos os aspectos da vida financeira, como as relacionadas com a gestão do orçamento mensal, o pagamento atempado de contas, o planeamento de despesas e a escolha de serviços financeiros adequados às suas necessidades, nomeadamente na aplicação de poupanças e no recurso ao crédito” (Banco de Portugal, 2011a, pág. 5). Contudo, se por um lado emerge a crença de que o aumento da literacia financeira contribui para a melhoria do bem-estar financeiro dos indivíduos e para decisões financeiras mais adequadas por parte dos consumidores, outros investigadores defendem que esta crença carece de evidência empírica. “A crença é implausível, dada a velocidade das mudanças no mercado financeiro e o abismo entre as competências actuais dos consumidores e aquelas que são necessários para compreender os produtos financeiros que são hoje comercializados. Além disso existe uma disparidade entre os educadores e as empresas de produtos financeiros em termos de recursos para atingir os consumidores” (Willis, 2008, pág.197). É a partir desta contradição ou diferenças de perspectivas que esta dissertação irá tomar o seu fio condutor, ao tentar indagar o que é a literacia financeira e se efectivamente contribui para a estabilidade macroeconómica e para a melhoria do bem-estar financeiro dos indivíduos.

Apesar do presente trabalho de investigação procurar concretizar objectivos múltiplos no decorrer dos capítulos que a constituem, o seu âmago principal resume-se numa única interrogação retórica: Porque se defende a importância da literacia financeira?

Para entender a importância atribuída à literacia financeira e a efectividade dos programas de educação financeira no aumento de literacia financeira dos consumidores, serão analisados um conjunto de elementos que se interligam com este tema.

O capítulo II irá contemplar uma análise dos conceitos de literacia financeira e conceitos associados como a educação financeira, inclusão financeira, segurança financeira e bem-estar financeiro através da revisão da literatura.

O capítulo III debruçar-se-á sobre a contextualização da literacia financeira, como e porque surge a promoção de iniciativas de educação financeira tanto em Portugal como no resto do mundo. No caso português será desenvolvida uma breve descrição sobre o sector financeiro e uma análise sobre as principais reformas da segurança social, com o objectivo de perceber em que contexto se intensificam as relações das famílias com as instituições financeiras e porque se diz que é importante poupar para a reforma. Estas análises terão como base a consulta de vários documentos: Decretos-lei, directivas da Comissão Europeia e outros documentos legislativos, consulta de dados estatísticos, assim como documentos do Governo e da União Europeia sobre a necessidade de medidas e reformas que precisavam de ser implementadas.

No quarto capítulo será feito o levantamento de algumas iniciativas de educação financeira promovidas tanto por instituições públicas como por instituições privadas, com o intuito de perceber que tipo de programas de educação financeira estão a ser desenvolvidos, que públicos pretendem atingir e quais os temas abordados.

A análise comparativa das cinco estratégias de literacia financeira (Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia e Índia) a ser desenvolvida no capítulo V, será elaborada com o propósito de encontrar diferenças e semelhanças entre as várias iniciativas dos países, no sentido de entender qual o caminho que cada país traça para melhorar a literacia da população, quais as metodologias, quais os temas abordados e quais as competências transmitidas. Neste capítulo serão também comparados alguns indicadores socioeconómicos para perceber as diferentes realidades de cada país reflectidas nas especificidades de cada estratégia de literacia financeira. Para a obtenção dos indicadores socioeconómicos recorrer-se-á às bases de dados do Banco Mundial, Unesco e OCDE disponibilizadas nos seus *websites*.

O sexto capítulo terá como objectivo encontrar as características, os pré-requisitos e as competências requeridas que ditam o que significa uma pessoa financeiramente letrada. Para tal será descrito o conceito de capacidade financeira na óptica da *Financial Services Authority*, depois procurar-se-á averiguar quais os conhecimentos testados nos inquéritos de literacia financeira de Portugal, Reino Unido, Estados Unidos e Nova Zelândia e por fim serão analisados os conteúdos disponibilizados nos portais de literacia financeira do Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia e Espanha. Com base na análise destes elementos, juntamente com a análise comparativa das estratégias de literacia financeira de cada país expressa no capítulo V, proceder-se-á à tentativa de encontrar uma definição singular para o significado de uma pessoa financeiramente letrada.

No capítulo VII será feita uma recolha dos argumentos usados por investigadores, governos, organizações internacionais e instituições públicas e privadas a nível mundial para justificar a importância da literacia financeira para diferentes agentes económicos. Com base na revisão da literatura, serão reunidas as razões que explicam a importância da literacia financeira para os consumidores, para as instituições financeiras e para o Governo.

No capítulo VIII serão resumidas algumas conclusões sobre o impacto de iniciativas de educação financeira a nível nacional e internacional. Apesar de em Portugal ainda não existirem estudos quantitativos sobre os efeitos que os programas de educação financeira surtiram nos participantes, serão tidas em conta as duas entrevistas elaboradas aos responsáveis de projectos de formação na área das finanças pessoais e educação do consumidor. O primeiro entrevistado foi Pedro Queiroga Carrilho, fundador da Kash (recentemente comprada pela DECO), uma empresa dedicada a cursos de finanças pessoais. A segunda entrevista foi feita a Rita Dias Ferreira, responsável pelo Departamento de Comunicação e Marca da Caixa Geral de Depósitos. Relativamente ao impacto da educação financeira a nível internacional, serão sintetizadas algumas conclusões de estudos quantitativos.

O capítulo IX apresentará algumas limitações da educação financeira no que diz respeito à sua efectividade em si, nomeadamente à obtenção de resultados desejados ou à alteração de comportamentos por parte dos participantes.

Por fim no capítulo X serão apresentadas as conclusões retiradas ao longo dos capítulos anteriores, algumas reflexões pessoais e algumas pistas/sugestões para investigações futuras sobre a literacia financeira.

Capítulo II - Definição de literacia financeira e outros conceitos relacionados

2.1) Considerações iniciais

Ao longo das últimas duas décadas muitos autores se têm debruçado sobre a importância da literacia financeira, como uma ferramenta que visa melhorar a capacidade de decisão e de escolha de produtos financeiros por parte dos consumidores, contribuindo desta forma para a melhoria do seu bem-estar financeiro. No entanto, o conceito aparece definido de formas diferentes e não existem ideias muito concisas que distingam uma pessoa financeiramente letrada de uma pessoa financeiramente iletrada. Também não existe consenso quanto à medição do conceito de literacia de financeira. Todavia se os consumidores precisam de melhorar os seus níveis de literacia financeira para gerirem melhor os seus rendimentos e tomarem decisões financeiras mais assertivas, torna-se necessário encontrar métricas para o conceito, pois apesar de a sua importância ser considerada indiscutível por muitos investigadores, são poucos os que se debruçam sobre a sua definição (Huston, 2010).

Além do conceito de literacia financeira tornou-se relevante para este trabalho procurar a definição para outros conceitos relacionados, tais como a educação financeira, a inclusão financeira, a segurança e o bem-estar financeiro. Constatou-se que ao longo da literatura os termos literacia financeira e educação financeira são abordados de forma semelhante, o que dificulta a compreensão das diferenças entre ambos os conceitos. A inclusão financeira é algo que está implícito quando falamos em literacia financeira, pois para se obter conhecimentos sobre serviços financeiros, torna-se inevitável que as pessoas tenham acesso a eles. Quanto aos conceitos de segurança financeira e bem-estar financeiro, são mencionados por muitos investigadores como dois objectivos da literacia financeira. Por exemplo, o ângulo da estratégia de literacia financeira da Nova Zelândia é precisamente proporcionar bem-estar financeiro à população.

2.2) Antes da literacia financeira, o que vem a ser a literacia?

Antes de definir o conceito de literacia financeira, foi crucial entender quais as competências associadas à literacia em geral. A análise conceptual de literacia, ajuda-nos a

entender de onde emergiram outros tipos de literacia, tais como literacia financeira, literacia informática, etc.

Literacia é definida pelo dicionário *online* britânico *Collins* como a capacidade de ler e escrever ou a capacidade de usar a língua de forma efectiva. Já na versão online do *Oxford English Dictionary*, literacia aparece definida como a capacidade de ler escrever e deter competências e conhecimentos numa determinada área, como por exemplo a literacia informática. Por sua vez o dicionário de língua portuguesa da Academia das Ciências (2001) afirma que o termo literacia provém da adaptação do inglês *literacy*, que significa alfabetização; instrução (com sentido de grau de instrução, principalmente primária) e associa-se também à capacidade de ler e escrever.

Além das capacidades de ler, escrever e interpretar o que é lido associadas ao conceito de literacia, outros autores incluem a capacidade dos indivíduos utilizarem as suas capacidades para alcançarem os seus próprios objectivos, usarem a informação disponível para fazer escolhas, comunicar e participar activamente na sociedade, como é o caso da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A organização define literacia como a capacidade para identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e usar as novas tecnologias, de acordo com os diversos contextos. Literacia envolve um processo contínuo de aprendizagem que permite os indivíduos de alcançarem os seus objectivos, desenvolver o seu conhecimento, as suas potencialidades e participar de forma plena na comunidade e de forma mais ampla na sociedade (UNESCO, 2005).

O conceito de literacia também vem associado à forma activa como os cidadãos recebem a informação que lhes é dada, no sentido de se questionarem sobre a veracidade da mesma e de quererem saber mais para estarem aptos a tirarem as suas próprias conclusões, em vez de aceitarem de forma amorfa tudo o que lhes é transmitido. Mary Burnet autora do livro *ABC of Literacy* aborda o conceito de literacia, como um conjunto de competências que conduz o ser humano a procurar a informação por si próprio, para além da informação que as instituições de ensino e os meios de comunicação lhe transmitem. A literacia é a chave que abre a porta para o futuro ao estimular os indivíduos a aprenderem por si próprios e a reivindicar o direito à educação, ao mesmo tempo que faz com que as pessoas deixem de se contentar com que os outros lhes dizem ou ensinam e as motiva a procurar aquilo que elas próprias querem saber. A literacia melhora o estatuto ocupacional e enriquece as formas de lazer, ensina-nos a reflectir sobre o que lemos, a fazer comparações e a tirar conclusões (Burnet, 1965).

Uma pesquisa sobre literacia mostra que o termo é investigado por vários teóricos de várias áreas e é abordado em várias perspectivas ao longo dos anos. Além de literacia financeira, existem outros tipos de literacia, tais como literacia económica referente à capacidade que as pessoas têm para ler e escrever sobre as condições económicas que afectam o bem-estar material e à capacidade de perceber, discutir e reagir aos acontecimentos que moldam a conjuntura económica (De Rooy, 1995).

Literacia dos Media (Silverblatt, 1995); literacia informática (Day, 1987); literacia política (Crick e Porter, 1978); literacia económica (Whitehead, 1989) e literacia da informação (Mutch, 1997) são outros exemplos de literacia que podem ser apontados.

2.3) As várias definições do conceito de literacia financeira

São usadas várias definições na literatura para explicar o que é a literacia financeira. Para alguns autores a literacia financeira é vista como um conceito amplo que engloba a compreensão da economia e a forma como as decisões das famílias são afectadas pelas circunstâncias e as condições económicas. Para outros restringe-se aos conhecimentos básicos de gestão do rendimento, tais como poupar, fazer um orçamento mensal, investir, segurar e acautelar-se face a situações imprevistas (Hogarth, 2002).

Quadro 2.1 – Definições de literacia financeira

Autor/Ano	Definição de Literacia Financeira
National Foundation for Education Research (1992) citado por Tippet e Kluvers (2007)	Capacidade de tomar decisões informadas relacionadas com o uso e a gestão do dinheiro.
Schagen e Lines (1996)	Combina as capacidades de entender conceitos chave relacionados com a gestão do dinheiro, conhecimento do funcionamento das instituições, serviços e sistemas financeiros, capacidade de análise e ainda gestão responsável das finanças. Esta operacionalização de literacia financeira inclui duas componentes: Componente cognitiva e componente psicológica (vontade e confiança).
Hogarth (2002)	Estar informado e ter conhecimentos sobre questões relacionadas com a gestão de dinheiro, activos, investimentos, crédito, seguros e impostos. Perceber os conceitos básicos subjacentes à gestão do património, como por exemplo a valorização do dinheiro durante o período do investimento, ou minimização dos riscos através dos seguros.

Quadro 2.1 – Definições de Literacia Financeira (continuação)

Autor/Ano	Definição de Literacia Financeira
Moore (2003)	Os indivíduos são financeiramente letrados se conseguirem demonstrar que conseguem usar o conhecimento adquirido. Literacia financeira não pode ser directamente medida, mas sim usada.
Mandell (2007)	A capacidade de avaliar os novos e complexos instrumentos financeiros e efectuar juízos informados sobre os mesmos, no sentido de escolher aqueles que mais satisfazem os interesses pessoais.
Orton (2007)	Refere-se à capacidade de ler, analisar e comunicar sobre as condições financeiras pessoais que afectam o bem-estar a nível material. Inclui a capacidade de discernir sobre decisões financeiras, discutir sobre dinheiro e assuntos financeiros, planear para o futuro e responder de forma competente às várias etapas e acontecimentos da vida que afectam as decisões financeiras, incluindo acontecimentos da economia em geral.
Lusardi (2008)	Conhecimentos sobre o funcionamento de juros compostos, a diferença entre valores nominais e valores reais e noções básicas sobre diversificação do risco. A falta de literacia financeira afecta a capacidade de decisão e reflecte a falta de participação nos mercados accionistas e a ignorância sobre conceitos básicos relacionados com o planeamento da reforma.
Houston (2010)	A definição de literacia financeira contempla quatro categorias principais: conhecimentos básicos de finanças pessoais (ex: noção de poder de compra); investimento/poupança; crédito e protecção/seguros.
Banco de Portugal (2011 a)	Vai além dos meros conhecimentos financeiros, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afectam atitudes e comportamentos dos cidadãos na tomada de decisões financeiras. É um importante complemento à regulamentação dos mercados bancários a retalho.

Como se pode observar pelo Quadro 2.1, a revisão da literatura mostra que o conceito de literacia financeira é definido de diferentes formas e por vezes de forma abstracta. Para alguns autores literacia financeira baseia-se em conhecimentos básicos sobre produtos financeiros e gestão do rendimento, para outros inclui também a aplicabilidade desse conhecimento no sentido de se fazer escolhas assertivas e adequadas. Existem ainda definições que se focam na capacidade de tomar decisões e ter a capacidade de escolher um produto financeiro, mediante a oferta existente no mercado (escolha de um plano poupança reforma ou um contrato de crédito). Para isso, os consumidores deverão ter conhecimentos de juros compostos, diferenças entre valores reais e valores nominais, etc.

2.4) A definição dos conceitos relacionados

2.4.1) Educação financeira

É frequente os conceitos de literacia financeira e educação financeira serem abordados da mesma forma, dada a relação íntima que mantêm entre si. Porém são dois termos distintos e com significados diferentes, apesar de ser a educação financeira que conduz à literacia financeira.

A educação financeira é o processo pelo qual os indivíduos melhoram os seus conhecimentos sobre conceitos e produtos financeiros através de programas de formação, instrução, ou outras ferramentas introduzidas com o objectivo de desenvolver capacidades e aumentar a confiança a respeito da sua situação financeira individual. A educação financeira tem por objectivo tornar as pessoas mais conscientes de alguns riscos financeiros e de oportunidades de investimento, consumo e poupança (OCDE, 2005).

Para Jeanne Hogarth, economista do Departamento dos Consumidores da FED, (banco central norte-americano), ser financeiramente educada pode ter vários significados para diferentes pessoas. Para alguns traduz-se na forma como as famílias reagem e orientam as suas decisões financeiras face à conjuntura económica. Para outros traduz-se na forma como as famílias gerem o seu orçamento e as opções financeiras que tomam (investimento, poupança, seguros, gastos, etc.). Uma pessoa financeiramente educada implica que pague as contas a tempo, possua um nível razoável de endividamento face ao rendimento mensal, consiga gerir o seu rendimento de modo a ter capacidade financeira para alcançar objectivos através da poupança, investimento e gastos (Hogarth, 2006).

A definição de educação financeira vem associada a várias ideias e objectivos. O termo é aplicado em diferentes contextos e traz consigo múltiplas abordagens (Gnan *et al*, 2007). Esta foi uma das conclusões dos investigadores do Oesterreichische Nationalbank (banco central da Áustria). A maioria das definições de educação financeira invoca a ideia de aumentar a literacia, através do fornecimento de competências relacionadas com a compreensão, poder de escolha e de decisão nas áreas das finanças pessoais (compreensão dos produtos e dos serviços financeiros e suas respectivas características). Além dos programas de educação financeira que visam desenvolver metodologias de ensino-aprendizagem com o objectivo de melhorar a capacidade de fazer escolhas financeiras, existem outros elementos que influenciam essas mesmas escolhas e que necessitam serem tomados em conta (Gnan *et al*, 2007). Estes elementos descrevem a interacção dos consumidores com outros agentes, que por sua vez têm influência directa no comportamento dos consumidores, quando consomem produtos financeiros:

- Ter confiança (é um elemento fundamental a ser instaurado nos consumidores, para que a sua relação com os fornecedores de serviços financeiros seja o mais transparente e mais justa possível).
- Saber onde procurar aconselhamento e orientação para esclarecimentos de dúvidas sobre finanças pessoais;
- Ter conhecimento dos direitos dos consumidores;
- Ter capacidade de utilizar o conhecimento adquirido para negociar com os agentes que fornecem serviços financeiros, salvaguardando os seus interesses e necessidades;
- Aceder a serviços e produtos financeiros (garantia dos serviços mínimos bancários para evitar a exclusão financeira).

O contexto sociopolítico em que os indivíduos tomam as suas decisões financeiras é outra questão muito abordada pelos investigadores da educação financeira. Alguns programas de educação financeira defendem que estes devem estar adaptados de acordo com o modelo económico adoptado, pois as decisões financeiras são influenciadas pela conjuntura macroeconómica e pelo sistema político (Gnan *et al*, 2007). A educação financeira também se refere à capacidade de gerir um negócio, conhecer um sistema fiscal e as políticas orçamentais de um país onde o cidadão é residente.

A educação financeira deve ser encarada como um complemento às medidas que asseguram que os consumidores recebem informação clara sobre os produtos financeiros que subscrevem e suas condições contratuais, salvaguarda dos seus direitos e aconselhamento (Comissão Europeia, 2007). Por outras palavras devem constituir um complemento dos direitos do consumidor.

2.4.3) Inclusão Financeira

O acesso aos serviços financeiros está relacionado com os conhecimentos da população relativamente a serviços bancários básicos. Um estudo do Instituto Mundial dos Bancos de Poupança “Access to Finance Resolution” publicado em 2004, concluiu que a exclusão financeira nos países em desenvolvimento se deve à falta de conhecimentos sobre questões relacionadas com o dinheiro em geral. Neste sentido a educação financeira é vista como uma estratégia para aumentar a inclusão financeira, uma vez que uma conta bancária permite uma melhor gestão do rendimento e um maior controlo dos gastos. Quem não

detém qualquer relação com o banco, tende a registar menos níveis de poupança e menos acesso a um crédito bancário.

No inquérito de literacia financeira realizado pelo Banco de Portugal (2010a) à população portuguesa constata-se que 11 por cento dos inquiridos respondeu não possuir uma conta bancária, dos quais 67 por cento dos inquiridos justificou ser excluído do sistema financeiro, por não ter rendimentos suficientes.

A inclusão financeira tem como objectivo fazer com que a população que não possui qualquer contacto com o universo dos bancos, tenha acesso a uma série de serviços financeiros como abrir uma conta à ordem, um depósito a prazo, contratação de créditos e subscrição de seguros.

A falta de acesso aos serviços financeiros afecta o crescimento e erradicação da pobreza, pois faz com que as pessoas com baixos recursos tenham mais dificuldade em acumular poupanças e detenham activos que os protejam contra riscos por investirem em projectos passíveis de gerarem rendimentos (Hanning e Jasen, 2010).

A Inclusão financeira promove a democratização do acesso a serviços financeiros por todos os membros da economia. Um sistema de serviços financeiros inclusivo facilita a alocação de recursos produtivos e potencia a redução dos custos de capital. O acesso a serviços financeiros apropriados pode significar a melhoria da gestão diária das finanças pessoais, ao mesmo tempo que contribui para a redução de formas informais e ilegais de acesso a financiamento, cujos juros são na maioria das vezes abusivos. A inclusão financeira torna possível o acesso a serviços financeiros de forma segura e eficiente (Sarma, 2008).

Em Portugal com o objectivo de aumentar a inclusão financeira da população, em Março de 2000, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, que regulamentou o regime dos Serviços Mínimos Bancários (SMB). Os SMB prevêm a disponibilização de uma conta bancária de depósitos à ordem, com caderneta e cartão de débito, cujos custos totais (incluindo taxas, encargos ou despesas), não poderão ser superiores a um por cento do salário mínimo nacional. Este regime foi criado com os seguintes objectivos:

- Dar às pessoas que não possuem qualquer serviço bancário, a possibilidade de abrirem uma conta à ordem, desde que respeitem o princípio de titularidade de conta única.
- Facilitar o acesso dos cidadãos a um conjunto de serviços bancários essenciais, a preços limitados, possibilitando a detenção de conta bancária e a realização de pagamentos através de meios automáticos.

2.2.3) Segurança Financeira

O conceito de segurança financeira vem muitas vezes associado à literacia financeira, quando se fala da necessidade de poupar para a reforma, ou estar prevenido contra situações imprevistas como o desemprego ou a doença, susceptíveis de afectarem a estabilidade financeira das famílias. A segurança financeira é a capacidade de estar apto a responder às necessidades futuras, ao mesmo tempo que se é capaz de dar conta das obrigações diárias e dos encargos financeiros do quotidiano. Controlo do passivo pessoal, planos pessoais de poupança para a idade da reforma, planeamento de gastos futuros com educação dos filhos ou fundos de emergência contra eventualidades, assim como segurar um risco através de um seguro, são alguns dos elementos que proporcionam segurança financeira. Por outras palavras, é a gestão do orçamento diário a pensar na qualidade de vida à idade de reforma.

Para Michael Mihalic, autor do livro “Debt is Slavery”, segurança financeira nada tem a ver com patrimónios financeiros milionários, nem elevados padrões de vida e hábitos luxuosos (Mihalic, 2007). O escritor resume o conceito em quatro ideias chave: 1) Para que uma família tenha qualidade de vida é aconselhável que o serviço das dívidas que possui não exceda 30 a 40 por cento do ordenado. 2) Ter controlo das despesas, no sentido dos gastos não serem superiores aos rendimentos auferidos. 3) Disponibilizar uma parte do rendimento mensal para a poupança. 4) Não ter apenas um emprego para pagar dívidas, uma vez que a saúde das finanças pessoais das famílias também passa pela satisfação no trabalho. Neste sentido, é importante que as pessoas aumentem as suas poupanças ao longo do tempo, não tenham dívidas em atraso e tenham controlo sobre as despesas. Pois caso fiquem desempregadas, não corram o risco de serem obrigadas a aceitar a primeira oferta que surge, ou então poderem desistir do emprego que têm e procurarem outro com tempo (Mihalic, 2007).

2.2.4) Bem-estar financeiro

O bem-estar financeiro é um conceito que suscita bastante interesse por parte dos economistas, investigadores, educadores e consultores financeiros. O bem-estar financeiro dos indivíduos pode ser compreendido simplesmente pela felicidade ou satisfação em geral com a sua situação financeira, ou como algo que vai além das satisfações transitórias, uma vez que abrange a satisfação com o nível de rendimento, nível de poupanças e inclui

também as percepções das oportunidades, a capacidade de atingir objectivos e sentir-se seguro financeiramente (Strümpel, 1976).

Para a Retirement Commission (entidade responsável da estratégia de Literacia Financeira da Nova Zelândia), o bem-estar financeiro das pessoas atinge-se pela combinação de um conjunto de factores que maximizam a prosperidade dos indivíduos, famílias e sociedades. São eles, a existência da população financeiramente letrada, intermediários financeiros bem preparados e de confiança; um mercado de produtos financeiros competitivo e adaptado às necessidades dos consumidores; apoios sociais para aqueles cujos rendimentos são insuficientes para satisfazerem necessidades básicas; existência de defesa do consumidor para aqueles que são vítimas de fraude ou mau aconselhamento financeiro e uma economia próspera caracterizada por consumidores mais conscientes dos custos e do funcionamento dos produtos financeiros (Retirement Commission, 2010a).

Capítulo III - Contextualização da literacia financeira em Portugal

3.1) A aposta na promoção da educação financeira

Como forma de responder às crescentes preocupações sobre os efeitos adversos dos baixos níveis de educação financeira nos seus países membros, em 2003 a OCDE lançou o projecto de educação financeira coordenado pelo Comité dos Mercados Financeiros e pelo Comité dos Seguros e dos Fundos de Pensões Privados. O projecto da OCDE contempla estudos sobre literacia financeira, recomendações de boas práticas a respeito das actividades de educação financeira e os programas *International Network on Financial Education* (INFE) e *International Gateway on Financial Education* (IGFE). O INFE é uma rede internacional que tem como objectivos principais promover a consciência para a importância da educação financeira a nível mundial, trocar pontos de vista e informações sobre programas que estão a ser realizados nos vários países membros e discutir o trabalho que vai sendo desenvolvido com o objectivo de aumentar a inclusão financeira dos consumidores. Por sua vez, o IGFE é um portal internacional de educação financeira onde podem ser encontrados vários artigos destinados a aumentar a literacia financeira dos consumidores e oferece ligações sites e programas de educação financeira existentes nos países membros da OCDE. O Portal dá ainda a possibilidade de se efectuar o *download* gratuito de publicações da OCDE, sobre a importância da literacia financeira e protecção dos consumidores. Segundo a OCDE, a educação financeira contribui para o bom funcionamento da economia, na sua perspectiva a iliteracia financeira dos consumidores não foi um factor determinante para a crise financeira mundial. No entanto, teve um papel importante no agravamento dos seus efeitos. (OCDE, 2009b).

A OCDE defende a importância da educação financeira por várias razões¹:

- Aumento da transferência dos riscos para as famílias, pois estas são hoje mais responsabilizadas pelas decisões financeiras que irão afectar o seu bem-estar no futuro. São exemplos destas decisões, a escolha de produtos de crédito, planeamento da reforma ou subscrição de seguros de saúde.
- Por outro lado, os produtos financeiros são hoje mais complexos e a oferta é maior, o que aumenta o excesso de informação disponível e de difícil análise.

¹ As razões vêm descritas no documento do projecto de educação financeira da OCDE disponível em <http://www.financial-education.org/dataoced/8/28/444q1a\\09678.pdf>.

- Por fim a OCDE constata que os indivíduos sobrestimam os seus conhecimentos financeiros e capacidades e que existe uma falta de confiança nas instituições financeiras.

O Banco de Portugal também reconhece que o contexto em que as pessoas exercem hoje decisões financeiras, sofreu grandes alterações ao longo dos últimos anos devido às inovações tecnológicas e à globalização dos mercados financeiros que permitiram o aumento da gama de produtos disponíveis ao consumidor comum. Estas alterações têm implicações sobre os níveis de literacia financeira que são hoje exigidos aos cidadãos para que possam actuar de forma confiante e responsável nos mercados de produtos financeiros (Banco de Portugal, 2011a).

Por outro lado, a liberalização do sector financeiro ocorrida na segunda metade da década de 1980 e que conduziu à expansão do crédito, teve como consequência o aumento do endividamento das famílias e a redução da taxa de poupança, o que justifica que a gestão do orçamento familiar e a sensibilização para o risco do sobre-endividamento sejam áreas importantes de actuação do Plano Nacional de Formação Financeira.

As primeiras iniciativas de promoção da literacia financeira do Banco de Portugal surgiram em 2008 no âmbito das suas funções de supervisão comportamental dos produtos e serviços bancários a retalho. Deste então o banco central português lançou o Portal do Cliente Bancário em 2008 com o objectivo de disponibilizar informação clara e actual sobre os produtos e serviços bancários, mais tarde, em 2010, lançou o inquérito à literacia financeira da população portuguesa e, em Maio de 2011, as linhas gerais de orientação do Plano Nacional de Formação Financeira.

3.2) A liberalização do sector financeiro

Até ao início da década de 1980 grande parte dos bancos a operarem em Portugal permaneciam sob o controlo accionista do Estado. Apenas existiam três instituições financeiras estrangeiras que continuavam a exercer actividade bancária em Portugal (Banco do Brasil, Crédit Franco-Portugais e o Bank of London and South America).

A nacionalização de todos os bancos portugueses em 1975 foi uma das consequências das alterações das condições políticas e sociais da economia portuguesa num contexto de instabilidade macroeconómica e de crise internacional.

O sistema bancário português encontrava-se sujeito a grandes restrições regulamentares tais como a existências de limites ao volume de crédito, limitações explícitas ao conjunto das operações permitidas às instituições de crédito na sua actividade com residentes e à respectiva internacionalização.

Contudo, em 1984 a revisão constitucional veio dar início à liberalização do sector financeiro com o fim da limitação da iniciativa privada no sector bancário. O Decreto-Lei nº 51/84 marcou o início da liberalização da actividade bancária. A partir de um capital mínimo de 1,5 milhões de contos as sociedades de nacionalidade portuguesa e estrangeira passaram a poder exercer actividade bancária em Portugal. A legislação de 1984 permitiu ainda a abertura em território nacional de sucursais de bancos com sede no estrangeiro, incluindo também sucursais de bancos comerciais estrangeiros, sociedades de locação financeira e as sociedades de investimentos nas mesmas condições exigidas para a constituição de novos bancos.

Após estas alterações, não só emergiram novos bancos com base em capitais nacionais, como vários bancos estrangeiros passaram a operar em Portugal como o Barclays, o Banque National de Paris, o Citibank, entre outros.

Também a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, veio acelerar o processo de liberalização do sector financeiro português, uma vez que o projecto europeu de integração económica contemplava a plena liberdade de circulação de capitais e de livre estabelecimento.

Mais tarde, em Junho de 1988 o Conselho Europeu confirmou o objectivo da realização progressiva da União Económica e Monetária (UEM). A partir de um Comité presidido por Jacques Delors, o presidente da Comissão Europeia da altura, ficou estabelecido no Relatório Delors que a união económica e monetária fosse alcançada em três fases:

A primeira fase com início a 1 de Junho de 1990, após a publicação da Directiva 89/646 de 15 de Dezembro de 1989, institui a liberalização total de movimentos de capitais, a existência de uma maior cooperação entre bancos centrais e a livre utilização do ECU (European Currency Unit), a unidade monetária que antecedeu o Euro. No entanto, era necessário criar uma estrutura institucional para que a transição para a segunda fase e mais tarde para a terceira fase, fosse possível. Para tal, foi convocada uma conferência intergovernamental sobre a UEM, que teve lugar em 1991 em paralelo com a conferência intergovernamental sobre a união política. As negociações resultaram no Tratado da União Europeia, acordado em Dezembro de 1991 e assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992. O Tratado de Maastricht além de consagrar os princípios de livre circulação de bens,

serviços, pessoas e capitais, introduziu também o protocolo relativo aos Estatutos do Instituto Monetário Europeu que só entrou em vigor a 1 de Novembro de 1993.

A segunda fase iniciou-se a 1 de Janeiro de 1994 com a criação do Instituto Monetário Europeu, a proibição do financiamento do sector público pelos bancos centrais, a coordenação entre as políticas monetárias dos Estados-Membros e uma maior convergência económica a partir da redução dos défices orçamentais. A adopção do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) pelo Conselho Europeu em 1997 foi outro marco importante na fase que antecedeu o início da circulação da moeda única. Para que os países membros conseguissem passar à terceira fase e conseguissem também adoptar o Euro como moeda, foram obrigados ao cumprimento de critérios de convergência, alguns deles previstos no PEC. Ficou estabelecido que a taxa de inflação não podia ultrapassar em mais de 1,5 pontos percentuais a média dos três países com a taxa de inflação mais baixa; as taxas de juros a longo prazo não podiam ir além dos dois pontos percentuais da média dos países com as taxas de juro mais baixas; os défices públicos nacionais teriam de ser inferiores a três por cento do Produto Interno Bruto; a dívida pública tinha de ser inferior a 60 por cento do PIB e a taxa de câmbio apenas poderia variar dentro da margem autorizada nos dois anos anteriores à adesão ao euro.

A terceira fase iniciou-se com a introdução do Euro a 1 de Janeiro de 1999, a fixação irrevogável das taxas de conversão, condução de uma política monetária única sob a responsabilidade do BCE, entrada em funcionamento do mecanismo de taxas de câmbio e dos princípios do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Para que Portugal se pudesse adaptar aos princípios consagrados pela União Económica e Monetária, em 1992 foi publicado o Decreto-Lei nº298/92 que concretizava os cinco pilares da integração financeira: a liberdade de estabelecimento das empresas financeiras; a liberdade de prestação de serviços pelas mesmas empresas; a harmonização e o reconhecimento mútuo das regulamentações nacionais; a liberdade de circulação de capitais e a união económica e monetária. A legislação de 1992 veio permitir que as instituições de crédito de um determinado Estado-Membro, pudessem estabelecer sucursais e prestar serviços transfronteiriços em todo o espaço da Comunidade, tendo como base o princípio fundamental da supervisão pelas autoridades do Estado-Membro onde se encontra a respectiva sede. A partir dessa altura tornou-se obrigatório para todas as instituições que captem depósitos, a existência de um fundo de garantia dos depósitos como forma de proteger as poupanças dos pequenos depositantes.

Um dos aspectos mais salientes da integração financeira portuguesa no contexto europeu foi a convergência das taxas de juro para níveis mais reduzidos entre as economias que viriam a participar na Zona Euro. A figura 3.1 caracteriza a convergência das taxas de juros observadas registadas em Portugal, com as taxas de juro observadas na Alemanha. Este aspecto marcou a transição da economia portuguesa para um novo regime caracterizado por taxas de juro mais baixas e menos voláteis. A convergência das taxas de juro de longo prazo do escudo português para as do marco alemão foi muito acentuada após 1995 e reflectiu a redução do risco de taxa de câmbio.

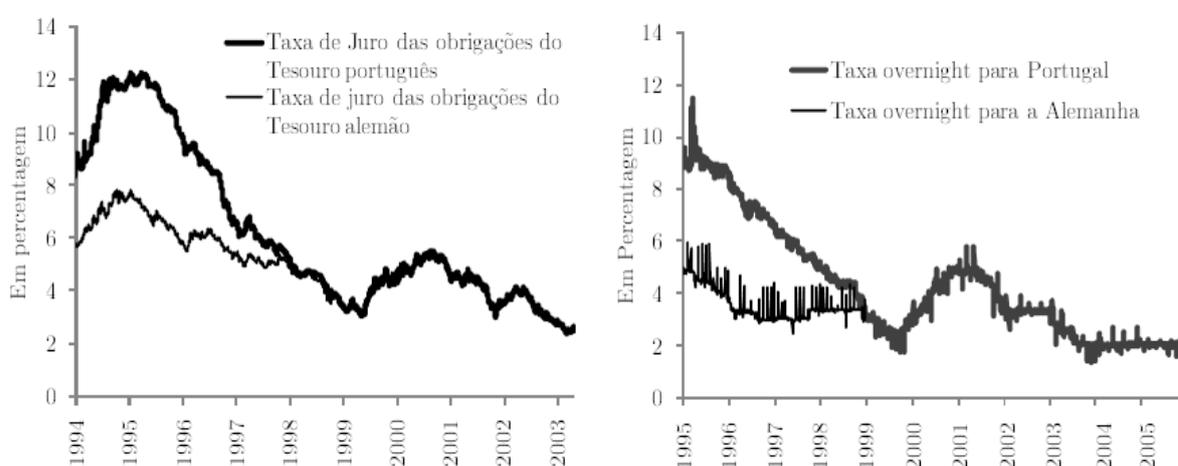


Figura 3.1 – Convergência das taxas de juro (Fonte: Banco de Portugal, 2010, Pág. 443)

Ao longo da década de 1980 e até meados dos anos 1990, a importância dos empréstimos ao sector privado não monetário diminuiu nos balanços dos bancos, devido à evolução cíclica desfavorável da economia e à prevalência de taxas de juro reais elevadas. A partir da segunda metade da década de 1990, esta situação inverteu-se. Face à redução acentuada das taxas de juro nominais e reais no período que antecedeu a participação na área do euro e ao ambiente de baixas taxas de juro nos anos que se seguiram à união monetária, aumentou o peso dos empréstimos no activo total dos bancos aumentou. A figura 3.2 descreve precisamente esta situação.

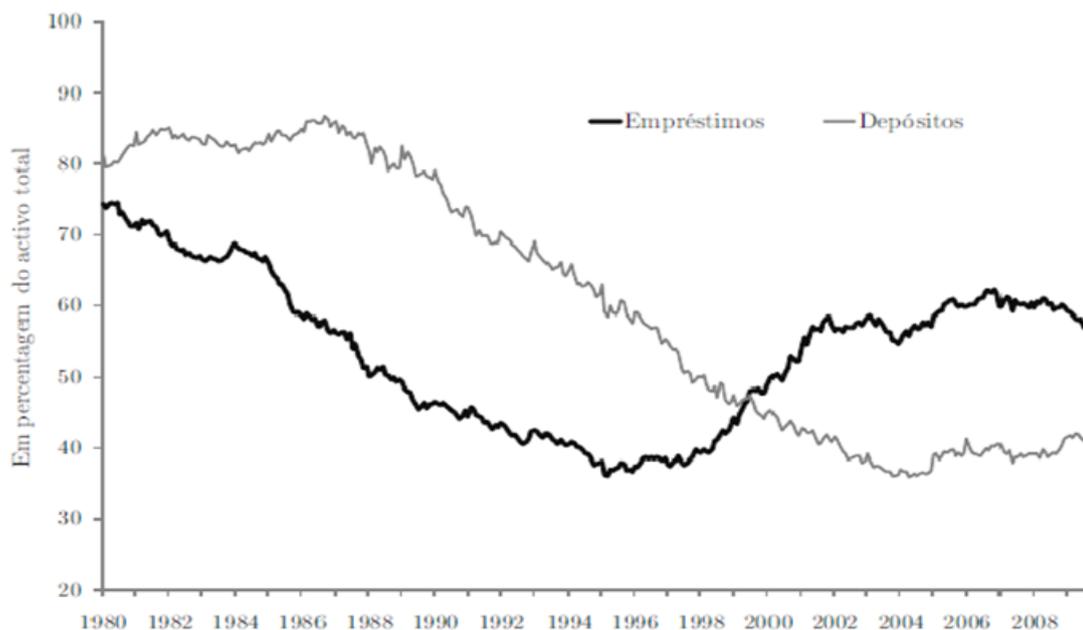


Figura 3.2 – Empréstimos e depósitos em percentagem do activo total dos bancos
(Fonte: Banco de Portugal, 2009, Pág. 441)

3.3) A relação das famílias com o sistema bancário

O processo de liberalização da actividade bancária em Portugal, que preparou a economia portuguesa para a integração na área do Euro, conduziu a um aumento do endividamento das famílias para taxas superiores às taxas do crescimento de rendimento disponível.

A integração financeira e monetária da economia portuguesa proporcionou taxas de juros mais baixas e menos voláteis, o que fez aumentar a procura de crédito por parte das famílias. Por outro lado a remoção de barreiras à entrada de novas instituições financeiras e a introdução de novos produtos, proporcionou uma maior oferta de produtos de crédito, como efeito do aumento da concorrência. O consumo privado aumentou a um ritmo superior à taxa de crescimento do PIB e conseqüentemente a taxa de poupança entrou em queda. As relações dos consumidores com o sistema bancário intensificaram-se neste contexto, pois não só a variedade e número de produtos de crédito aumentou, como também aumentou a sua utilização, nomeadamente uma intensa utilização dos cartões de crédito e a contratação de novos empréstimos.

A evolução da riqueza e da dívida das famílias portuguesas também pode ser analisada no contexto das importantes alterações institucionais que influenciaram o comportamento dos agentes económicos em Portugal, incluindo o sector bancário. Em particular, estas

alterações permitiram ao sector bancário adaptar-se rapidamente ao aumento da procura de crédito.

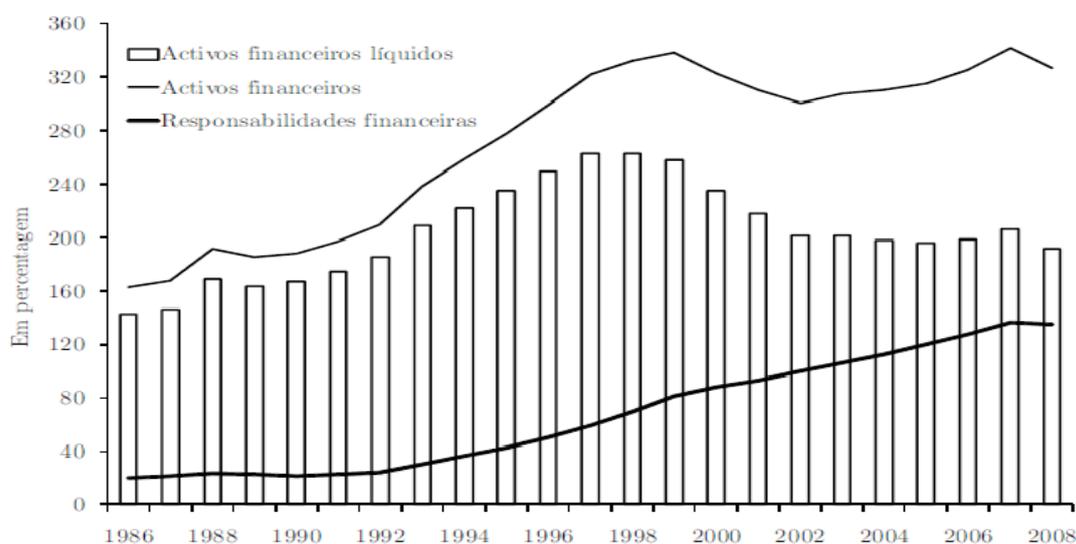


Figura 3.3 - Activos e Passivos financeiros das famílias (em percentagem do rendimento disponível) (Fonte: Banco de Portugal, 2009, Pág. 482)

A reabertura do sector bancário à iniciativa privada, seguida de uma progressiva liberalização de um sector financeiro e a concretização da liberalização dos movimentos de capitais em 1992, foram algumas das alterações que permitiram que a actividade bancária se pudesse adaptar ao aumento da procura de crédito. Esta situação permitiu a expansão dos activos e passivos financeiros detidos pelo sector não financeiro, em particular pelas famílias. Até 1999, os activos financeiros aumentaram a uma taxa mais elevada do que a das responsabilidades. Neste período, o peso dos activos financeiros na riqueza total das famílias também aumentou. Depois de 1999, o endividamento continuou a crescer a taxas bastante superiores às do rendimento disponível e consequentemente os activos financeiros líquidos, medidos em percentagem do rendimento disponível, apresentaram uma tendência decrescente até 2002, tendo permanecido relativamente estáveis a partir dessa data. No final de 2008 o valor dos passivos financeiros das famílias representava 135 por cento do rendimento disponível (100 por cento no caso de se considerarem apenas os empréstimos à habitação) (Banco de Portugal, 2009). Se em 1995 o grau de endividamento das famílias ainda era um dos mais baixos no contexto europeu, actualmente Portugal apresenta um dos níveis mais elevados da União Europeia, como se pode observar pela figura 3.4.

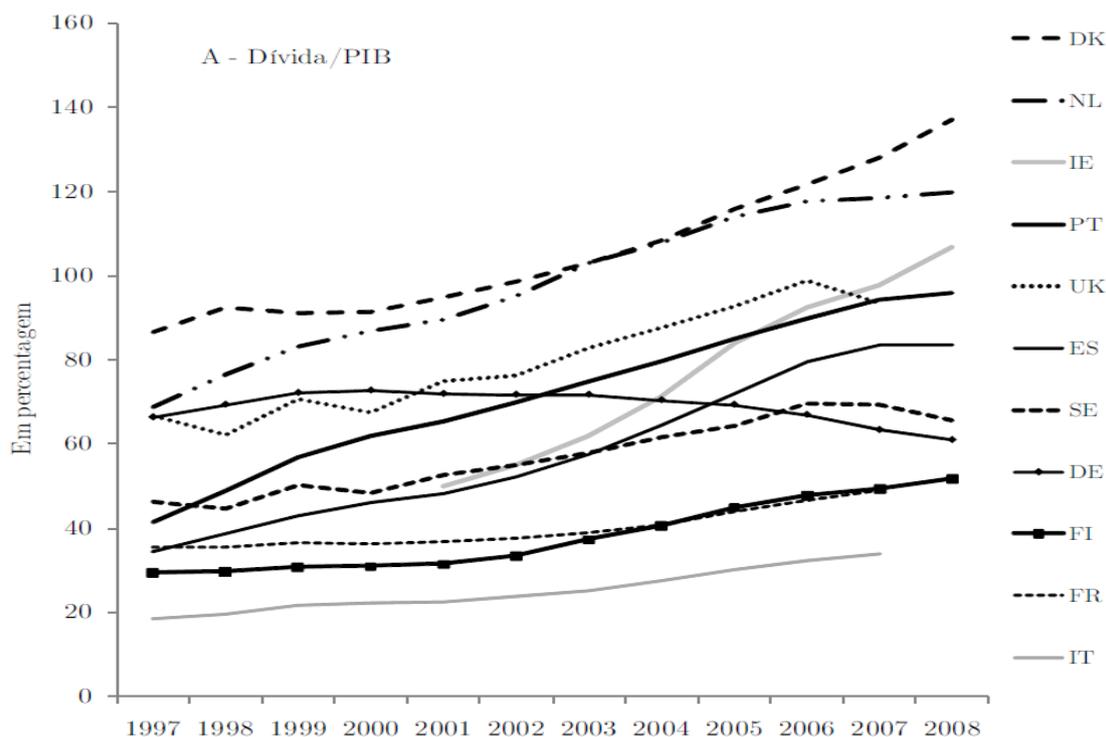


Figura 3.4: Dívida em percentagem do PIB dos Particulares em alguns países europeus (Fonte: Banco de Portugal, 2009 Página 482)

Por outro lado se o endividamento das famílias aumentou, a taxa de poupança assumiu uma tendência decrescente no início da década de 1990, acentuando-se esta tendência no período que antecedeu a adesão de Portugal à Zona Euro.

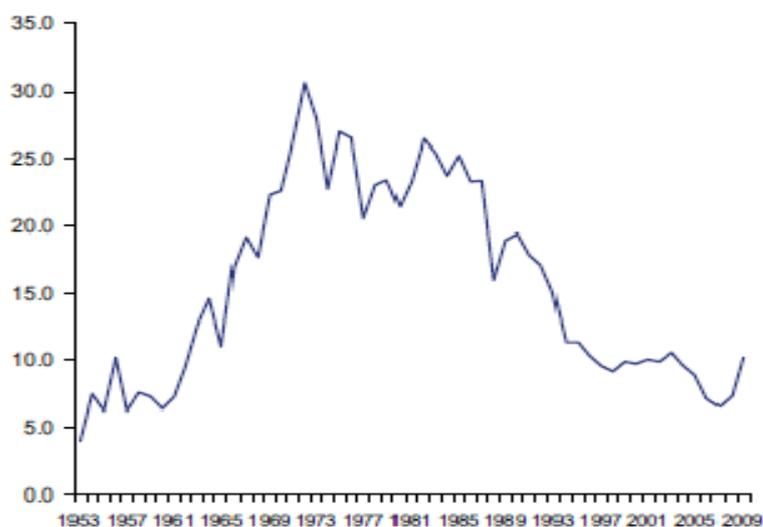


Figura 3.5 - Taxa de poupança das famílias em Portugal em percentagem do rendimento disponível (Fonte: Boletim Económico de Inverno 2010 do Banco de Portugal, Pág. 49)

Quadro 3.1 - Dados estatísticos sobre a situação financeira das famílias portuguesas

Situação financeira do setor privado não financeiro	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Particulares							
Endividamento (dívida financeira)							
Em percentagem do PIB	77	82	87	89	92	96	95
Em percentagem do rendimento disponível	109	115	123	127	128	130	129
Empréstimos concedidos por instituições financeiras residentes							
Taxa de variação anual	10,3	10,7	9,4	8,2	4,5	1,9	2,0
dos quais:							
Para aquisição de habitação	10,5	11,1	9,9	8,5	4,3	2,6	2,5
Para consumo e outros fins	9,5	9,4	7,7	7,5	5,4	-0,6	0,2
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento							
Em percentagem do PIB	2,6	2,9	1,5	1,0	2,0	4,6	4,1
Em percentagem do rendimento disponível	3,6	4,0	2,1	1,5	2,8	6,3	5,5
Poupança corrente							
Em percentagem do PIB	7,1	7,2	5,7	4,9	5,1	8,0	7,2
Em percentagem do rendimento disponível	10,0	10,0	8,0	7,0	7,1	10,9	9,8
Investimento em ativos reais							
Em percentagem do PIB	5,8	5,9	4,6	4,1	4,1	3,7	3,5

Fonte: Relatório de Estabilidade Financeira Maio 2011 do Banco de Portugal

Os dados do Banco de Portugal evidenciam que o endividamento das famílias apesar de ter aumentado até 2009 diminuiu em 2010 tanto em percentagem do PIB, como em percentagem do rendimento disponível. Também os empréstimos concedidos ao sector privado não financeiro registaram uma moderação em 2010. Além dos efeitos negativos sobre a procura e a oferta de crédito, decorrentes das perspectivas negativas para a actividade económica em Portugal, os empréstimos concedidos pelas instituições financeiras domésticas ao sector privado terão sido afectados pelas dificuldades de financiamento enfrentadas pelos bancos, no contexto da crise de dívida soberana, assim como pela necessidade de desalavancagem dos seus balanços (Banco de Portugal, 2011c, pág.29). A redução da taxa de poupança verificada entre 2009 e 2010 ter-se-á ficado a dever ao aumento do consumo de bens duradouros, nomeadamente à aquisição de automóveis, uma vez que muitos particulares terão antecipado as suas decisões de consumo devido às alterações fiscais a partir de 2011.

3.4) A evolução da despesa pública, o envelhecimento populacional e porque se diz que é importante poupar para a reforma

A formulação de planos complementares de reforma é uma temática abordada nos *sites* de educação financeira promovidos pelos governos dos Estados Unidos da América, Reino

Unido, Irlanda, Nova Zelândia e em estratégias de literacia financeira de outros países como o Canadá. Em Portugal essa abordagem também está prevista no Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015.

Uma das razões para a promoção da literacia financeira prende-se com a importância de sensibilizar a população para a necessidade de poupar para a reforma. As baixas taxas de natalidade na maioria dos países europeus, o aumento da esperança média de vida e a consequente tendência para o envelhecimento da população comprometem a sustentabilidade a prazo dos sistemas de segurança social e permitem antever uma redução dos benefícios sociais e uma maior transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo (Banco de Portugal, 2011b, pág.19).

Todavia para compreender de facto a importância dos portugueses criarem mecanismos complementares de poupança para assegurarem o seu bem-estar quando atingirem a idade da reforma, tornou-se relevante elaborar uma breve análise do sistema nacional de pensões e os desafios que se colocam para a garantia da sua sustentabilidade.

O primeiro sistema de pensões em Portugal surge em 1929 com a criação da Caixa Geral de Aposentações. No entanto, apenas os funcionários públicos eram abrangidos pelo sistema. Mais tarde, em 1935, foi criado um esquema de seguros sociais obrigatórios assente em caixas e instituições de previdência com o intuito de financiar pensões de velhice e cobrir riscos associados à invalidez e à doença. Estavam abrangidos por este esquema trabalhadores da indústria, comércio e serviços.

Com a reforma do início dos anos sessenta concretizada com a publicação da Lei nº2115 de 15 de Junho de 1962, alargou-se a protecção a outros grupos sociais ainda não abrangidos nos seguros obrigatórios e iniciou-se a alteração da forma de financiamento do sistema, que culminaria numa passagem para um regime de repartição.

A década de 1970 ficou marcada pela transição do modelo parcelar de assistência e de previdência para um modelo unificado de segurança social. Estas alterações visaram obedecer aos princípios de “uma nova política social” definidos pelo Movimento das Forças Armadas. O Programa do I Governo Provisório procurou a “substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social”². Com efeito, esta ideia ficou regulamentada a partir do nº 2 do artigo 63º da constituição de 1976 onde ficou definido que “Incumbe ao Estado organizar, coordenar

² História da Segurança social disponível no *website* da Segurança Social em <http://www2.seg-social.pt/left.asp?01.01.02>.

e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, de acordo e com a participação das associações sindicais e outras organizações das classes trabalhadoras”.

Consequentemente, ao longo da segunda metade dos anos setenta, foi-se assistindo ao alargamento dos campos de aplicação pessoal e material da protecção social a partir da introdução de um conjunto de medidas a destacar:

- Foi instituída a pensão social para todas as pessoas com mais de 65 anos que não exercessem actividade remunerada e não estivessem abrangidos por qualquer esquemas de previdência, bem como as pessoas inválidas com idade superior a 14 anos, que não conferissem direito ao subsídio vitalício ou a outro de qualquer natureza.
- Os pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência do regime geral e dos regimes especiais de previdência passaram a ter direito ao subsídio de Natal.
- Foi criado a título experimental um subsídio de desemprego a atribuir à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem que ficassem desempregados.

Desde então, o sistema de pensões português é constituído por um regime geral obrigatório para todos os trabalhadores assalariados e não assalariados do sector privado e um regime especial para os funcionários públicos, a polícia e os militares. Existe ainda um regime voluntário para as pessoas residentes em Portugal que não estejam abrangidos pelo sistema de segurança social português e para os cidadãos portugueses que residam no estrangeiro.

As contribuições para o sistema nacional de pensões estão incluídas na taxa de contribuição, incidente sobre a remuneração, que as empresas (23,75 por cento) e os trabalhadores assalariados (11 por cento) e os trabalhadores não assalariados (29,6 por cento) descontam para as restantes prestações sociais abrangidas pela segurança social.

Relativamente ao regime de segurança social voluntário a taxa de contribuição é de 16 por cento sobre o montante a cobrir pelo seguro de pensões, montante esse que pode ser escolhido pelo beneficiário.

Em 1989 foi criado o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS). As fontes de financiamento do FEFSS advêm dos excedentes do subsistema previdencial, dos resultados das vendas do património da segurança social, das receitas das aplicações financeiras e dois a onze por cento das contribuições dos trabalhadores

para a segurança social (Ministério do Trabalho da Segurança e da Solidariedade Social, 2006).

A partir de 2000 a idade de reforma passou a ser de 65 anos tanto para os homens como para as mulheres. Para ter acesso à pensão de velhice, o pensionista terá de ter uma carreira contributiva no mínimo de 15 anos, com registo de remunerações de pelo menos 120 dias por ano. Contudo aos 55 anos, é possível aceder à pensão antecipada desde que completos 30 anos civis de registo de remunerações.

Entre 1986 e 2008 o peso das despesas com pensões de velhice, invalidez e sobrevivência do subsistema de segurança social aumentaram em mais 3,6 pontos percentuais do PIB, este forte aumento ficou a dever-se a três factores: as actualizações anuais das pensões acima da inflação esperada, forte aumento de número de pensionistas como consequência do envelhecimento da população e por último, o aumento da pensão média. O aumento adicional (excluindo a actualização anual) de quatro pontos percentuais reflecte a subida de salários que os novos aposentados receberam durante a sua carreira contributiva, bem como o aumento do número de anos trabalhados com registo das respectivas contribuições. Por outro lado, em 1990, a introdução do 14º mês no pagamento das pensões ajuda a perceber o aumento adicional da pensão média. O número de aposentados cresceu anualmente em média 4,6 por cento entre 1986 a 2008 (Banco de Portugal, 2009).

Em Maio de 2006 o Relatório Técnico sobre a Sustentabilidade da Segurança Social estimava que a partir de 2015 o saldo da segurança social passasse a ser deficitário, atingindo um valor negativo de 3,5 por cento em 2050, revelando os condicionamentos resultantes das tendências demográficas e económicas.

Neste contexto a Lei de Base da Segurança Social de 2002 foi revista entre 2006 e 2007. A reforma do sistema de pensões português iniciada nesse período teve como objectivo reforçar a sustentabilidade do sistema previdencial, tendo em conta os riscos do envelhecimento populacional e a evolução da economia portuguesa e incentivar a população a criar mecanismos de poupança adicionais. As principais alterações introduzidas foram:

- A aplicação do factor de sustentabilidade nas fórmulas de cálculo das pensões;
- Reforço dos incentivos ao envelhecimento activo;
- Nova fórmula de cálculo das pensões;
- Novas regras de actualização anual das pensões;

- Convergência das regras aplicáveis aos funcionários públicos para o regime geral da Segurança Social.

O factor de sustentabilidade foi introduzido na fórmula de cálculo da pensão. Este factor expressa a relação entre a Esperança Média de Vida aos 65 anos em 2006 (17,89 anos) com a que foi obtida no ano imediatamente anterior ao do início da pensão. Em 2011 o factor de sustentabilidade a ser aplicado às novas pensões é de 0,9686, o que significa uma redução do valor das reformas de 3,14 por cento.

Para colmatar a diminuição no valor da reforma inerente à aplicação do factor de sustentabilidade, os trabalhadores também podem optar por adiar a sua passagem à reforma até aos 70 anos e receber um acréscimo no valor da pensão. Além disso, as pensões de velhice podem ser livremente combinadas com os rendimentos do trabalho. Os beneficiários que solicitem uma pensão de reforma antecipada e que tenham deixado de trabalhar podem fazer contribuições voluntárias, a fim de aumentarem o montante da sua pensão de velhice. Foi igualmente introduzida a possibilidade de acumular um trabalho a tempo parcial com uma pensão parcial.

Por outro lado com o objectivo de promover o envelhecimento activo, as taxas mensais de bonificação para quem quiser prolongar a vida activa, adiando o pedido de aposentação além dos 65 anos foram reforçadas. Actualmente quem tiver completado aos 65 anos, uma carreira contributiva entre 15 e 24 anos, por cada mês adicional de trabalho goza de uma taxa de bonificação mensal de 0,33 por cento. Para quem tiver descontado para a segurança social durante 25 a 34 anos, a taxa de bonificação mensal sobe para 0,5 por cento e quem tiver completado entre 35 a 39 anos civis aos 65 anos, o valor da taxa é de 0,65 por cento. A taxa de bonificação mensal pode atingir um por cento, para os pensionistas que registem uma carreira contributiva superior a 40 anos civis. Estas bonificações cessam após o contribuinte completar os 70 anos de idade (Decreto-Lei nº26/2008).

Outro marco na reforma do sistema nacional de pensões iniciada em 2006 foi a aceleração da transição para a nova fórmula de cálculo das pensões que passou a tomar em conta a média do valor das remunerações auferidas ao longo de toda a carreira contributiva. Neste sentido o valor da pensão passou a aproximar-se da média salarial recebida ao longo da vida activa e deixou de ter apenas em conta os dez melhores salários obtidos nos últimos 15 anos antecedentes à data da reforma, como acontecia anteriormente antes de ser aprovado o Decreto-Lei nº35/2002. A partir de 1 de Janeiro de 2008, a remuneração de referência para os pensionistas do sector privado passou apenas a ter em conta a média

total de todas as remunerações anuais obtidas ao longo de toda a carreira contributiva com o limite de 40 anos civis.

Relativamente às regras de actualização do valor da pensão, com a aprovação do Decreto-Lei nº187/2007, a actualização anual das reformas passou a estar indexada à evolução do índice de preços no consumidor e ao crescimento do PIB. Também o valor mínimo da pensão deixou de ter por referência o salário mínimo nacional (que em 2011 é de 485 euros) e passou a ter em conta um Indexante de Apoios Sociais (IAS), actualizado anualmente com base no crescimento da economia e a inflação. Em 2011 o valor de um IAS é de 419,22 euros.

Se por um lado os incentivos ao envelhecimento foram reforçados, por outro as penalizações por antecipação da reforma subiram de 4,5 por cento para 6 por cento, o que significa uma diminuição de 0,5 por cento por cada ano mês de antecipação em relação aos 65 anos.

Projeções para o aumento da despesa pública com pensões

O Comité de Política Económica (CPE) em conjunto com a Comissão Europeia elabora periodicamente projecções sobre a evolução da despesa pública dos países da União Europeia. No caso das despesas com o envelhecimento da população, as projecções foram elaboradas pelo Grupo de Trabalho do Envelhecimento (GTE) do CPE.

A reforma do sistema público de pensões foi responsável pela actualização das projecções apresentadas pelo GTE no relatório de 2009, face aos resultados apresentados na edição de 2006. O Ageing Report 2006 previa que o aumento das despesas com pensões fosse perto de 10 pontos percentuais do PIB. Porém, as medidas introduzidas em 2007 contribuirão para que esse acréscimo estimado fosse reduzido em quase 50 por cento. Como se pode observar no Quadro 3.2, as últimas projecções prevêm um acréscimo da despesa pública com pensões mais moderado (2,4 p.p. do PIB entre 2005 e 2050).

Quadro 3.2 - Decomposição da diferença das projecções de despesas com pensões

Decomposição da diferença das projecções de despesas em pensões entre 2006 e 2009						
	2005	2007	2020	2030	2040	2050
Ageing Report 2006	11,5	11,7	14,1	16	18,8	20,8
Ageing Report 2009	10,9	11,4	12,4	12,6	12,5	13,3

Fonte: Projeções do GTE divulgadas no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, pág. 86

Apesar das previsões sobre a sustentabilidade da segurança social terem sido melhoradas pela legislação de 2007, as tendências demográficas continuam a levantar muitas incertezas sobre o futuro.

À semelhança do que se tem observado nos outros países europeus, a diminuição da natalidade e o aumento da esperança média de vida fizeram duplicar o rácio de dependência (rácio entre a população com 65 anos e a população activa) nos últimos 50 anos. As projecções do INE e do Eurostat apontam para que o rácio de dependência volte a aumentar para o dobro até 2060 (Plano de Estabilidade e Crescimento, 2010-2013). Quanto às projecções do GTE citadas pelo Banco de Portugal, o rácio de dependência na velhice deverá crescer de 26 por cento em 2008 para 55 por cento em 2060, tendo subjacente um decréscimo da população activa de 0,8 milhões entre 2007 e 2060. Este resultado será compensado em parte pelo aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho com idades entre 55 e 64 anos e por uma diminuição da taxa de desemprego que atenuam a queda no emprego para aproximadamente 0,3 milhões. As projecções do GTE foram elaboradas em 2008, num cenário que implica um aumento de 5,7 por cento da população total entre 2008 e 2060. Neste exercício, Portugal é incluído no grupo de países com perspectivas de aumento moderado da despesa com pensões nas próximas décadas.

Como se pode observar pelos dados do Quadro 3.3, o acréscimo projectado para a evolução da despesa com o envelhecimento da população foi de 3,4 pontos percentuais do PIB entre 2007 e 2060. Comparativamente com a média dos países da União Europeia em que as projecções apontam para acréscimos de 4,7 pontos percentuais do PIB e uma variação de 5,2 pontos percentuais do PIB no conjunto dos países da Zona Euro. Estes dados colocam Portugal numa posição de médio risco no contexto europeu.

Quadro 3.3- Projecções sobre a evolução das despesas com envelhecimento da população

Projecções sobre a evolução das despesas com o envelhecimento da populações em % do PIB								
	2007	2010	2020	2030	2040	2050	2060	Variação 2007-2060 (em p.p)
Total das despesas	24,5	24,9	25,2	25,7	26	27,4	27,8	3,4
Pensões	11,4	11,9	12,4	12,6	12,5	13,3	13,4	2,1
Saúde e cuidados continuados	7,3	7,4	7,7	8,1	8,6	9,1	9,3	2
Outras (educação e sub. de desemprego)	5,8	5,6	5,2	4,9	4,8	5	5,1	-0,7
Receitas de contribuições sociais	9,9	10,3	9,7	9	9	8,6	8,5	-1,5

Fonte: Dados do Ageing Report 2009 divulgados pelo PEC 2010-2013 pág. 85

A evolução da despesa com pensões e com saúde e cuidados continuados está relacionada com o envelhecimento da população. Já a tendência decrescente para os gastos com a

saúde e subsídios de desemprego tem em conta as previsões para a redução da população jovem e em idade activa, o que também explica a futura quebra nas receitas.

A reforma da Lei de Base da Segurança Social teve como objectivos fazer com que a determinação das pensões de velhice passasse a levar em conta os crescentes de esperança média de vida à idade de reforma, criar incentivos ao prolongamento da vida activa e limitar o acesso aos regimes de reforma antecipada. Com a aprovação das novas medidas expressas no Decreto-Lei nº 187/2007, as projecções de que as contribuições sociais e as reservas do Fundo de Estabilização da Segurança Social passariam a ser insuficientes para pagar as pensões em 2015, foram adiadas para 2036 com a Reforma do Sistema de Pensões entre 2006 e 2007.

Contudo, se estas alterações procuram garantir a sustentabilidade do sistema de pensões português por mais 25 anos, a taxa de substituição dos rendimentos (relação entre o valor da pensão e salário médio de toda a carreira contributiva, descontado o efeito da fiscalidade) vai sendo cada vez menor face à aplicação do factor de sustentabilidade e às actuais regras de cálculo das pensões. A taxa líquida de substituição dos rendimentos do trabalho caiu para níveis entre 64 por cento e 69 por cento, o que agrava as desigualdades sociais perante a morte (Mendes, 2011). De acordo com o Decreto-Lei nº 107/2007 a actual taxa de substituição máxima dos rendimentos é de 80 por cento, mas nos termos da reforma da segurança social de 2000, a taxa máxima de substituição dos rendimentos poderia atingir 92% das remunerações médias dos beneficiários com mais de 21 anos de contribuições (Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2002). Isto significa que a diferença entre o valor da remuneração e o valor da pensão que os pensionistas irão receber quando se reformarem, vai sendo cada vez maior com o passar dos anos. Além disso se a carreira contributiva for curta e se existir uma grande disparidade salarial ao longo dos anos civis, o valor da pensão será relativamente baixo, face às últimas remunerações do pensionista, uma vez que a actual forma de cálculo tem como remuneração de referência a média das remunerações anuais auferidas ao longo de toda a carreira contributiva³.

Face a este cenário, se os portugueses pretenderem usufruir de rendimentos adicionais quando atingirem a idade da reforma, têm duas alternativas: ou trabalham até mais tarde, ou criam mecanismos complementares de poupança. No entanto, a consciencialização das famílias portuguesas para a necessidade de poupar para a reforma, caso pretendam manter o mesmo nível de vida quando se aposentarem, torna-se limitada com a actual conjuntura

³ As regras de cálculo das pensões podem ser consultadas no site da Segurança Social em http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=15935&m=PDF.

de crise. *A manter-se a carga contributiva sobre os indivíduos e as empresas, em contexto de crise económica e de desemprego crescente, o apelo ao reforço da poupança das famílias, nomeadamente através da constituição de esquemas complementares de reforma, não terá eco significativo nas muitas situações familiares de sobre-endividamento e de crónica carência de meios* (Mendes, 2011 pág.126).

Por razões de precaução a necessidade de poupar para a reforma apresenta-se como uma inevitabilidade, face às incertezas relativas ao grau de sustentabilidade da segurança social. A educação financeira poderá desempenhar um papel importante na sensibilização e na transmissão de competências sobre como criar mecanismos próprios que complementem o valor da pensão recebida à idade da reforma. Porém, como referido anteriormente, existem algumas limitações face à actual conjuntura e austeridade que os contribuintes enfrentam e que dita a descida do rendimento disponível das famílias e o aumento do desemprego.

A crise financeira e económica veio agravar o impacto das tendências demográficas relacionadas com o envelhecimento populacional. Face à desaceleração do crescimento económico, subida da taxa de emprego e aumento dos défices orçamentais, torna-se urgente ajustar o sistema de pensões e a forma como os cidadãos têm acesso à reforma. Foi neste âmbito que em 2010 a Comissão Europeia publicou o “Livro Verde – Regimes Europeus Sustentáveis e Seguros”, com o intuito de alertar os países membros a melhorar a eficiência e a segurança dos esquemas de pensões, como forma de assegurar que os mais idosos tenham uma vida digna quando se aposentarem. Contudo existe um conjunto de elementos a ter em conta, para que os Governos dos países da UE consigam assegurar um sistema de pensões que promova o equilíbrio inter-geracional.

O Comité Económico Social Europeu (CESE) duvida que um simples aumento da idade legal da reforma possa solucionar os problemas resultantes dos desafios demográficos. Na visão do CESE só uma verdadeira política de envelhecimento activo, que tenha por objectivo aumentar a aprendizagem ao longo da vida, pode estimular de forma sustentada as taxas de emprego dos trabalhadores mais velhos, que deixam a vida activa prematuramente por razões de saúde, intensidade do trabalho, despedimento precoce e falta de oportunidades de formação ou de reinserção no mercado de trabalho. Como efeito adverso, um aumento da idade legal da reforma pode aumentar a pressão sobre os outros pilares da segurança social, como as pensões de invalidez ou o rendimento mínimo, como se verificou em alguns Estados-Membros, pervertendo os progressos em matéria de consolidação das finanças públicas.

Além disso tanto os regimes por repartição (*pay-as-you-go*), como os regimes por capitalização são afectados pela actual crise económica, ainda que de maneiras diferentes. A introdução dos regimes obrigatórios por capitalização em alguns Estados-Membros nos anos 90 constituiu uma forma de combater os riscos que o envelhecimento da população colocava à sustentabilidade e adequação das pensões. No entanto, a crise financeira veio demonstrar que estes regimes também estão expostos a riscos financeiros específicos, nomeadamente a diminuição do valor das suas carteiras de títulos. Todavia, também os regimes por repartição são afectados pela crise económica e pelo envelhecimento da população, devido à redução dos montantes salariais acumulados. Neste momento, já é claro que todos os regimes de pensões, independentemente do seu método de financiamento, podem ser afectados, embora de maneiras diferentes, quer pelas crises económicas, quer pelo envelhecimento (CESE, 2011). Por isso o CESE alerta para a necessidade de uma gestão adequada e uma supervisão desses regimes, assim como uma política económica, para reduzir consideravelmente os riscos que ameaçam a sustentabilidade.

Capítulo IV - As iniciativas de promoção da literacia financeira em Portugal

4.1) As iniciativas de promoção de literacia financeira das instituições públicas

O Banco de Portugal (BdP) e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) enquanto agentes reguladores e de supervisão têm desenvolvido nos últimos tempos, iniciativas que visam aferir o nível de conhecimentos financeiros da população portuguesa e programas de educação financeira. A promoção da formação financeira é uma importante componente da estratégia do Banco de Portugal no âmbito das suas funções de supervisão comportamental dos produtos e serviços bancários a retalho. Esta preocupação tem estado presente desde que ao Banco foram atribuídas, no início de 2008, funções bem precisas na regulação da conduta em mercado das instituições de crédito. Com o objectivo de disponibilizar informação clara e actual sobre os produtos e serviços bancários em Abril de 2008, o Banco de Portugal lançou o Portal do Cliente Bancário. Mais tarde em 2010 foi lançado o inquérito à literacia financeira da população portuguesa e divulgadas, em Maio de 2011, as linhas gerais de orientação do Plano Nacional de Formação Financeira.

4.1.1) Portal do Cliente Bancário

O Banco de Portugal lançou o Portal do Cliente Bancário com o objectivo de prestar informação e formação financeira, como forma de apoiar os cidadãos na tomada de decisões adequadas em função dos seus recursos disponíveis, presentes e futuros. O banco central português assegura que os cidadãos podem encontrar informação útil para que possam adquirir produtos e serviços financeiros de forma mais esclarecida.

O Portal apresenta diversas áreas temáticas com informação relevante sobre os principais produtos bancários e meios de pagamento, taxas de juros, serviços prestados pelo Banco de Portugal (central de responsabilidades de crédito, listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco e reclamações) e ainda as publicações do Banco de Portugal que estão acessíveis como documento em formato “portable document format” (pdf) da Adobe Systems.

4.1.2) Inquérito à literacia financeira

Em 2010 o Banco de Portugal elaborou o inquérito à literacia financeira da população portuguesa, assumindo-o como uma importante ferramenta para outras iniciativas no âmbito da formação financeira. Carlos Costa, governador do Banco de Portugal na apresentação da síntese dos resultados afirmou que os mesmos permitem efectuar um primeiro diagnóstico sobre os comportamentos e atitudes dos cidadãos, na forma de lidam com as finanças pessoais e familiares, e sobre os seus conhecimentos relativos às características dos produtos bancários e sobre os factores a que dão mais importância no momento de os adquirir (Banco de Portugal, 2010a).

4.1.3) Plano Nacional de Formação Financeira

O Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) apresentaram as principais linhas de orientação do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), aprovado em Maio de 2011 pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) e que obteve o endosso do Senhor Ministro do Estado e das Finanças em Abril de 2011.

A preparação deste Plano baseou-se não só nas conclusões do inquérito à literacia financeira da população portuguesa e do inquérito ao perfil do investidor particular português realizado pela CMVM, como também da análise das reclamações que têm vindo a ser recebidas pelas autoridades de supervisão. Constatou-se que muitos consumidores de serviços financeiros tomam decisões sem o adequado conhecimento da informação relevante. O PNFF divulga as linhas gerais de orientação para a promoção da literacia financeira, com base no diagnóstico de necessidades e prioridades elaborado através dos resultados do inquérito de literacia financeira e as reclamações apresentadas junto do Portal do Cliente Bancário, assumindo como objectivos: melhorar o conhecimento e atitudes financeiras; apoiar a inclusão financeira; desenvolver hábitos de poupança; promover o recurso responsável ao crédito e criar hábitos de precaução contra práticas ou situações de risco. O plano será posto em prática entre 2011 e 2015 e inclui projectos como o lançamento de um portal de literacia financeira a desenvolver em parceria com o BdP, a CMVM e o ISP. A médio e a longo prazo serão desenvolvidos programas de formação financeira dirigidos a segmentos da população (estudantes do ensino básico e secundário e estudantes universitários, trabalhadores e grupos vulneráveis, como a população

desempregada). É ainda objectivo do PNFF sensibilizar a população em geral para a procura de informação e formação financeira.

4.1.4) As actividades da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) disponibiliza o Serviço de Apoio ao Investidor e Mediação, com o objectivo de lhe prestar informação e de o dotar de conhecimento mais rigoroso sobre os mercados de valores mobiliários. Este serviço também recebe queixas dos pequenos investidores, ao mesmo tempo que promove iniciativas destinadas à sua formação. Apesar do Serviço de Apoio ao Investidor não se pronunciar sobre as opções de investimento que os investidores não institucionais deverão tomar, presta informação relativa aos meios existentes para que possam tomar decisões esclarecidas, designadamente quanto aos riscos inerentes ao mercado. A CMVM pretende reforçar a confiança do público investidor nos mercados de valores mobiliários, na expectativa que o seu serviço contribua para uma melhor compreensão dos assuntos relacionados com a poupança e o investimento. Para tal, está prevista a criação do Portal do Investidor que incluirá conteúdos como o Guia do Investidor (acessível no *site* da CMVM), textos explicativos sobre produtos financeiros e precauções a ter ao investir, glossário sobre termos bolsistas, simulador de custos de investimento em bolsa e em fundos de investimento, etc. A disponibilização no site de toda a informação sobre a composição das carteiras, os valores das unidades de participação e a distribuição de rendimentos dos fundos de investimento e o lançamento uma linha telefónica gratuita de apoio ao investidor, são outros exemplos das iniciativas da CMVM.

4.1.5) DOLCETA - uma iniciativa da União Europeia

Além das iniciativas lançadas pelo Governo acima mencionadas, a Comissão Europeia lançou o DOLCETA, o portal de educação do consumidor acessível nos 27 países da União Europeia e disponível em 21 idiomas. No *site* DOLCETA estão disponibilizados conteúdos sobre direitos do consumidor, serviços financeiros, segurança dos produtos, consumo sustentável e ainda materiais de apoio a professores, tais como: planos de aulas, ferramentas de aprendizagem interactivas e artigos que promovem o aumento da literacia financeira dos mais novos. O objectivo passa por desenvolver a compreensão dos alunos no que diz respeito à complexidade dos serviços e produtos financeiros existentes, assim

como fornecer competências que os ensine a gerir o seu dinheiro desde cedo. Em Portugal a criação e actualização de conteúdos do DOLCETA em versão portuguesa, encontra-se a cargo da Universidade de Aveiro.

4.2) As iniciativas de promoção da literacia financeira das instituições privadas

Também as instituições privadas têm apostado na formação financeira dos consumidores, sendo a educação financeira um elemento integral da responsabilidade dos bancos.

4.2.1) Associação de Instituições de Crédito Especializado

A Associação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC) disponibiliza no seu *website* um conjunto de artigos sobre questões financeiras diversas e do interesse de todos os consumidores. Na área de conteúdos sobre educação financeira, o utilizador tem ao seu dispor informação clara acessível sobre os vários tipos de crédito, segurança no crédito, o dinheiro e as crianças, orçamento familiar e ainda um glossário com as definições dos termos mais comuns que se incluem no vocabulário financeiro.

A ASFAC tem vindo a estabelecer parcerias com órgãos da Administração Local, nomeadamente com a Câmara Municipal de Sintra e a Câmara Municipal de Loures, com vista a aumentar a literacia financeira dos portugueses. No caso do município de Sintra, a ASFAC formou os técnicos da rede social da Câmara que estão em contacto directo com a população. O objectivo é dotar estes especialistas de conhecimentos na área financeira que lhes permitam ajudar os munícipes a melhorar o seu relacionamento com o dinheiro. Por sua vez, o acordo com a Câmara de Loures pretende fornecer aos idosos do concelho ferramentas para uma correcta gestão das finanças pessoais e torná-los mais activos na educação financeira dos netos.

4.2.2) Associação para a Defesa do Consumidor

A Associação para a Defesa do Consumidor (DECO) foi fundada em Fevereiro de 1974, ainda antes de Portugal se tornar num país democrático. Além das óbvias mudanças na esfera política, as vertentes social e económica conheceram igualmente revoluções marcantes. O país despertou para os direitos dos cidadãos enquanto consumidores, uma revolução de mentalidades para a qual a DECO contribuiu activamente.

A DECO disponibiliza vários serviços de apoio aos consumidores associados, com destaque para os portais de informação e formação financeira, tais como a PROTESTE POUPANÇA ou a PROTESTE ACÇÕES. Nestes portais os consumidores podem encontrar conselhos e dicas sobre os produtos financeiros mais adequados para a aplicação das suas poupanças e visões de analistas financeiros sobre a actualidade dos mercados. O *site* principal da DECO dispõe ainda de vários canais que ensinam o utilizador a gerir melhor o seu dinheiro e a poupar no seu quotidiano em áreas como a alimentação, automóveis, casa, electrodomésticos ou saúde. Além das ferramentas *online*, a DECO é responsável por várias publicações periódicas e guias práticos que habilitam os leitores a tomar decisões financeiras mais conscientes no seu quotidiano.

4.3) Alguns programas de educação financeira dos bancos portugueses

Para a Associação Portuguesa de Bancos (APB) a educação financeira é vista como um objectivo crucial para a sua actividade como se pode ver pela informação disponibilizada no seu site – “Um dos objectivos da Associação é promover uma maior cultura financeira de que resulte uma melhor utilização dos produtos e serviços financeiros e conduza a um relacionamento mais transparente entre a Banca e Sociedade.” Neste sentido a APB assume como projecto de Responsabilidade Social a promoção da Literacia Financeira que se concretiza através de algumas iniciativas já em curso, e outras a serem promovidas em breve:

- Um conjunto de acções formativas, dirigidas aos jornalistas, de curta duração e em horário conveniente, que preencham as necessidades de informação destes profissionais sobre determinadas áreas e temas do sector.
- A criação de um novo site com informação que permita conhecer melhor a banca, os produtos e serviços financeiros que disponibiliza e o papel que desempenha no desenvolvimento do país.
- Destinado ao público mais jovem, estão previstos projectos de longa duração que vão desde o ensino básico até ao ensino superior.

4.3.1) Iniciativas do Millennium BCP

No Millennium BCP a aposta na educação financeira surge através de uma aplicação no seu *website* intitulada de *Planeamento Financeiro*, através da qual são disponibilizados

conteúdos interactivos com informações financeiras, simulações e conselhos. Trata-se de uma ferramenta que tem por objectivo sensibilizar as famílias para a necessidade de disporem de um planeamento financeiro e estimular hábitos de poupança.

Em Abril de 2011 o Millennium BCP lançou no *Facebook* a página *Millennium Sugere*, uma outra iniciativa de educação financeira, onde são fornecidas dicas para poupar, conteúdos sobre poupança, gestão do orçamento, concretização de projectos e obrigações fiscais. Os leitores têm a possibilidade de interagirem partilhando experiências, fazendo comentários, fazendo sugestões e colocando questões.

4.3.2) Programas de educação financeira da Caixa Geral de Depósitos

Saldo Positivo

O Saldo Positivo tem como objectivo primordial promover a literacia financeira dos seus utilizadores. Apesar de ser tutelado por um banco, disponibiliza informação financeira imparcial e isenta. Não promove nenhum produto financeiro específico de nenhuma instituição financeira, porque não se enquadra no seu âmbito. O *website* dispõe de uma vasta oferta de artigos sobre poupança, veículos de investimento, crédito, seguros, impostos, benefícios fiscais e notícias diárias sobre a actualidade financeira que interfere directamente com as finanças pessoais dos cidadãos. O Saldo Positivo disponibiliza ainda simuladores e calculadoras que ajudam os utilizadores a calcularem a rendibilidade do depósito a prazo, quanto podem poupar no IRS, que montante precisam para o seguro de vida, etc

Educação +

O projecto Educação + é uma iniciativa da Caixa Geral de Depósitos que funciona em parceria com a Universidade de Aveiro. É um projecto itinerante que percorre várias escolas desde o primeiro ciclo até ao ensino básico com o objectivo de combater a iliteracia financeira. Através de jogos interactivos os alunos são sensibilizados para questões como a poupança, decisões de compra e como deverão gerir o seu dinheiro na idade adulta.

- Módulo I – “Dinheiro para quê?” dirigido a estudantes do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico;
- Módulo II – “Como gastar dinheiro?” para o 3º ciclo do Ensino Básico;

- Módulo III – “Compro ou não compro?” destinado ao Ensino Secundário e público em geral.

4.3.3) Programas de educação financeira do Banco Espírito Santo

A sabedoria financeira ao serviço do desenvolvimento sustentável

Este é o nome do programa de responsabilidade social empresarial do Banco Espírito Santo. Com o objectivo de melhor servir os seus clientes atendendo às suas necessidades, projectos e desejos o BES desenvolveu dois programas de literacia financeira: um para clientes e outro para os mais jovens. O projecto de literacia financeira para os clientes tem como objectivo dar a conhecer os aspectos mais relevantes, os conceitos e a linguagem frequentemente associada a produtos e mercados financeiros.

Da Matemática à Literacia Financeira

É um programa de educação financeira a pensar no público mais jovem. Tem como intuito estimular o gosto pela matemática e contribuir para a formação de uma geração de consumidores de serviços financeiros crescentemente informada e com maior poder de análise e decisão.

Capítulo V- Estratégias nacionais de literacia financeira

5.1) Considerações iniciais

Muitos governos de vários países, incluindo Portugal têm vindo a desenvolver estratégias de âmbito nacional, com vista à promoção da literacia financeira. O desenvolvimento de iniciativas de formação financeira pretende ser “um contributo para capacitar a população a melhor responder às exigências colocadas pela complexidade e diversidade dos produtos financeiros” (Banco de Portugal, 2011, b, pág. 19).

Para compreender as características principais destas estratégias, além do exemplo português, também foram analisados os casos do Reino Unido, dos Estados Unidos da América, da Nova Zelândia e da Índia. A escolha destes países deve-se ao facto de terem sido referenciados pelo Banco de Portugal no relatório de Supervisão Comportamental de 2010, como os primeiros países a apostar na promoção da literacia financeira dos seus habitantes. Além de serem destacadas algumas singularidades de cada estratégia, a análise comparativa foi também sintetizada nos quadros 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5 através da organização da informação pelas seguintes categorias: entidade promotora, especificidades, objectivos principais, parceiros, avaliação do impacto da estratégia e meios de divulgação. A comparação das cinco estratégias permite perceber os caminhos e metodologias que cada país tem traçado para aumentar a literacia financeira.

5.2.1) A estratégia de Portugal

A estratégia de literacia financeira portuguesa dá pelo nome de Plano Nacional de Literacia Financeira e será desenvolvida entre 2011 e 2015.

Em Maio de 2011 o Banco de Portugal apresentou o Plano Nacional de Formação Financeira, que tem como objectivo melhorar a literacia financeira dos portugueses e ser um complemento à regulamentação dos mercados bancários a retalho. As iniciativas que integram o plano, serão desenvolvidas pelo Banco de Portugal em parceria com o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Faz parte dos objectivos do plano o desenvolvimento das seguintes competências e conhecimentos:

- Permitir uma melhor compreensão da informação disponibilizada pelas entidades que operam no sistema financeiro e uma escolha mais adequada de produtos financeiros,

ponderando custos, remunerações e rentabilidades esperadas e, simultaneamente, os riscos dos produtos.

- Promover a inclusão financeira, através da divulgação da existência do sistema de serviços mínimos bancários.
- Sensibilizar a população para a importância da poupança, como forma de capacitar as famílias a reforçar o seu património e a fazer face a despesas imprevistas e ocasionais.
- Estimular a população a efectuar escolhas adequadas relativamente a produtos de poupanças que tenham em conta o perfil de risco do consumidor.
- Promover hábitos de recurso ao crédito de forma responsável, fazendo com que as famílias ponderem adequadamente no seu orçamento mensal, os encargos assumidos numa perspectiva de curto e médio prazo.
- Sensibilizar a população para as situações de risco que podem afectar o rendimento familiar (doença, desemprego, catástrofes e acidentes) e terem como consequência o aumento súbito de despesas inesperadas.

O Plano Nacional de Formação Financeira seguirá duas abordagens: A primeira abordagem prende-se com aprendizagens sobre gestão das finanças pessoais, elaboração de um orçamento familiar, utilização dos meios de pagamento na aquisição de bens ou serviços, aplicação das poupanças, recurso ao crédito para financiamento de projectos pessoais, bem como a protecção contra situações imprevistas. A segunda abordagem focar-se-á na sensibilização da população para as decisões financeiras que são tomadas ao longo das várias etapas da vida (compra da habitação, entrada dos filhos para a universidade, preparação para a reforma, etc.) (Banco de Portugal, 2011a).

Quadro 5.1 - Estratégia de Portugal

Características	Descrição
Nome da Estratégia	Plano Nacional de Formação Financeira
Entidade Promotora	Banco de Portugal
Especificidades	O Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) será desenvolvido entre 2011 e 2015. Serão introduzidos conteúdos de formação financeira nos planos curriculares dos ensinos básico e secundário. As universidades e grupos de trabalhadores também beneficiarão de projectos de literacia financeira, assim como grupos vulneráveis. O PNFF prevê ainda conteúdos de formação específicos para os desempregados; imigrantes; reformados com baixos níveis de rendimento e jovens sem escolaridade obrigatória e acções de formação para a população em geral direccionadas em função das etapas da vida.

Quadro 5.1) Estratégia de Portugal (Continuação)

Características	Descrição
Objectivos Principais	Melhorar conhecimentos e atitudes financeiras; apoiar a inclusão financeira; desenvolver hábitos de poupança; promover o recurso responsável ao crédito: criar hábitos de precaução contra práticas ou situações de risco e contribuir para a estabilidade do sistema financeiro.
Parceiros	Comissão de Mercado e Valores Imobiliários e Instituto de Seguros de Portugal
Avaliação do impacto da estratégia	Medição do nº de acções de formação; nº de escolas onde a educação financeira integra os planos curriculares; nº de visitas ao portal de formação financeira... Implementação de questionários a grupos que tenham participado em programas de formação financeira e análise dos resultados desses inquéritos. Levantamento de indicadores sobre inclusão financeira; hábitos de poupança; endividamento, reclamações e pedidos de informação por parte dos consumidores financeiros.

5.2.2) A estratégia do Reino Unido

O Reino Unido foi um dos países pioneiros em implementar iniciativas de promoção de literacia financeira da população. A estratégia de literacia financeira do Reino Unido está a cargo da *Money Advice Service*, uma organização independente que tem como objectivo auxiliar a população a gerir melhor o seu dinheiro, fornecendo informação imparcial e aconselhamento financeiro que possibilitem aos consumidores fazerem escolhas informadas. A *Money Advice Service* é tutelada pela *Financial Services Act*, uma organização igualmente independente que zela pela eficiência dos mercados financeiros e promove princípios de regulação. O trabalho que a *Money Advice Service* actualmente desenvolve é uma continuação do trabalho que a *Financial Service Authority* (FSA) desenvolvia desde 2003 e que tem como objectivo principal é dotar os indivíduos de competências chave para que melhorem a sua capacidade financeira. A FSA é uma organização responsável pela regulação da indústria de serviços financeiros do Reino Unido.

A estratégia britânica distingue-se das restantes por adoptar o termo *financial capability* (capacidade financeira) em vez de literacia financeira. O conceito abrange o conhecimento das pessoas e as suas competências para compreender as próprias circunstâncias financeiras e com motivação para tomarem medidas. Um consumidor é financeiramente capaz se tiver capacidade de fazer face às suas despesas, manter o controlo das suas finanças, se planear para o futuro, se souber escolher serviços financeiros e se manter a

par das questões financeiras (Financial Services Authority, 2005). A aquisição destas cinco capacidades financeiras é um dos objectivos principais da estratégia britânica.

Estas iniciativas surgem da crença de que as competências financeiras do Reino Unido podem ser melhoradas de forma significativa. A estratégia da *Money Advice Service* que será implementada até 2012, tem como visão melhorar a vida das pessoas, ao fazer com que elas tomem controlo das suas finanças e ambiciona causar o maior impacto possível nos consumidores do Reino Unido. A organização acredita que a sua missão é mudar o comportamento dos consumidores.

Quadro 5.2 - Estratégia do Reino Unido

Características	Descrição
Nome da Estratégia	National Strategy for Financial Capability
Entidade Promotora	Money Advice Service (Organização tutelada pelo Governo britânico com o objectivo de auxiliar a população a gerir melhor o seu dinheiro).
Especificidades	É um serviço universal, gratuito e imparcial. Adapta os materiais de ensino às características do público-alvo e procura lançar programas que incidam sobre a gestão do dinheiro de acordo com as várias etapas da vida (entrada para a universidade, compra da primeira casa, casamento, divórcio, reforma, etc.). Tem a particularidade de disponibilizar um <i>Health Check</i> que consiste numa ferramenta online, composta por um conjunto de questões, cujas respostas são confidenciais e têm como objectivo avaliar a situação financeira do inquirido, fornecer-lhe algumas luzes sobre como pode gerir melhor o seu dinheiro e dar-lhe alguns conselhos.
Objectivos Principais	Alterar o comportamento dos consumidores; assegurar o aconselhamento devido e imparcial sobre serviços financeiros no lugar certo e na altura certa; fazer com que as pessoas tomem controlo das suas finanças e melhorem a compreensão das questões financeiras, incluindo o sistema financeiro britânico; aumentar a capacidade dos indivíduos de gerirem os seus recursos; prestar informações imparciais e ajudar os indivíduos a fazerem escolhas informadas; assegurar que os consumidores têm acesso a informação e aconselhamento correcto na altura certa e no sítio certo.
Parceiros	Governo e entidades patronais.
Avaliação do impacto da estratégia	Contabilização do número de pessoas que acederam ao <i>Money Advice Service</i> , frequentaram as acções de formação, procuraram aconselhamento e melhoraram o seu bem-estar financeiro desde então. A própria disponibilização online do <i>Health Check</i> permite identificar áreas onde existam maior défice de formação financeira.
Meios de divulgação	Recorre a vários canais de informação como informação impressa, informação online, aconselhamento presencial e por telefone.

5.2.3) A estratégia dos Estados Unidos da América

A estratégia de literacia financeira dos Estados Unidos para 2011 teve como base as lições retiradas da crise financeira mundial. A *Financial Literacy and Education Commission* (FLEC), comissão responsável pela estratégia, defende que a crise evidenciou o aumento da necessidade de informação, educação e ferramentas que as famílias norte-americanas precisam de adquirir, para conseguirem tomar boas decisões financeiras num sistema financeiro global cada vez mais complexo. A comissão acredita que as dificuldades financeiras das famílias afectam as comunidades locais e os mercados regionais. Outra lição retirada da crise foi o facto de que o bem-estar financeiro da população norte-americana contribui para a estabilidade financeira do país. Por sua vez, a falta de literacia financeira dos indivíduos limita a prosperidade e constitui uma barreira à melhoria do nível de vida das famílias. O lema da estratégia de 2011 é promover bem-estar financeiro sustentável, criando mecanismos necessários para que as famílias e os indivíduos façam escolhas informadas. A FLEC procura fazer com que não sejam apenas os agentes promotores de literacia financeira a irem ter com os cidadãos, mas que a própria população também procure informação, aconselhamento sobre os serviços financeiros que necessitem. A actual estratégia norte-americana é uma actualização da estratégia que foi lançada em 2006 pela mesma comissão.

Quadro 5.3 - Estratégia dos Estados Unidos da América

Características	Descrição
Nome da Estratégia	National Strategy for Financial Capability
Entidade Promotora	Financial Literacy and Education Commission (lançada pelo Departamento do Tesouro norte-americano em 2006).
Especificidades	Visa proporcionar à população norte-americana bem-estar a nível financeiro, segurança financeira e estabilidade financeira. Procura implementar uma cultura que faça com que os consumidores procurem informações e aconselhamentos sobre situações financeiras e que coloquem questões antes de efectuarem transacções ou tomarem decisões.
Objectivos principais	Identificar as formas que se tornar apelativas e captarem a atenção da população para as questões de finanças pessoais, e as práticas que resultaram melhor. Identificar os programas que efectivamente responderam às necessidades específicas de determinados segmentos tais como populações com baixos rendimentos, imigrantes e pessoas excluídas financeiramente. Apostar na investigação na área da literacia financeira e das variáveis que afectam o comportamento dos consumidores, procurando melhorar o seu poder de decisão.

Quadro 5.3 – Estratégia dos Estados Unidos da América (Continuação)

Características	Descrição
Avaliação do impacto da estratégia	Identificar quais foram as formas apelativas que captaram a atenção da população para as questões de finanças pessoais e as práticas que resultaram melhor. Desenvolver ferramentas para medir os conhecimentos financeiros e a capacidade de decisão dos indivíduos. Identificar os programas que efectivamente responderam às necessidades específicas de determinados segmentos tais como populações com baixos rendimentos, imigrantes e pessoas excluídas financeiramente.
Meios de divulgação	Programas de educação financeira desenvolvidos com comunidades locais, criação de conteúdos de educação financeira a serem leccionados nas escolas, formação de professores e disponibilização de informação financeira em mymoney.gov - portal de literacia financeira gerido pela Financial Literacy and Education Commission.

5.2.4) A estratégia da Nova Zelândia

O desenvolvimento da estratégia de literacia financeira da Nova Zelândia foi anunciado a 1 de Dezembro de 2006 durante o Simpósio de Literacia Financeira em Wellington. O governo neo-zelandês à semelhança do que acontece a nível internacional, também procurou consciencializar a população para a importância de melhorar a literacia financeira, devido ao aumento da complexidade dos produtos financeiros. Um inquérito realizado em 2006 pela *ANZ Retirement Commission*, concluiu que a população neo-zelandesa evidência ter fracos conhecimentos financeiros. A estratégia foi estruturada pela *Retirement Commission*, uma entidade neozelandesa independente que tem como missão melhorar a educação financeira dos indivíduos e tem como objectivo principal melhorar o bem-estar financeiro dos neozelandeses.

A *Retirement Commission* constata que muitos indivíduos carecem de competências básicas para comprar o melhor produto financeiro ao melhor preço, o que faz com que não consigam desempenhar o seu papel como agentes que contribuem para uma maior eficiência do mercado. A entidade responsável pela estratégia de literacia financeira encara a literacia financeira do consumidor como algo que traz benefícios não apenas para os indivíduos e para as famílias, mas também para a economia neozelandesa (*Retirement Commission*, 2011, pág. 8).

Os três princípios que regem a estratégia são o alcance do maior número de pessoas possível, alargar a distribuição dos conteúdos e partilhar práticas que realmente resultem.

As linhas de orientação da estratégia basearam-se num modelo conceptual composto por um conjunto de pré-requisitos a serem tidos em conta para melhorar a literacia financeira da população e conseqüentemente o seu bem-estar da população neozelandesa.

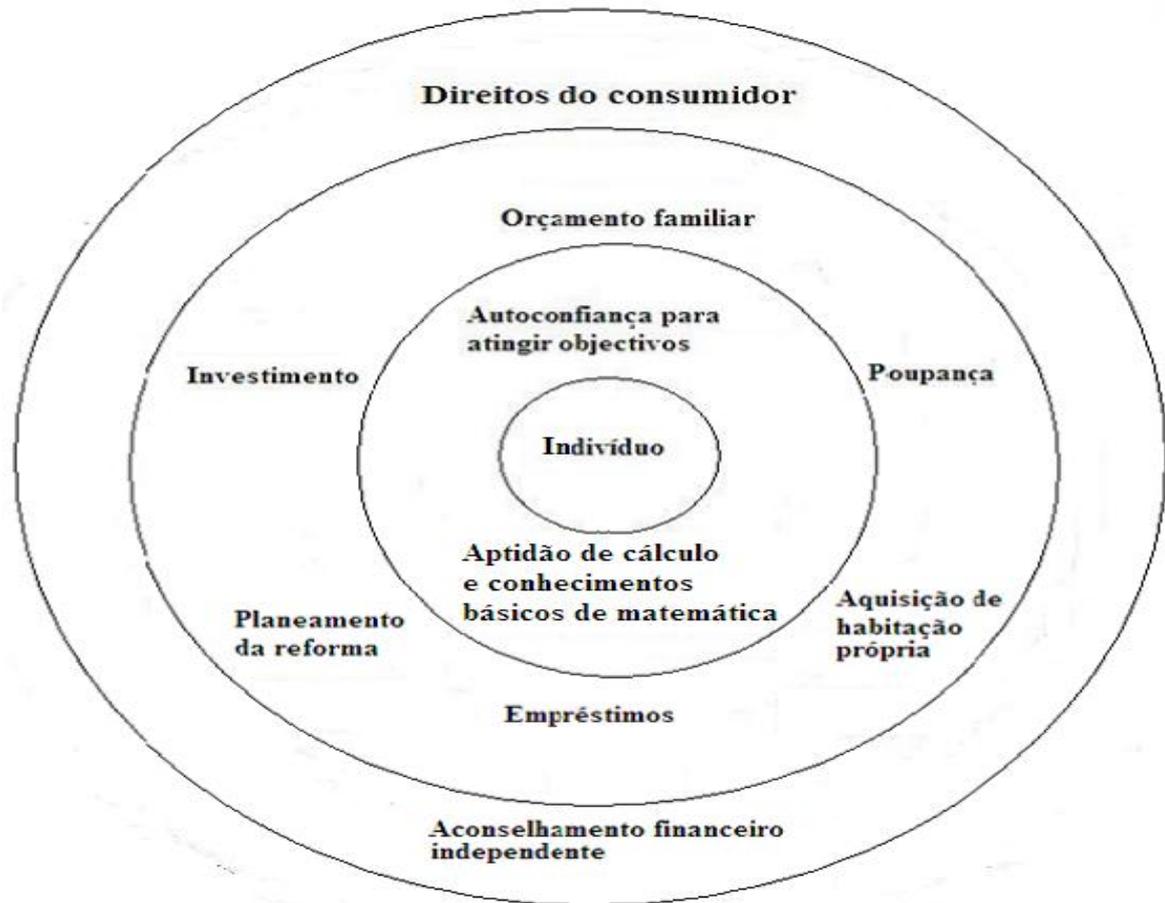


Figura 5.1- Literacia e bem-estar financeiro pessoal (Fonte: Retirement Commission, 2011 pág. 14)

O diagrama da figura 5.1 resume esses pré-requisitos que são nada mais, nada menos, do que os temas que devem ser abordados nos programas de educação financeira integrados na estratégia. Na óptica da Retirement Commission, para que a população da Nova Zelândia consiga melhorar a sua literacia financeira deverá obter conhecimentos sobre poupança, investimento, empréstimos, compra da primeira casa, planeamento de reforma, entre outros requisitos mencionados na Figura 5.1.

Outra das prioridades da estratégia de literacia financeira neozelandesa é trabalho com as comunidades das ilhas do pacífico. A Retirement Commission trabalha em conjunto com o Ministério dos Assuntos das Ilhas do Pacífico e outras entidades importantes, de forma a assegurar que os programas de educação financeira são concebidos à medida das

especificidades das comunidades Maori (povo indígena vindo da Polinésia que chegou a Nova Zelândia antes dos europeus) e das suas respectivas tribos (Te Puni Kokiri e Ngai Tahu). Os Maori são considerados os povos nativos da Nova Zelândia, mas que apesar de falarem a sua própria língua e adoptarem práticas culturais muito próprias, estão integrados na sociedade neozelandesa. Estas comunidades ocupam na sua maioria cargos do sector primário, pois dedicam-se essencialmente à produção agrícola, silvicultura e à pesca, o que explica a elevada exposição a riscos globais e locais. Apesar da taxa de participação no ensino secundário e no ensino superior estar a aumentar, os níveis continuam a ser inferiores comparativamente com o resto da população neozelandesa, no entanto existem sinais de melhoria da mesma forma que a economia destas tribos está a crescer (Te Puni Kokiri Government, 2011).

Em 2010 a *Retirement Commission* lançou uma estratégia de literacia financeira específica para os Maori, por serem um segmento da sociedade com níveis mais baixos de literacia financeira, comparativamente ao resto da população neozelandesa. Esta conclusão foi retirada dos inquéritos sobre conhecimentos financeiros promovidos pela *Retirement Commission* em parceria com o *ANZ Bank* em 2005 e 2009. A estratégia pretende definir objectivos e programas de educação financeira específicos de acordo com as necessidades e a realidade cultural dos Maori. Apesar dos tratados de ocupação constituírem uma alavanca para o crescimento económico de muitas destas tribos, se a gestão desta riqueza não for acompanhada de programas de educação financeira, o tempo de vida dos recursos financeiros será muito curto (Retirement Commission, 2010).

Uma das iniciativas da estratégia baseia-se no ensino da educação financeira nas escolas, por parte de estudantes universitários de origem Maori, pois estes têm a missão de incutir práticas de gestão racional dos recursos aos seus conterrâneos mais jovens. Outro dos objectivos passa pelo desenvolvimento de parcerias entre agentes promotores de educação financeira provenientes do Governo, organizações não governamentais e instituições financeiras e as tribos e subtribos Maori. O plano decorrerá até 2015, estando prevista em 2013 a realização de um inquérito sobre conhecimentos financeiros às comunidades das ilhas do Pacífico para avaliar o impacto das iniciativas de educação financeira.

Quadro 5.4 Estratégia da Nova Zelândia

Características	Descrição
Nome da Estratégia	National Strategy for Financial Literacy
Entidade Promotora	Retirement Commission
Especificidades	Trata-se de uma estratégia que define programas de educação financeira consoante os conhecimentos da população, sendo a comunidade Maori, um alvo a ser atingido através de uma estratégia especial. Apostar na investigação na área da literacia financeira e das variáveis que afectam o comportamento dos consumidores, procurando melhorar o seu poder de decisão.
Objectivos principais	Aumentar o bem-estar financeiro dos neozelandeses, promover a inclusão financeira, identificar as formas mais eficazes de dinamizar educação financeira consoante as características da população; identificar formas apelativas de captarem a atenção da população para as questões de finanças pessoais; abordagens arrojadas e inovadoras e as práticas que resultam melhor.
Parceiros	Governo federal, organizações nacionais e regionais, comunidades, associações sem fins lucrativos, instituições provadas, deverão trabalhar juntos de forma a garantir que toda a população será alcançada.
Avaliação do impacto da estratégia	Criar uma avaliação padronizada dos programas e iniciativas que são desenvolvidas pelos parceiros que colaboram na estratégia, para que possam ser trocadas experiências e identificadas práticas que realmente funcionam. Desenvolver ferramentas para medir os conhecimentos financeiros e a capacidade de decisão dos indivíduos. Identificar programas que efectivamente respondam às necessidades específicas de determinados segmentos tais como populações com baixos rendimentos, imigrantes e pessoas excluídas financeiramente.
Meios de comunicação e de divulgação	Cursos de formação de professores para a importância da educação financeira nas escolas. Utilização de recursos de elevada qualidade para apoiar os professores a promover a educação financeira nas salas de aulas. As entidades patronais e os sindicatos terão como missão identificar as tácticas e os programas que melhor resultam na dinamização da educação financeira aos trabalhadores. Os programas a serem implementados nas comunidades das ilhas do Pacífico serão concebidos de acordo com as suas especificidades.

5.2.5) A estratégia da Índia

Em 2007 o *Reserve Bank of India* (RBI) anunciou um conjunto de medidas que visam melhorar a educação financeira da população indiana. Na Índia a necessidade de educação financeira é ainda maior do que nos países desenvolvidos, visto que os níveis de literacia

de grande parte da população são baixos, assim como os níveis de inclusão financeira (Das, 2007).

As iniciativas de promoção de literacia financeira do *Reserve Bank of India* dividem-se em três áreas: Correspondentes de negócio do RBI, centros de aconselhamento de crédito e distribuição de materiais de educação financeira em múltiplas plataformas. Os correspondentes de negócio do RBI têm como missão promover a inclusão financeira e como tal aumentar o alcance das populações mais desfavorecidas aos serviços bancários. São exemplos destes correspondentes de negócio, as organizações não governamentais, instituições de micro financiamento, clubes dos agricultores e outros centros comunitários. Estes agentes têm também como função auxiliar as famílias numa fase preliminar de recurso ao crédito, verificando a documentação e a capacidade de cumprimento dos futuros tomadores de crédito e ao mesmo tempo ajudar a preencher a documentação das instituições financeiras, relativa aos pedidos de financiamento. Além das questões relacionadas com o crédito, estes agentes têm ainda a missão de sensibilizarem a população para a importância da poupança e aconselhamento na gestão do dinheiro e da dívida.

Na Índia o acesso aos serviços financeiros ainda é bastante limitado, especialmente nas zonas rurais. É estimado que apenas cinco por cento das aldeias da Índia dispõem de um banco comercial, cerca de 40 por cento da população adulta não possui uma conta bancária e nas zonas rurais esse número cresce para os 60 por cento (Thorat, 2007). No entanto, se por um lado é importante aumentar a inclusão financeira na Índia, por outro é necessário que essa inclusão esteja acompanhada de programas de educação financeira. Muitos agricultores que apostaram no seu próprio negócio recorrendo a empréstimos pouco adaptados às suas capacidades, têm sofrido graves dificuldades em lidar com problemas de endividamento, sendo por vezes o suicídio a única solução encontrada. Quanto mais pobres forem as famílias, mais dificuldades terão em aceder ao crédito por parte das instituições financeiras, o que faz com que muitas recorram a formas informais de financiamento, na maioria das vezes pouco seguras e com juros bastante elevados. A falta de aconselhamento financeiro adequado às populações mais pobres da Índia, levou o *Reserve Bank of India* a criar os *Credit Counseling Centres* com o objectivo de apoiar os agricultores e as mulheres a iniciarem o seu próprio negócio. Estes centros prestam auxílio no acesso ao crédito de forma segura, ajudam as famílias mais desfavorecidas a encontrarem as suas próprias fontes de financiamento e a gerirem os seus negócios de forma sustentável para evitar situações de incumprimento. O micro financiamento (empréstimos, produtos de poupança, seguros e outros produtos financeiros direccionados para as populações mais pobres) é

visto pelo governo indiano como uma forma de combate à fome e à pobreza, e de auxílio às populações mais vulneráveis para criarem as suas próprias fontes de financiamento. Famílias com maiores rendimentos, mais hipóteses têm de investir na educação e na saúde dos seus filhos. Contudo é necessário que estas fontes de financiamento sejam seguras e que os negócios sejam viáveis para que as comunidades se possam desenvolver e que a desigualdade na distribuição da riqueza seja atenuada.

Outra iniciativa do *Reserve Bank of India* para a promoção da literacia financeira é a divulgação de materiais de educação financeira em múltiplas plataformas desde aplicações no telemóvel, websites interactivos para todas as idades, disponibilização de panfletos e brochuras, vídeos, etc.

Quadro 5.5 – Estratégia da Índia

Características	Descrição
Nome da Estratégia	Project Financial Literacy
Entidade Promotora	Reserve Bank of India
Especificidades	Trata-se de um projecto com abordagens múltiplas, de forma a terem significado para o público-alvo. A estratégia foi desenhada e implementada em dois módulos: O primeiro foca-se na economia indiana e nas iniciativas do banco central e o segundo nas questões genéricas relacionadas com a banca. Alguns bancos têm lançado campanhas em zonas rurais e em áreas semi-urbanas sobre gestão das finanças pessoais, aconselhamento e auxílio na regularização das dívidas e resolução de problemas financeiros por parte das famílias. Existem centros de aconselhamento de crédito, os chamados <i>Credit Counseling Centres</i> , com o objectivo de auxiliar grupos de mulheres e formar agricultores a criarem o seu próprio negócio e desenvolverem actividades geradoras de receitas próprias. Algumas representações do Banco de Reserva da Índia em algumas cidades indianas lançaram livros de banda desenhada com ilustrações e curtas-metragens sobre literacia financeira, com conteúdos sobre produtos bancários básicos, empréstimos à agricultura, empréstimos habitação e empréstimos ao consumo e cartões de crédito e de débito.
Objectivos Principais	Divulgar informação relacionada com o banco central e com conceitos gerais sobre banca a vários segmentos da população, incluindo crianças em idade escolar, universitários, mulheres, cidadãos seniores, habitantes das zonas rurais e população mais desfavorecida; constituir um grupo de trabalho para dar assistência a agricultores com dificuldades em acederem fontes de financiamento para desenvolverem os seus negócios, nomeadamente através de empréstimos à agricultura e promover a inclusão financeira da população que não tem qualquer relação com o banco, através de acções de educação financeira que expliquem os benefícios e as formas de acesso ao sistema financeiro.

Quadro 5.6 – Estratégia da Índia (continuação)

Parceiros	Instituições financeiras a operarem na Índia, governos locais, organização não governamentais, escolas e universidades.
Meios de comunicação e de divulgação	Disponibilização de panfletos, brochuras, vídeos, websites, conferências, jogos de computador, e cartazes em inglês, Hindi, Telugu e Urdu.

5.3) As diferentes realidades socioeconómicas

Apesar de estes países encararem a literacia financeira como um instrumento que contribui para a melhoria do bem-estar financeiro das populações e que auxilia os indivíduos a tomarem decisões mais conscientes face ao aumento da complexidade e diversidade dos produtos financeiros, existem significativa diferenças a nível socioeconómico. A comparação de alguns indicadores socioeconómicos foi realizada para compreender as especificidades de cada estratégia, dado o nível de rendimentos, de literacia, educação e as tendências demográficas, expressos nas figuras 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8.

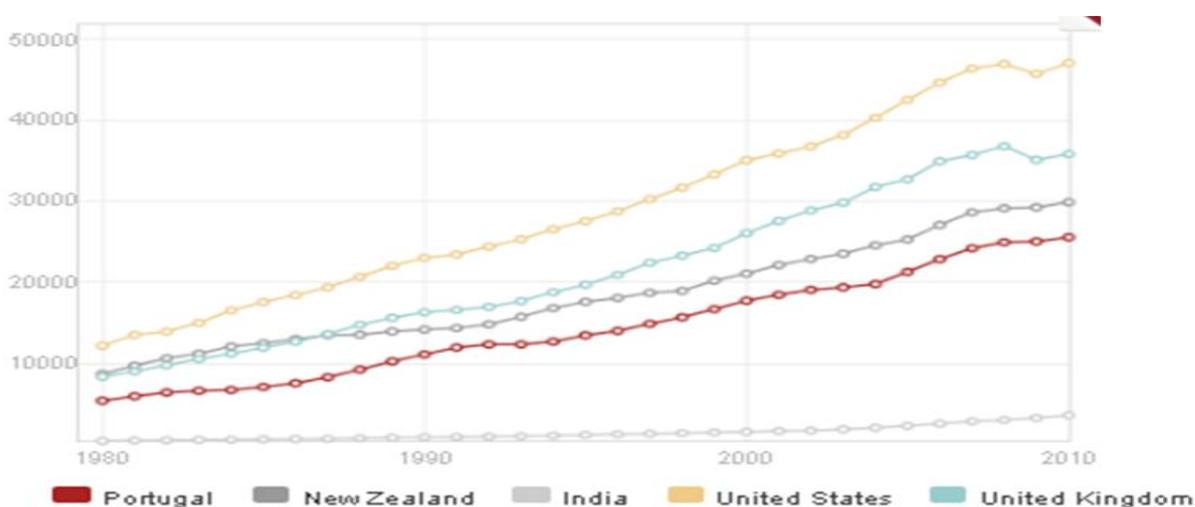


Figura 5.2 - PIB *per capita* dos cinco países expresso em dólares norte-americanos registado em 2010 (Fonte: Banco Mundial (dados obtidos através do website Banco Mundial em <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?display=graph>))

O gráfico da Figura 5.2 ilustra as diferenças entre a evolução do PIB *per capita* medido em paridade dos poderes de compra (PPC) expresso em dólares norte-americanos de 2010⁴.

Apesar de Portugal ser um dos países membros da OCDE, tal como o Reino Unido, Estados Unidos e a Nova Zelândia, é o país entre os quatro que apresenta a posição menos favorável, sendo os Estados Unidos o país que apresenta o valor mais elevado. Por sua vez o PIB *per capita* da Índia assume uma posição muito abaixo da média dos cinco países.

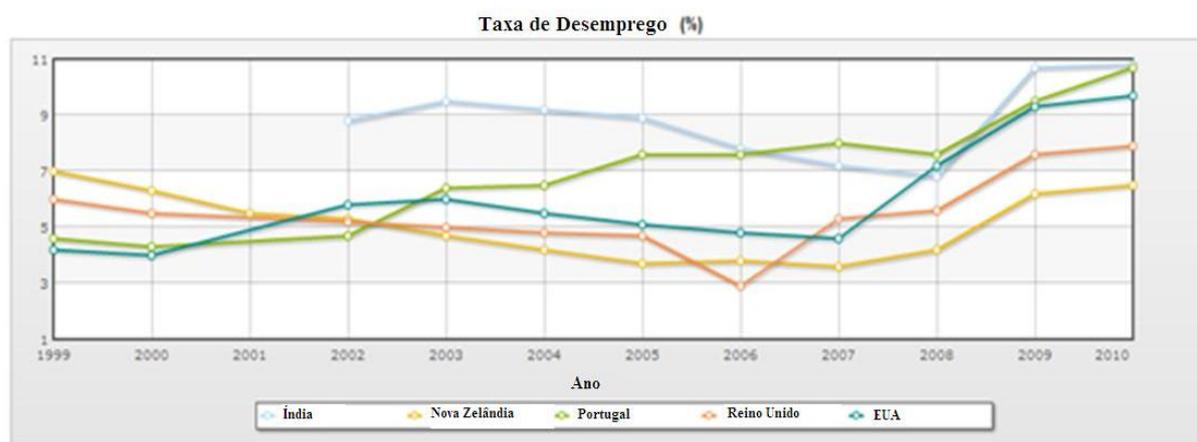


Figura 5.3 - Evolução da taxa de desemprego nos cinco países (Fonte: Index Mundi (dados obtidos através do website Index Mundi em <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=74>))

Desde 2008 que a taxa de desemprego assume uma tendência crescente nos cinco países, sendo Portugal e a Índia os países a registarem as taxas mais elevadas em 2010. Um dos efeitos adversos da evolução das taxas de desemprego nos cinco países, prende-se precisamente com a maior dificuldade das famílias em cumprirem as suas obrigações e enfrentarem maiores dificuldades financeiras. A Nova Zelândia é o país que registou a taxa de desemprego mais baixa em 2010 (6,5 por cento), seguindo-se o Reino Unido (7,9 por cento) e os Estados Unidos (9,7 por cento).

⁴ O PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num determinado país com a população residente. O facto de ser medido em PPC em dólares norte-americanos dá-nos uma medida das diferenças dos níveis de preços entre os países, ao indicar para um determinado produto ou agregado de produtos, o número de unidades da moeda comum necessário para adquirir o mesmo volume de produtos ou agregado de produtos em cada país. Este indicador fornece uma referência do poder de compra *per capita* atendendo o nível geral de preços dos países.

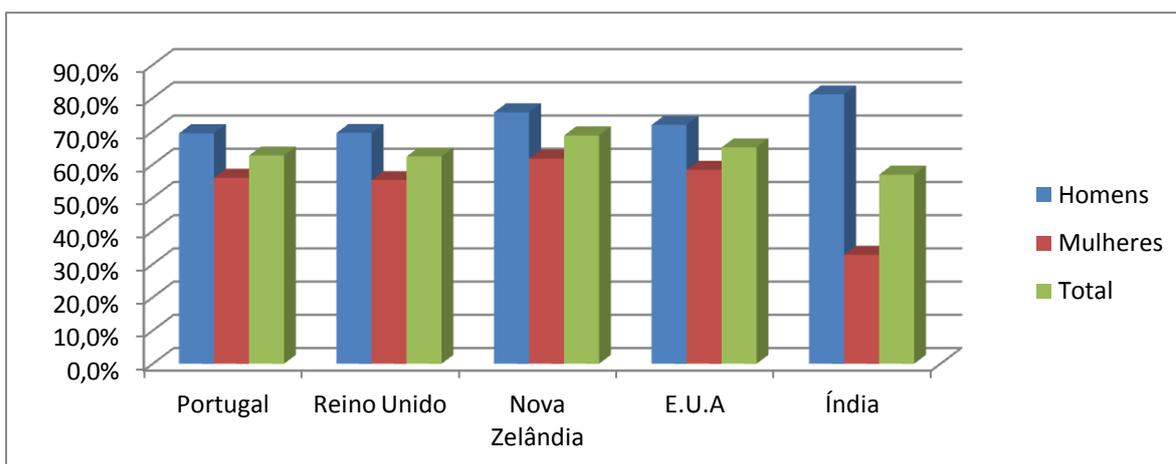


Gráfico 5.4 - Taxa de participação masculina e feminina no mercado de trabalho em 2009 (Fonte: UNESCO (dados acedidos através do website da UNESCO em <http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/default.aspx>)

A Nova Zelândia é o país onde a taxa de participação das mulheres é mais elevada, Portugal apresenta um resultado mais elevado que o Reino Unido, sendo a Índia o país onde as mulheres menos participam na vida activa. Nos cinco países os homens apresentam taxas de participação no mercado de trabalho mais elevadas que as mulheres. A comparação das taxas de participação no mercado de trabalho ajuda a compreender a igualdade de género e de certa forma as diferenças de acesso a fontes de rendimento.

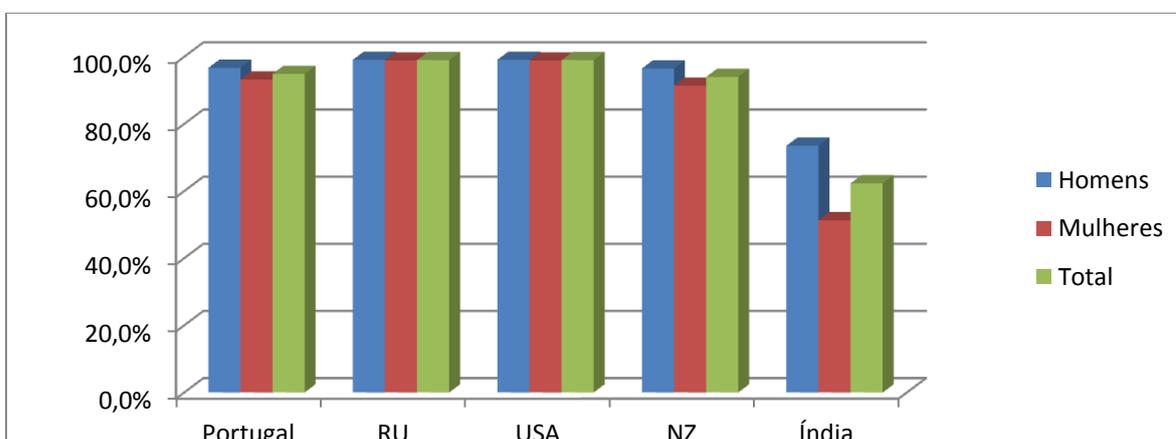


Figura 5.5 - Taxa de literacia da população adulta em 2009 (Fonte: Unesco (dados acedidos através do website da UNESCO em <http://www.uis.unesco.org/Literacy/Pages/default.aspx>).

Constata-se que em 2009 nos cinco países, os homens apresentaram uma taxa de literacia da população adulta mais elevada que as mulheres. Em Portugal perto de cinco por cento da população adulta não é capaz de perceber e de interpretar o que é lido e na Índia quase

50 por cento das mulheres era iletrada em 2009. A observação destes dados permite comparar as diferenças que existem entre a Índia e os quatro países, pois a literacia financeira só é possível ser alcançada, se a população for letrada. A Índia é o país que apresenta valores mais baixos, visto que pouco mais de 60 por cento da população é capaz de ler, de escrever e de aplicar os conhecimentos às necessidades do seu dia-a-dia.

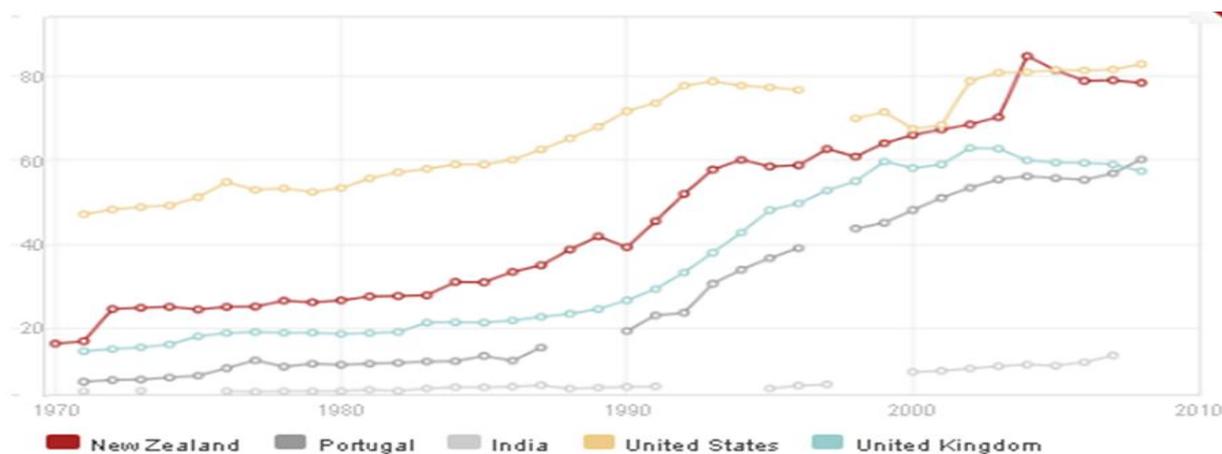


Figura 5.6 - Taxa de participação no ensino superior (Fonte: Banco Mundial (dados acedidos através do website do Banco Mundial em <http://data.worldbank.org/indicador/SE.TER.ENRR/countries/PT-IN-NZ-GB-US?display=graph>)

Em 2008, a taxa de participação de alunos no ensino superior em Portugal foi mais elevada que a do Reino Unido, atingido os 60 por cento. Os Estados Unidos (82,9 por cento) e a Nova Zelândia (80 por cento) apresentaram valores mais altos. A Índia ocupa a posição mais desfavorecida, pois apenas 13,5 por cento da população frequentava o ensino superior.

A observação deste indicador ajuda a compreender a forma como a literacia financeira se relaciona com o nível de educação da população, pois tendencialmente quanto mais baixo for o nível de educação dos indivíduos, mais baixo será o nível de literacia financeira.

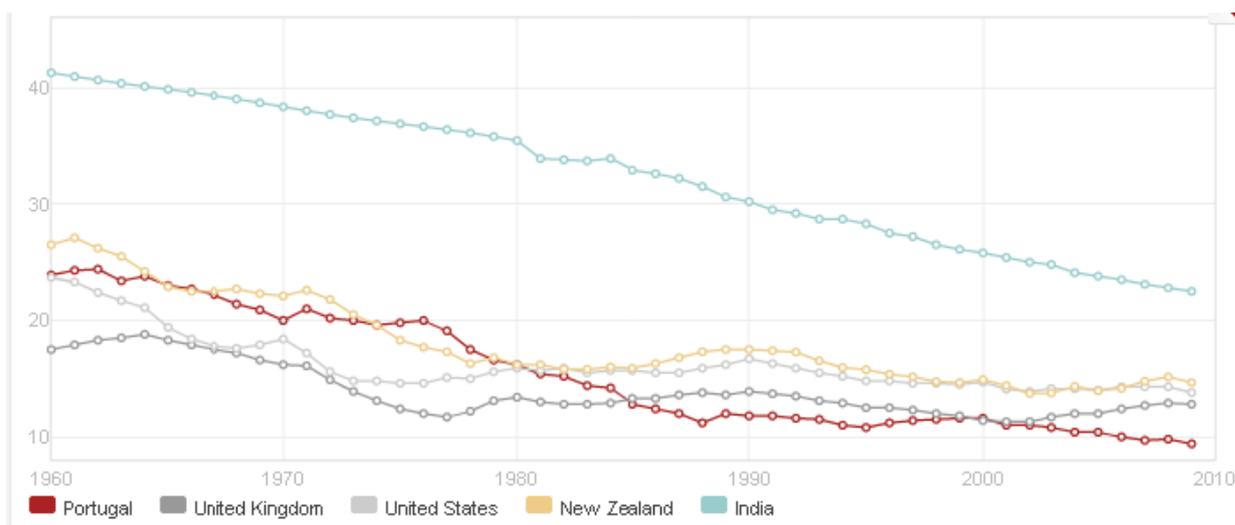


Figura 5.7 - Taxa bruta de Natalidade (Fonte: Banco Mundial (Dados acedidos através do website do Banco Mundial em <http://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.CBRT.IN/countries/PT-GB-NZ-US-IN?display=graph>)

Apesar de na segunda metade da década de 1970, Portugal apresentar taxas brutas de natalidade mais elevadas que o Reino Unido, Estados Unidos e Nova Zelândia, actualmente apresenta os valores mais baixos relativamente aos quatro países. A Índia apesar de o número de nascimentos apresentarem igualmente uma tendência de descida, continua a ser o país a registar a taxa mais alta (22,5 por cento). O Reino Unido, Estados Unidos e Nova Zelândia apresentaram taxas de natalidade brutas acima dos dez por cento em 2009, apesar de registarem um ligeiro decréscimo por comparação a 2008. A observação da taxa bruta de natalidades nos cinco países permite antever uma futura diminuição da população activa, o que eventualmente implicará uma diminuição das contribuições para os regimes de segurança social.

Como se pode observar pela Figura 5.8, embora na década de 60, Portugal tenha registado um rácio de dependência da população idosa⁵ mais baixo que o Reino Unido, Estados Unidos e Nova Zelândia, apresentava em 2010 o valor mais elevado dos cinco países (26,8 por cento). Já a Índia registou em 2010 um rácio muito inferior aos restantes países (7,6 por cento), pois apesar da taxa bruta natalidade apresentar assumir uma tendência

⁵ O rácio de dependência da população idosa mede a relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com idade entre os 15 e os 64 anos).

decrecente, a população ainda é bastante jovem. A tendência crescente do rácio de dependência da população idosa conjugada com as baixas taxas de natalidade, permite entender as razões da transferência das responsabilidades sociais para os cidadãos, no que se refere ao planeamento da reforma.

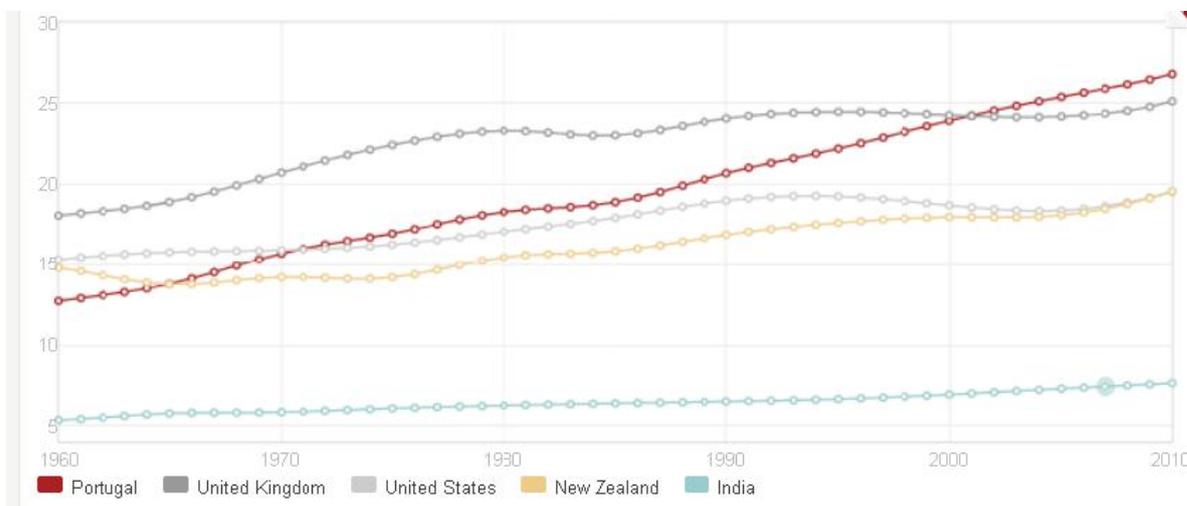


Figura 5.8 - Rácio de dependência da População Idosa (Fonte: Banco Mundial (dados acedidos através do website do Banco Mundial em <http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.DPND/countries/PT-IN-NZ-GB-US?display=graph>))

5.4) Diferenças e semelhanças entre as várias estratégias

Após serem analisadas as estratégias de promoção de literacia financeira de Portugal; Reino Unido; Estado Unidos; Nova Zelândia e Índia constatou-se que existem muito mais semelhanças do que diferenças. Apesar de estes países apresentarem realidades sociais diferentes, a aposta na promoção da literacia financeira é uma área que pretende ser desenvolvida pelos seus respectivos governos. Tanto a estratégia de Portugal, como a estratégia dos Estados Unidos e da Índia estão a cargo do banco central de cada país. Embora as estratégias da Nova Zelândia e do Reino Unido não sejam dirigidas pelo banco central, são desenvolvidas por associações independentes, de forma a preservar o serviço público e os direitos dos consumidores. O facto das cinco estratégias serem desenvolvidas por organismos públicos ou associações independentes, constitui uma forma de assegurar que a educação financeira chega até às populações de forma imparcial e desprovida de interesses comerciais. Outra característica comum destas iniciativas a nível nacional é a preocupação em alcançar a maioria dos cidadãos inseridos em diferentes contextos e

diferentes segmentos da sociedade, procurando adaptar os programas de formação e conteúdos às características de cada público-alvo. Para que as acções de formação ganhem significado e relevância para os participantes, as entidades responsáveis pelas estratégias procuram adaptar os programas de forma a que reflectam as etapas da vida das pessoas (compra de uma casa, o primeiro emprego, o casamento, o divórcio, etc.).

Sensibilizar os consumidores para a importância da educação financeira, como uma forma de efectuarem escolhas informadas sobre produtos financeiros e adoptarem comportamentos financeiros mais conscientes no seu quotidiano, é outro objectivo que está presente nas iniciativas de Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia e da Índia. A própria estratégia norte-americana refere que ambiciona criar uma cultura que faça com que os consumidores procurem informações e aconselhamento imparcial antes de tomarem decisões importantes a nível financeiro (escolha de um produtos de crédito, abertura de um negócio próprio, etc), (Financial Literacy and Education Commission, 2011).

A avaliação do impacto das iniciativas de promoção da literacia financeira é uma componente que integra as estratégias de literacia financeira destes países, à excepção da Índia. Mais do que lançar programas e conceber conteúdos de educação financeira, as entidades responsáveis por estas estratégias têm como preocupação verificar se os participantes estão efectivamente a adoptar comportamentos mais conscientes e quais são as práticas que efectivamente resultam e surtam efeitos sobre a população. O lançamento destas iniciativas surge da crença de que a literacia financeira contribui para o aumento do bem-estar financeiro das populações (OCDE, 2009) e que consumidores com mais conhecimentos financeiros contribuem para uma indústria de serviços financeiros de forma mais eficiente e mais transparente, proporciona benefícios não apenas para os consumidores, mas também para a economia em geral (Retirement Commission, 2011a).

Relativamente às diferenças ou às especificidades de cada estratégia, estas estão relacionadas com as diferentes realidades de cada país. Apesar de a Índia registar taxas de crescimento anuais do PIB acima dos sete por cento, existem ainda muitas disparidades ao nível do PIB *per capita*, da literacia, da educação e do acesso aos serviços financeiros, o que explica o facto da estratégia deste país ser muito virada para a inclusão financeira e para a questão do micro-financiamento. O Reserve Bank of India dá especial atenção às famílias mais pobres e aos habitantes das zonas rurais que vivem principalmente da agricultura e da subsistência. As estatísticas mostram também que na Índia ainda existe uma grande desigualdade de género ao observar-se a taxa de participação das mulheres no

mercado de trabalho e a nível educacional, o que faz com que os conselheiros de crédito e outros agentes promotores de inclusão financeira, procurem capacitar as mulheres a criarem fontes de rendimento próprias e alertá-las para a importância do acesso aos serviços bancários básicos.

A estratégia norte-americana diferencia-se pela tentativa de contornar os efeitos que a crise do *subprime* provocou nas famílias norte-americanas, pois muitas delas contrataram modalidades de empréstimos para aquisição de habitação pouco adequadas à sua capacidade de cumprimento e muitas famílias perderam as suas poupanças com a falência de alguns bancos.

A estratégia do Reino Unido tem uma componente muito comportamental ao assumir que a sua missão é mudar o comportamento dos consumidores e melhorar a vida das pessoas, ajudando-as a tomar controlo das suas finanças e diferencia-se por utilizar o termo *financial capability* (capacidade financeira) em vez de literacia financeira. Um dos objectivos principais da estratégia britânica é fazer com que os consumidores adquiram as competências necessárias para que se tornem “financeiramente capazes”. De acordo com a *Financial Services Authority*, um consumidor é financeiramente capaz se tiver capacidade de fazer face às suas despesas, manter o controlo das suas finanças, se souber escolher serviços financeiros e se mantiver a par das questões financeiras (*Financial Services Authority*, 2005).

Já a estratégia neozelandesa, tem a particularidade de desenvolver um trabalho específico com as populações das ilhas do Pacífico e com os Maori, uma vez que são segmentos que apresentam níveis de literacia mais baixos que os neozelandeses, de acordo com o inquérito de literacia financeira dirigidos pela *ANZ Retirement Commission* em 2005 e 2009. Foi precisamente para atenuar esta desvantagem que a *Retirement Commission* criou uma estratégia de literacia financeira específica para estas tribos indígenas.

A estrutura da estratégia de literacia financeira portuguesa talvez por ter sido lançada pela primeira vez em Maio de 2011 apresenta muitas semelhanças às estratégias dos outros países. É uma estratégia que se diferencia por resultar de uma acção coordenada entre o Banco de Portugal, a CMVM e o Instituto de Seguros de Portugal. A colaboração conjunta das três instituições resulta do resultado de diagnóstico que o Banco de Portugal elaborou antes de divulgar o Plano Nacional de Formação Financeira. Este diagnóstico teve como base os resultados do inquérito à literacia financeira da população portuguesa e as reclamações e os pedidos de informação financeira apresentados junto das três instituições. Os resultados do inquérito indicam que “existem lacunas em termos de formação

financeira necessária à comparação e avaliação dos produtos e serviços bancários com base em critérios objectivos” (Banco de Portugal, 2011a, pág, 7). Também os inquéritos realizados pela CMVM evidenciam que existe um número de pessoas com menor escolaridade e menores rendimentos que participam hoje nos mercados financeiros, o que justifica a necessidade de incrementar iniciativas de formação aos actuais e potenciais investidores. Por outro lado no âmbito dos seguros, a procura de informação tem incidido sobre os direitos decorrentes de sinistros e sobre aspectos relacionados com a contratação e cessação de contratos. Além das experiências internacionais e das recomendações da OCDE, foi com base no levantamento destas necessidades que o Plano Nacional de Formação Financeira definiu as suas linhas de orientação.

Capítulo VI) O que define uma pessoa financeiramente letrada?

6.1) Os caminhos traçados para a resposta

Se por um lado é crescente a importância atribuída à literacia financeira dos consumidores pelos governos dos vários países, organizações internacionais, várias instituições privadas e investigadores, por outro lado existe ainda muito pouca literatura sobre a medição do conceito de literacia financeira.

Embora a investigação na área da literacia financeira tenha vindo a aumentar ao longo dos anos; existe ainda pouca consistência na forma como a literacia financeira é definida (como mostra o quadro 2.1), uma vez que vários autores abordam o tema de forma diferente, atribuindo-lhe diferentes conotações (Hung *et al*, 2009).

Uma das limitações da educação financeira prende-se com a definição daquilo que significa uma pessoa financeiramente letrada. Para responder à questão, foram analisados vários documentos como as estratégias de literacia financeira, os conteúdos abordados nos portais de educação financeira, as estruturas dos inquéritos de literacia financeira e a forma como o conceito de literacia financeira aparece definido ao longo da literatura. Para compreender que conhecimentos e competências são testados para aferir se as pessoas são financeiramente capacitadas ou não, foram analisados o inquérito da *Financial Services Authority*, as linhas orientadoras da OCDE, o inquérito à literacia financeira da população portuguesa, o inquérito à literacia financeira dos Estados Unidos e o inquérito sobre os conhecimentos financeiros realizado na Nova Zelândia.

6.2) O que define uma “pessoa financeiramente capaz” na óptica da *Financial Services Authority*

Como foi referido no capítulo V, uma das funções da *Financial Service Authority* (FSA) é lançar campanhas de educação financeira que tornem os “consumidores financeiramente mais capacitados”, através de um conjunto de iniciativas que os ajudem a tomar decisões financeiras mais conscientes e os sensibilize para uma melhor gestão dos recursos.

O termo *financial capability* (capacidade financeira) refere-se à capacidade das pessoas gerirem e terem controlo das suas finanças.

As diferenças entre os conceitos de literacia financeira e capacidade financeira parecem bastante ténues. Literacia financeira é um conceito que enfatiza o conhecimento objectivo de temas específicos relacionados com o dinheiro, a economia e questões financeiras e contempla medidas subjectivas de auto-avaliação de confiança. Já a capacidade financeira refere-se à capacidade de ler, analisar e comunicar sobre as condições financeiras pessoais que afectam o bem-estar a nível material. Inclui a capacidade de discernir sobre decisões financeiras, discutir sobre dinheiro e assuntos financeiros, planear para o futuro e responder de forma competente aos acontecimentos que ocorrem nas várias etapas da vida que afectam as decisões financeiras, incluindo acontecimentos da economia em geral (Orton, 2007).

Shaun Mundy (2006), antigo chefe do departamento de *financial capability* da FSA, defende que os consumidores podem experimentar uma grande melhoria no seu bem-estar financeiro se conseguirem melhorar a sua capacidade financeira de acordo com o esquema da Figura 6.1.

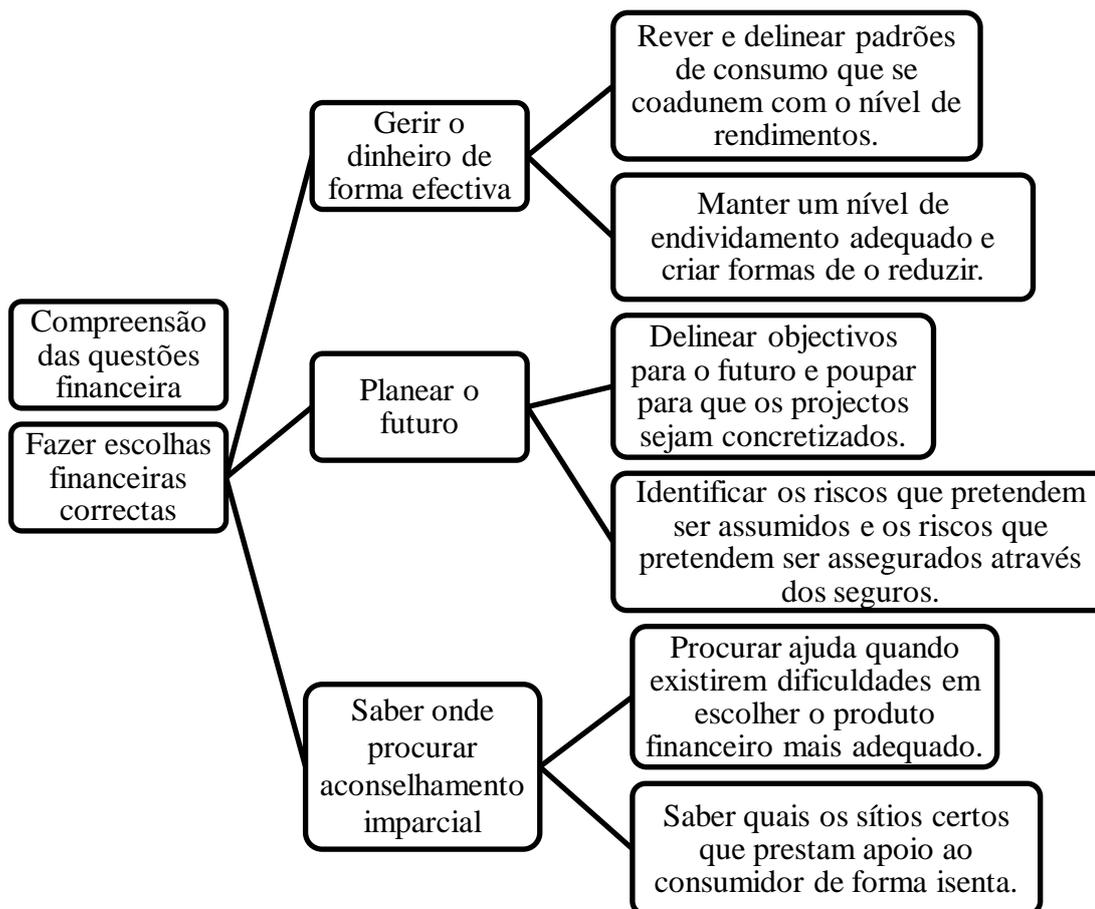


Figura 6.1 - Como melhorar a capacidade financeira dos indivíduos? (Fonte: Mundy, 2006, Pág. 7)

Em 2005 a FSA lançou o primeiro inquérito à capacidade financeira da população residente no Reino Unido. Tendo em conta que o conceito inclui cinco competências chave (1- fazer face às despesas; 2 -ter as finanças sob controlo; 3- planear para o futuro; 4- fazer escolhas de produtos financeiros e 5- manter-se a par das questões financeiras), o inquérito baseou-se num conjunto de questões com o intuito de aferir se os indivíduos eram dotados destas capacidades (FSA, 2006).

A componente “fazer face às despesas” diz respeito à capacidade das pessoas assumirem os seus compromissos financeiros e pagarem as suas contas todos os meses. Embora todas as pessoas auferam diferentes níveis de rendimento e tenham necessidades diferentes, ser capaz de se certificar que os gastos não excedem os rendimentos é um elemento fundamental para subsistir financeiramente.

“Manter o controlo das finanças” é outra competência que dita se uma pessoa é financeiramente capaz ou não, na óptica da FSA. Esta componente envolve a relação que as pessoas têm com as suas finanças pessoais, as famílias com rendimentos mais baixos ou com mais despesas tendem a necessitar de ter o controlo mais apertado das suas finanças e consultarem o extracto bancário regularmente. Saber se as pessoas sabem o seu saldo bancário; com que frequência consultam os movimentos de conta; se lêem os extractos bancários, foram algumas das questões aplicadas no *Financial Capability Survey* para testar se os inquiridos têm as suas finanças controladas.

A componente “planear para o futuro” refere-se à capacidade das famílias estarem preparadas para despesas inesperadas, criarem planos de reforma e outras etapas da vida futura. Neste âmbito, o inquérito contemplou questões relacionadas com a poupança, se as pessoas estão precavidas contra despesas inesperadas através de fundos de emergência ou seguros, se subscreveram algum complemento de reforma e se vivem para o “hoje” sem se preocuparem com o futuro.

A quarta componente da capacidade financeira é “saber escolher produtos financeiros”. Esta componente refere-se à aptidão dos indivíduos de escolherem produtos financeiros adequados, (se estão conscientes dos riscos inerentes, dos respectivos custos e se conhecem as características do produto, se comparam as características de vários produtos antes de subscreverem um, etc.). Por outras palavras a capacidade de escolher produtos financeiros refere-se à capacidade das pessoas escolherem o cartão de crédito com taxas de juro e despesas anuais mais competitivas, uma conta à ordem com vantagens atractivas e comissões e despesas de manutenção de baixo custo, ou qualquer outro serviço financeiro que se adequa às necessidades do consumidor.

Para testar a capacidade dos indivíduos de escolherem produtos financeiros adequados, os inquiridos foram questionados sobre os serviços financeiros que contrataram nos últimos tempos; se estão a par dos riscos inerentes aos produtos de poupança que subscreveram; se procuram aconselhamento e informação imparcial antes de subscreverem o produto; se conhecem os juros cobrados pelos empréstimos que contraíram e se sabem as taxas de juro com que os seus depósitos são remunerados.

“Manter-se a par das questões financeiras” é a última componente que dita se uma pessoa é financeiramente capaz. Esta componente refere-se à importância que as pessoas dão à actualidade económica e financeira, se consideram importante manterem-se informados sobre a evolução da economia, que recursos utilizam para se manterem a par das questões financeiras (jornais, programas de rádio, televisão, internet), se costumam consultar alguns indicadores económicos e se compreendem o efeito da inflação nas suas poupanças.

6.3) Os conhecimentos e as competências testados nos inquéritos de literacia financeira

Para compreender que conhecimentos e competências são testados para aferir se as pessoas são financeiramente letradas ou não, como se referiu em 6.1, foram analisados além do inquérito da FSA, as linhas orientadoras da OCDE, o inquérito à literacia financeira da população portuguesa, o inquérito à literacia financeira dos Estados Unidos e o inquérito sobre os conhecimentos financeiros realizado na Nova Zelândia. A escolha destes quatro países prende-se com o facto de serem membros da OCDE e por ter sido efectuada uma análise comparativa às suas estratégias nacionais de literacia financeira no capítulo V.

Na segunda reunião em Outubro de 2008, da International Network for Financial Education (INFE), uma rede internacional tutelada pela OCDE, os representantes dos países-membros chegaram à conclusão da necessidade de realização de um estudo comparativo a nível internacional que aferisse o nível de literacia financeira dos indivíduos. Um subgrupo membro da INFE voltou a reunir-se no Rio de Janeiro em Dezembro de 2009 e definiu um conjunto de linhas orientadoras daquilo que na óptica da OCDE deve ser um inquérito de literacia financeira e os conhecimentos da população que devem ser testados. Neste contexto a INFE elaborou um conjunto de recomendações que os países-membros devem ter em consideração ao implementarem inquéritos de literacia financeira:

- Os inquéritos devem ser realizados a nível nacional, mais aos indivíduos, do que às famílias.
- Os inquiridos deverão ter no mínimo 18 anos, mas não deve existir um limite máximo de idade.
- Todos os indivíduos e grupos sociais devem ser incluídos.
- As questões devem incidir sobre quatro temáticas para medir a literacia financeira dos indivíduos, cujas respostas devem ser cruzadas com variáveis explicativas tais como idade, género, circunstâncias familiares, profissão, rendimento, nível educacional e a região do país:

1) Gestão do dinheiro no dia-a-dia dos consumidores (Saber se os inquiridos fazem um orçamento, definem tectos para gastar diariamente, se têm noção de quanto dinheiro gastam por dia, com que facilidade pagam as suas contas a tempo e honram os seus compromissos, etc).

2) Planeamento financeiro (Se têm algum fundo de emergência, se caso percam o emprego conseguem assegurar as despesas para os próximos três meses, que tido de seguros contrataram, se poupam dinheiro e se a poupança é uma prioridade nas suas vidas).

3) Escolha dos produtos adequados (Que critérios têm em conta na escolha de produtos e se costumam fazer comparações entre produtos financeiros semelhantes, antes de subscreverem o escolhido).

4) Compreensão e conhecimento financeiro (Se sabem avaliar o risco e os retornos de um produto (investimento ou poupança), se compreendem a inflação e o que são as taxas directoras, se têm conhecimento das características e do funcionamento dos produtos financeiros que subscrevem para que a escolha seja a mais adequada às suas necessidades, se sabem quais são os direitos dos consumidores e onde podem pedir apoio e aconselhamento).

O inquérito de literacia financeira à população portuguesa promovido pelo Banco de Portugal teve algumas semelhanças com o *Financial Capacity Survey* elaborado pela FSA e a sua estrutura reflectiu muitas recomendações elaboradas pela OCDE nesta matéria. O inquérito realizado em Portugal teve como objectivo identificar os comportamentos financeiros dos portugueses, medir a inclusão financeira, saber quais os critérios utilizados pelos portugueses na escolha de produtos financeiros e se sabem como estes funcionam,

avaliar quais os hábitos de gestão do orçamento e da poupança dos inquiridos e perceber se a população tem conhecimentos sobre conceitos financeiros chave.

A estrutura do inquérito incidiu sobre cinco áreas temáticas: Inclusão financeira, planeamento de despesas e poupança, gestão da conta bancária, escolha de produtos bancários e compreensão financeira. No âmbito da inclusão financeira, as questões focaram-se no uso de serviços bancários (ser titular de uma conta bancária e outros produtos financeiros). As questões sobre planeamento de despesas e poupança tiveram como o objectivo aferir a importância para os inquiridos de realizar um orçamento familiar e se os mesmos costumam poupar. Relativamente à gestão da conta bancária, o inquérito teve como objectivo questionar sobre os hábitos de leitura do extracto bancário, o conhecimento da população a respeito das comissões cobradas pelo banco pela gestão da conta e os critérios utilizados pelos portugueses para a escolha do seu banco. Quanto à escolha de produtos bancários as pessoas foram questionadas se a comparação entre vários produtos foi tida em conta na escolha do mesmo, se lêem a informação pré-contratual prestada pelas instituições financeiras e se sabem como funcionam os juros que estão a pagar pelos empréstimos contraídos. A compreensão financeira incluiu questões como identificação do saldo da conta através do extracto bancário, compreensão da taxa *Euribor*, compreensão do conceito de *Spread* e relação entre taxa de juro e taxa de inflação.

Em Março de 2011 foram divulgados os resultados do inquérito de literacia financeira à população norte-americana promovido pela *National Foundation for Credit Counseling*, uma entidade sem fins lucrativos que funciona como uma rede nacional de aconselhamento de crédito com mais de 800 agências espalhadas pelos Estados Unidos. O inquérito contemplou questões sobre orçamento familiar; gestão dos gastos; hábitos de poupança; preocupação com a situação financeira pessoal; planeamento da reforma; capacidade de pagar as dívidas dentro dos prazos; recurso ao crédito; conhecimentos sobre os termos do empréstimo hipotecário; recurso a empresas de crédito alternativas; conhecimento do seu histórico de crédito e tentativas para melhorar o *credit score* (avaliação do risco de um indivíduo entrar em incumprimento com base na análise de um conjunto de elementos). (Harris Interactive Inc, 2009).

É um inquérito com muitas semelhanças aos inquéritos elaborados em Portugal e na Nova Zelândia. Contudo, destaca-se por dar maior ênfase às questões do crédito imobiliário, devido ao aumento do número de casas confiscadas pelas instituições financeiras como da crise do *subprime*. O conhecimento dos termos e condições dos empréstimos hipotecários é

um factor importante para evitar situações de incumprimento. Nos Estados Unidos o histórico de crédito dos cidadãos (relatório sobre os créditos histórico de pagamentos, créditos em dívida, registo de situações de incumprimento), assim como o seu *credit score*, são duas componentes que são tidas em conta, antes da concessão de um empréstimo. Existem empresas especializadas que prestam este serviço às instituições financeiras, o que faz com que a população norte-americana seja confrontada com a necessidade de rever regularmente o histórico de crédito e melhorar o seu *credit score* caso pretenda ter acesso a um produto de crédito com juros e custos mais acessíveis.

Em 2005 e mais tarde em 2009 a *Retirement Commsission*, com o apoio do *ANZ Bank* realizou um inquérito à população residente na Nova Zelândia, para aferir o seu nível de conhecimentos financeiros. As questões centraram-se em cinco áreas: conhecimentos básicos de matemática; compreensão financeira (o que é o dinheiro, como é transaccionado e de onde vem); competências financeiras (compreensão de produtos financeiros básicos e riscos associados, métodos de pagamento); planeamento financeiro e direitos dos consumidores.

O inquérito contemplou ainda um conjunto de questões extras direccionadas para os inquiridos com dinheiro para investir, no entanto as respectivas respostas não foram tidas em conta para a aferição dos níveis de literacia financeira da população. A Retirement Commission justificou esta decisão por defender que os conhecimentos financeiros dos consumidores reflectem as circunstâncias pessoais de cada um, e portanto os inquiridos não devem sentir-se em desvantagem por não saber responder a questões sobre produtos ou serviços que jamais irão necessitar ou usar (Colmar Brunton, 2010).

6.4) Análise comparativa dos *websites* de literacia financeira

No âmbito das estratégias nacionais de literacia financeira dos vários países, foram criados *websites* com conteúdos acessíveis aos utilizadores para que possam melhorar os seus conhecimentos financeiros, obter informações sobre o funcionamento de produtos financeiros e conselhos sobre gestão das finanças pessoais no dia-a-dia.

A análise comparativa dos portais de literacia financeira foi efectuada com o intuito de consultar os conteúdos e os temas abordados, no sentido de compreender que conhecimentos e competências os consumidores precisam de adquirir para se tornarem financeiramente letrados. Optou-se por analisar os websites do Reino Unido, Estados

Unidos e Nova Zelândia como uma extensão da análise comparativa das suas estratégias de literacia financeira elaborada no capítulo anterior e o website de Espanha por razões de proximidade geográfica. Os *websites* analisados foram: o *Money Advice Service* (www.moneyadviceservice.org.uk) do Reino Unido; o *My Money* (www.mymoney.gov) dos Estados Unidos; o *Sorted* (www.sorted.org.nz) da Nova Zelândia; e o *Finanza para Todos* (www.finanzasparatodos.es) de Espanha.

O *Money Advice Service* tem como objectivo melhorar a vida dos leitores, fazendo com que ganhem controlo sobre as suas finanças. O site está subdividido em quatro categorias. A primeira categoria *Your Money* aborda os vários tipos de crédito, seguros, planeamento da reforma; produtos de poupança e investimento e impostos/benefícios fiscais. A segunda categoria é um guia do dinheiro para os pais que os ensina a preparar o nascimento do primeiro filho; a elaborar um orçamento tendo em conta as despesas das crianças; mantê-los a par dos apoios do Governo, informações sobre os custos do processo de adopção e calculadoras. A terceira categoria diz respeito a toda a informação financeira sobre o processo de divórcio e separação. Por último a quarta categoria ensina os consumidores a compararem os diversos produtos financeiros através de um conjunto de ferramentas concebidas para o efeito.

O site norte-americano *My Money* foi lançado pela *Financial Literacy and Education Commission*, comissão responsável pela estratégia de literacia financeira a nível nacional. Os conteúdos do site subdividem-se em três áreas temáticas. A primeira diz respeito às várias etapas da vida ou a decisões financeiras importantes que se tomam ao longo da vida, tais como a entrada para a universidade, a criação do próprio emprego, casamento/divórcio/união de facto, planeamento da reforma, morte de um familiar, catástrofes naturais e situações inesperadas. A segunda área temática agrega todos os conteúdos de educação e literacia financeira para determinados grupos alvo que vão desde os jovens; materiais de ensino para professores; para entidades empregadoras; para os militares; para os reformados e para investigadores. A terceira área temática é composta por um conjunto de ferramentas, como calculadoras, *checklists* e planos orçamentais para melhor compreender questões relacionadas com juros compostos, como gerir os rendimentos, como amortizar os empréstimos contraídos, o funcionamento das obrigações etc. O *site* disponibiliza ainda informação sobre outros temas de finanças pessoais relacionados com a gestão da dívida, poupança e investimento, seguros, direito dos consumidores, hipotecas, entre outros.

A *Retirement Commission*, entidade responsável pela estratégia nacional de literacia financeira da Nova Zelândia lançou o *Sorted* um portal de educação financeira com o objectivo de ajudar a população neozelandesa a gerir melhor as suas finanças pessoais de acordo com a etapa da vida em que se encontra. O *Sorted* pretende ser visto pelos seus utilizadores como uma espécie de *personal trainer* que os ajudará a colocar às suas finanças em ordem (*financially sorted*).

O portal neozelandês é composto por conteúdos de finanças pessoais direccionados para determinados públicos alvos de acordo com a idade e a etapas da vida, calculadoras que ajudam a gerir melhor as dívidas, os empréstimos contraídos, os gastos diários, poupança, planeamento da reforma, etc. O portal dispõe ainda de um pequeno questionário concebido por um psicólogo clínico que ajuda a descrever o perfil dos utilizadores sobre a relação que mantêm com o dinheiro.

O *website* espanhol *Finanzas para todos* é um dos projectos integrados no Plano Nacional de Educação Financeira lançado pelo *Banco de España* e pela *Comisión Nacional Del Mercado De Valores*. O portal *Finanzas para todos* disponibiliza informação sobre produtos financeiros e serviços bancários, conteúdos de educação financeira adaptados às várias etapas da vida (entrada para a faculdade, compra da primeira habitação, planeamento da reforma), conselhos de investimento, cuidados a ter com o uso de cartões de crédito e de débito e outros serviços financeiros para evitar esquemas de fraude e defender direitos dos consumidores bancários.

Existem muitas semelhanças nos quatro portais de literacia financeira, todos eles têm informação sobre finanças pessoais adaptadas às várias etapas da vida da população, informação sobre produtos financeiros e calculadoras que ajudam os utilizadores a elaborarem o orçamento. No entanto verifica-se que nenhum dos sites analisados disponibiliza informação sobre inclusão financeira e microcrédito, que curiosamente são dois temas muito abordados na estratégia de literacia financeira da Índia.

O Quadro 6.1 apresenta-se uma síntese do levantamento dos temas e conteúdos presentes nos quatro *websites*. Todos os portais disponibilizam informação sobre planos de reforma; crédito imobiliário; seguros dos ramos vida e não vida; cartões de débito e de crédito e orçamento familiar.

Quadro 6.1 – Análise comparativa dos *websites* de Literacia Financeira

Conteúdos	Websites			
	Money Advice Service (R.U.)	My money (E.U.A.)	Sorted (NZ)	Finanzas para Todos (Espanha)
Acções	X		X	X
Obrigações	X	X	X	
Fundos de investimento	X	X	X	X
Prod. De poupança do Estado		X	X	
Seguros Financeiros	X			
Planos de reforma	X	X	X	X
Depósitos	X		X	X
Crédito imobiliário	X	X	X	X
Crédito ao consumo	X	X		X
Crédito universitário	X	X	X	
Seguros do ramo vida	X	X	X	X
Seguros do ramo não vida	X	X	X	X
Inflação			X	
Taxas de juro	X	X	X	
Métodos de pagamento	X		X	X
Cartões de débito	X	X	X	X
Cartões de crédito	X	X	X	X
Compra da 1ª habitação	X	X		X
Divórcio	X	X	X	
Desemprego	X	X		
Fundo de emergência	X	X		X
Orçamento familiar	X	X	X	X
Inclusão financeira				
Gestão do dinheiro	X	X	X	X
Home Banking		X		X
Impostos	X		X	X
Benefícios Fiscais	X		X	X
Aplicações financeiras	X	X	X	X
Auto-emprego	X	X	X	
Microcrédito				
Prevenção de fraudes		X		X
Direito dos Consumidores		X		X

6.5) Afinal o que define uma pessoa financeiramente letrada?

É uma pergunta difícil de responder, pois levanta muitas outras questões que se prendem com o grupo da população que se está a analisar, o país, o modelo económico em causa, a idade ou rendimento *per capita*. Enumerar um conjunto de competências e conhecimentos que um indivíduo deve adquirir para ser considerado financeiramente letrado, também não é linear.

A Retirement Commision defende que os conhecimentos financeiros dos consumidores reflectem as circunstâncias pessoais de cada um, o que significa que as pessoas não deverão sentir-se menos letradas financeiramente por não saberem como funcionam produtos ou serviços financeiros que nunca irão necessitar ou usar (Colmar Brunton,

2010).

Shaun Mundy, antigo chefe do Departamento de Capacidade Financeira da FSA também subscreve esta ideia ao afirmar que o significado de uma pessoa financeiramente letrada, depende das circunstâncias pessoais de cada um. Por exemplo: indivíduos com rendimentos elevados devem ter mais conhecimentos sobre investimentos do que os indivíduos com rendimentos baixos. Por sua vez, as famílias com baixos recursos necessitam de saber com precisão quanto dinheiro têm disponível para gastar, uma vez que as consequências de consumirem mais do que as suas possibilidades podem ser devastadoras. Uma pessoa financeiramente letrada é alguém que detém o conhecimento, a compreensão, as competências, motivação e confiança para tomar decisões financeiras apropriadas às suas circunstâncias pessoais. Em última análise, o significado de uma pessoa financeiramente letrada está relacionada com os comportamentos que adota, tendo em conta as cinco componentes que a FSA utiliza para testar a capacidade financeira dos consumidores (fazer face às despesas; ter as finanças sob controlo; planear para o futuro; fazer escolhas de produtos financeiros e manter-se a par das questões financeiras) (Mundy, 2011).

Porém se nos países de rendimento elevado existem progressos na medição de capacidade financeira, a forma como o conceito é medido nos países de baixo e médio rendimento necessita de ser adaptada à respectiva realidade. Se uma das componentes da capacidade financeira é saber escolher produtos financeiros adequados, como é possível as populações dos países de baixos rendimentos preencherem o mesmo requisito se a maioria das famílias não tem acesso a serviços financeiros formais (Holzmann, 2010).

Tanto em países de rendimentos elevados, como em países de rendimentos baixos, será que um indivíduo pode ser considerado “financeiramente incapaz” por num determinado período da vida ter deixado de conseguir fazer face às despesas por uma situação de desemprego de longa duração, ou por uma catástrofe natural?

De facto, muitas questões se colocam sobre a forma como é medido o conceito de literacia financeira, pois para se definir uma pessoa financeiramente letrada, tem de se considerar não só as circunstâncias pessoais dos indivíduos, como também a realidade económica, social e cultural do país em causa, bem como a fase do ciclo económico.

Tendo em conta que Portugal, Reino Unido, Estados Unidos e Nova Zelândia são países membros da OCDE, verifica-se que as questões colocadas e os conhecimentos testados nos

seus inquéritos, vão muito de encontro às linhas de orientação sobre a forma como devem ser implementados inquéritos de literacia financeira a nível nacional.

Na verdade, as pessoas conseguem melhorar o seu bem-estar financeiro se conseguirem honrar os seus compromissos financeiros, se elaborarem um orçamento para gerirem melhor os seus gastos e planearem as suas finanças para alcançar objectivos futuros, adiando decisões de consumo. É certo que poupar para a reforma é um meio de assegurar uma melhor qualidade de vida durante a terceira idade, assim como ter um fundo de emergência e subscrever alguns seguros é uma maneira de as famílias se acautelarem de situações imprevistas. Por todas estas razões, a educação financeira pode desempenhar um papel importante ao auxiliar os indivíduos a adquirirem estas competências. Se as pessoas estiverem atentas aos programas e portais de educação financeira, mais preparação ganham para tomar decisões informadas sobre produtos financeiros. No entanto, será que se pode afirmar que um consumidor é financeiramente iletrado por não ter rendimentos que lhe permita efectuar poupanças, mesmo que por exemplo, consiga honrar os seus compromissos financeiros?

Considerando as várias definições atribuídas ao conceito de literacia financeira no capítulo II, verificamos que a falta de consenso entre os vários autores reflecte-se na dificuldade em definir o que significa uma pessoa financeiramente letrada.

Dada a ausência de uma definição comum de literacia financeira e a dificuldade de encontrar as competências principais que os programas de educação financeira devem desenvolver, a *Financial Literacy and Economic Commission* (FLEC) convidou o público a comentar e a emitir opiniões sobre os conteúdos que devem ser abordados nas formações. A entidade responsável pela estratégia de literacia financeira dos Estados Unidos reconhece que delinear as competências fundamentais que devem ser abordadas, é um passo fundamental para entender aquilo que as pessoas precisam de saber, assim como a identificação de metas e objectivos que os formadores devem seguir e como medir o sucesso dos programas. O Departamento do Tesouro norte-americano, em conjunto com a FLEC identificou cinco competências principais: obtenção de rendimentos; gastos; poupança; empréstimos e protecção contra o risco, bem como os conhecimentos e as acções que devem ser adoptadas para aquisição dessas competências⁶. Aquele pedido de

⁶ Financial Education Core Competencies; Comment Request disponível no website do Departamento de Tesouro norte-americano em <http://www.treasury.gov/about/organizational-structure/offices/Domestic-Finance/Documents/FLEC%20-%20Core%20Competencies%20-%20FRN.pdf>.

discussão pública reflecte a complexidade em determinar qual o caminho a ser traçado para que a população melhore os seus níveis de literacia financeira.

Quadro 6.2 – Competências mencionadas nas estratégias, inquéritos e websites de literacia financeira dos países

	Portugal	R.U.	E.U.A.	N.Z.	Índia
Escolha adequada de produtos financeiros	X	X	X	X	X
Hábitos de poupança	X	X	X	X	X
Elaboração de um orçamento familiar	X	X	X	X	
Planeamento da Reforma	X	X	X	X	
Aconselhamento financeiro Independente	X	X	X	X	X
Conhecer os direitos dos consumidores		X	X	X	
Aptidões de cálculo e conhecimentos de matemática básicos		X	X	X	
Compreensão das circunstâncias financeiras pessoais		X	X		
Fazer face às despesas	X	X	X	X	
Compreensão das questões financeiras	X	X	X	X	X
Ter as finanças sob controlo	X	X	X	X	X
Recurso ao crédito de forma responsável	X	X	X	X	X
Inclusão financeira	X	X			X
Criação do próprio negócio		X	X		X
Credit Scoring		X	X		
Conceitos financeiros básicos	X	X	X	X	X
Gestão da dívida		X	X	X	X
Princípios de investimento	X	X	X	X	
Capacidade de cobrir despesas inesperadas	X	X	X		

O Quadro 6.2 procura sintetizar as principais competências que as estratégias dos cinco países pretendem abordar para que o nível de literacia financeira melhore. Parte destas competências foram testadas nos inquéritos de literacia financeira analisados, assim como também são mencionadas nos *websites* analisados. Como se pode observar, existem competências que são abordadas pelas entidades promotoras das estratégias de literacia financeira dos cinco países e outras que apenas são abordadas por alguns, o que permite concluir que aquilo que define uma pessoa financeiramente letrada varia de país para país.

Capítulo VII – A importância da literacia financeira para os agentes económicos

7.1) Porque se defende a literacia financeira?

A promoção da literacia financeira é defendida a nível mundial, não só pelos governos de vários países, como também por instituições importantes como a OCDE, o FMI, o Banco Mundial, a ONU, entre outras.

O Plano Nacional de Formação Financeira apresentado em Maio de 2011 pelo Banco de Portugal afirma que a formação financeira da população tem um papel importante, quer no apoio às decisões do quotidiano, quer relativamente à tomada de decisões financeiras complexas, como a escolha de aplicações de poupança ou de crédito de longo prazo para financiamento de habitação. O Banco de Portugal acrescenta ainda no Relatório de Supervisão Comportamental referente ao ano de 2011, que a literacia financeira ao permitir a tomada de decisões informadas em todas as áreas relacionadas com as finanças pessoais, pode contribuir não só para o maior bem-estar dos cidadãos, mas também para a estabilidade macroeconómica e financeira. De acordo com esta afirmação a literacia financeira é importante não só para as famílias, como também para os restantes agentes económicos, tais como as instituições financeiras e os governos.

Para investigar a importância dada à literacia financeira pelos diferentes agentes económicos, foram analisados alguns documentos de instituições nacionais, onde se incluem o Banco de Portugal, a DECO (Associação para a Defesa do Consumidor) e a Associação Portuguesa de Bancos. A nível internacional foram tidos em conta alguns documentos da OCDE, do Banco de Reserva Federal norte-americano e de alguns investigadores.

7.2) A importância da educação financeira para os consumidores

De acordo com o Plano Nacional de Formação Financeira apresentado pelo Banco de Portugal em Maio de 2011, são apontadas algumas razões para que a literacia financeira seja promovida entre os cidadãos:

- A formação financeira contribui para que os cidadãos tomem decisões informadas e confiantes em todos os aspectos da vida financeira, como as relacionadas com a gestão do orçamento mensal, o pagamento atempado de contas, o planeamento de

despesas e a escolha de produtos e serviços financeiros adequados às suas necessidades, nomeadamente na aplicação de poupanças e no recurso ao crédito.

- A formação financeira surge como um complemento às medidas de protecção do consumidor.
- A oferta de produtos de poupança e de crédito nos mercados financeiros tem sido cada vez mais diversificada e complexa, com alternativas cada vez mais difíceis de avaliar pelos indivíduos e famílias.
- Surgem no mercado de retalho, produtos de poupança com risco de taxa de juro e/ou de capital e empréstimos com carência ou diferimento de capital, nem sempre fáceis de comparar com os correspondentes produtos mais simples, fazendo com que os consumidores nem sempre estejam totalmente conscientes dos custos efectivos e dos riscos das suas escolhas.
- Sem uma adequada formação financeira, a assimetria de informação existente entre as instituições financeiras e os consumidores torna-se cada vez mais evidente, o que reduz o poder negocial do consumidor e contribui para dificultar o processo de decisão.
- Também a redução dos benefícios associados à segurança social, implica uma maior transferência de risco e responsabilidade para os consumidores, nomeadamente na formulação de planos de reforma e subscrição de seguros de saúde

Os resultados do inquérito revelam que mais de metade da população (52 por cento) não poupa, porque o rendimento mensal não o permite e apenas 20 por cento dos inquiridos afirmou poupar numa lógica de médio e longo prazo. Relativamente ao conhecimento sobre o funcionamento dos produtos financeiros contratados, 69 por cento dos inquiridos reconheceu não saber ou saber aproximadamente, o valor da taxa de juro aplicado às suas poupanças e 65 por cento afirma não saber as taxas de juro que pagam pelos empréstimos que contraíram.

Também a DECO (Associação de Defesa do Consumidor) apresenta razões semelhantes para que o nível de literacia financeira das famílias portuguesas seja melhorado. Em 2010 a DECO Proteste lançou a iniciativa “Desafio com sumo”, um conjunto de conferências nas escolas secundárias do país, com o objectivo de sensibilizar os jovens para a importância da literacia financeira. Em Setembro de 2010 durante a acção de sensibilização na Escola

Secundária de Rio Tinto, Paulo Lima, conferencista da DECO, justificou a importância da educação financeira para os consumidores com os seguintes argumentos:

- Diversidade e complexidade crescentes dos mercados e serviços financeiros;
- Dificuldades na compreensão das questões financeiras;
- Riscos de exclusão social;
- O nosso bem-estar;
- Crescimento do contacto entre os cidadãos e o sistema financeiro;
- Dificuldades crescentes na tomada de decisões que defendam os interesses dos cidadãos;
- Muitos consumidores não conseguem planear com antecedência, nem seleccionar produtos que satisfaçam as suas necessidades.

Além das razões apontadas nas conferências realizadas nas escolas secundárias, a DECO chama a atenção para o aumento de pedidos de ajuda por parte de famílias em situação de sobre-endividamento. A partir de 2007 o Gabinete de Apoio ao Sobreendividado (GAS) da DECO registou um aumento crescente de famílias com dificuldades em fazer face às suas dívidas. São geralmente famílias com formação e rendimentos superiores, mas com dificuldades uma vez que detêm múltiplos créditos (Lima, 2010).

A Comissão Europeia (CE) considera a educação financeira uma ferramenta essencial a ser lançada no mercado único europeu, como forma de ajudar os cidadãos a adquirirem conhecimentos básicos sobre finanças pessoais. São várias as razões apontadas pelas CE que justificam a necessidade de serem criados programas que melhorem a literacia financeira dos cidadãos (Comissão Europeia, 2007):

- A globalização e as inovações tecnológicas permitiram o aparecimento de novos canais de distribuição e a integração dos mercados financeiros, o que proporcionou o aumento e a diversificação dos produtos financeiros. Para muitos cidadãos a compreensão do funcionamento destes produtos não é fácil, assim como também se constata uma assimetria de informação entre as instituições financeiras e os consumidores.
- Os indivíduos têm dificuldades em compreender questões financeiras. A maioria das pessoas reconhece que lhes faltam competências essenciais para compreender e lidar com questões financeiras. Esta situação traz consequências significativas, nomeadamente na dificuldade de interagirem com as instituições financeiras e obter os melhores acordos, ou contratos de serviços financeiros, de acordo com as suas

necessidades. Um inquérito feito em Espanha, Itália e França em 2006, cujos resultados foram integrados no livro *New Frontiers os Banking Services: Emerging Needs and Tailored Products for Untapped Markets*, mostrou que a maioria da população com baixos rendimentos não compara os custos e as condições contratuais de produtos financeiros oferecidos por vários bancos e não é capaz de os avaliar (Anderloni *et al*, 2007).

- Os consumidores sobrestimam os conhecimentos sobre produtos financeiros. A Comissão Europeia reconhece que as pessoas não estão receptivas a receberem educação financeira a menos que precisem, ou que achem relevante em determinada etapa da vida. Em 2003, um inquérito de literacia financeira realizado na Austrália promovido pelo banco *ANZ Banking Group*, mostrou que apenas um quarto dos inquiridos tem conhecimentos de juros compostos, apesar de dois terços dos inquiridos acreditarem que são financeiramente letrados.
- Muitos indivíduos falham na escolha de produtos financeiros de acordo com as suas necessidades e não fazem um planeamento financeiro. Um estudo realizado no Reino Unido tutelado pela *Financial Services Authority* em 2006, demonstrou que 70 por cento dos inquiridos não tem poupanças para cobrir despesas inesperadas.

O *World Saving Banks Institute* (WSBI) defende que a educação financeira assume um papel crucial no acesso aos serviços financeiros, contribuindo para a inclusão social e prevenção de situações de sobre-endividamento. Os consumidores precisam de ter capacidades e confiança para usar o seu dinheiro de forma adequada, principalmente nos mercados onde existem um aumento de produtos e serviços sofisticados de difícil compreensão para a maioria dos clientes. Estas necessidades aumentam quando os indivíduos são confrontados com a responsabilidade das decisões financeiras que tomam. São decisões que terão impacto no bem-estar das famílias ao longo da vida (reforma, educação dos filhos, despesas da casa, saúde, etc). Nos países em desenvolvimento a educação financeira está directamente ligada ao acesso aos serviços financeiros, à falta de conhecimentos sobre questões relacionadas com o dinheiro e algumas ideias erradas sobre o papel dos bancos. Segundo o WSBI diz que para combater esta situação, o primeiro foco deve ser a educação financeira, através da aquisição de informação sobre questões básicas relacionadas com o dinheiro e os benefícios em ter uma relação formal com as instituições bancárias.

Virginia Hopley (2003), investigadora do departamento dos assuntos dos consumidores e das comunidades do Banco de Reserva Federal do Estado norte-americano de Clevand, no relatório da Primavera de 2003 falou da importância da literacia financeira para as famílias norte-americanas. As razões apontadas foram as seguintes:

- Aumento do endividamento excessivo por parte das famílias;
- Níveis baixos de poupança;
- Investimentos a longo prazo requerem conhecimentos financeiros em especial planos de reforma;
- Aumento da oferta e da complexidade de produtos e serviços financeiros;
- Necessidade de poupar para a reforma devido às alterações que comprometem a sustentabilidade do sistema nacional de pensões;
- Muitos estudantes universitários graduam-se endividados, o que aumenta a necessidade das populações compreenderem noções básicas de planeamento das suas finanças para o presente e para o futuro.
- Consumidores informados estão menos expostos a serem vítimas de fraude e contratação de empréstimos predatórios (com custos elevados e condições abusivas);
- Aumento da riqueza das famílias, através de uma melhor gestão do rendimento.

Larry Orton (2007), investigadora da *Canadian Policy Research Networks* (Rede de investigação das políticas canadianas), ao investigar sobre a literacia financeira, nomeadamente as lições retiradas da experiência internacional, concluiu que os governos devem apostar em políticas que melhorem os conhecimentos financeiros da população pelos seguintes factores:

- As consequências das más decisões financeiras estão a tornar-se mais sérias - As alterações demográficas e a diminuição dos apoios sociais têm tornado as responsabilidades dos indivíduos cada vez mais importantes. Novas formas de fraude emergem com o desenvolvimento das novas tecnologias, ao mesmo tempo que o número de consumidores aumenta, uma vez que as campanhas de marketing estão hoje mais agressivas. Os consumidores podem ser facilmente convencidos de que estão a investir em produtos adequados às suas necessidades. Muitos jovens antes de comprarem casas e constituírem famílias, já se encontram endividados devido a empréstimos universitários e outros empréstimos ao consumo.

- Os consumidores têm um papel mais activo nos mercados financeiros - Mais pessoas agora subscrevem fundos de investimento, o que faz com que existam mais investidores individuais. Mais famílias têm investido directa e indirectamente em acções através de fundos mútuos e planos de poupança reforma.
- As políticas de emprego e os sistemas de pensões estão em mudança - As políticas de emprego estão a mudar, os contratos de trabalho para a vida são hoje difíceis de obter, o que faz com que os empregos em tempo parcial, ou outro tipo de regime que não seja um contrato de efectividade, obrigue a uma gestão das finanças pessoais diferente. Ao mesmo tempo, em muitos países, o sistema de pensões alterou-se de um regime de benefícios definidos pela entidade empregadora, para um esquema de contribuições definido pelos empregados. Este novo esquema de pensões obriga a que os trabalhadores estejam envolvidos nos mercados financeiros, uma vez que passam a ser responsáveis pelo seu próprio plano de reforma.

7.3) A importância da literacia financeira para as instituições financeiras

As instituições financeiras devem estar aptas a prestar informações sobre produtos que se coadunem com as necessidades dos consumidores, de forma a evitar situações de incumprimento e zelar para a melhoria das condições financeiras dos clientes. Os produtos de crédito desempenham um papel importante na vida das pessoas e representam também um segmento chave no sector financeiro e no funcionamento da economia (OCDE, 2009b).

Os deveres de informação aos clientes bancários, as regras de comercialização dos produtos financeiros e as orientações para a avaliação da solvabilidade dos clientes por parte das instituições de crédito foram acentuados após a crise financeira mundial (Banco de Portugal, 2011b). Neste contexto a supervisão prudencial por parte dos bancos centrais aumentou.

A política de Crédito Responsável (regulamentada pelo Decreto-Lei nº 133/2009 de 2 de Junho e pelo Aviso nº2/2010 do Banco de Portugal) foi uma das medidas implementadas para combater a informação assimétrica e incompleta prestada pelos mercados financeiros de retalho. O princípio da concessão responsável do crédito foi impulsionado pela crise económica e financeira e baseia-se na criação de princípios e regras que contribuam ao longo de todas as fases da relação do crédito, para uma actuação prudente, correcta e

transparente das instituições de crédito. Tendo como alvo a salvaguarda do mercado de crédito a particulares, as autoridades pretendem sobretudo melhorar a informação que é prestada ao cliente sobre as condições e características do produto de crédito, proporcionando-lhe os meios para que este possa formar uma decisão esclarecida quanto aos compromissos que vai assumir, tornando mais rigoroso o processo de avaliação dos riscos do crédito. A criação de regras estritas na publicidade aos produtos de crédito, a harmonização e a definição de requisitos mínimos de informação pré-contratual, a consagração do dever de assistência ao cliente, a avaliação da adequação do produto aos riscos às necessidades do cliente ou a enunciação de factores a ponderar na avaliação da solvabilidade do cliente são algumas das medidas que a generalidade dos reguladores tem vindo a adoptar para esses efeitos.

As instituições financeiras vêem-se assim confrontadas com a obrigação de prestação de informação pré-contratual sobre o produto de crédito e o dever de habilitar o cliente a comparar diferentes ofertas de produtos de crédito para que este possa decidir de forma esclarecida e consciente. É neste contexto que as campanhas de educação financeira promovidas pelos bancos podem constituir uma ferramenta de auxílio, no seu dever de transmitirem informação completa e correcta sobre as condições dos empréstimos.

A literacia financeira pode evitar situações de endividamento excessivo e o inerente risco de incumprimento, pois os consumidores ganham aptidão para identificar necessidades financeiras e para seleccionar produtos de crédito mais adaptados a essas necessidades (Banco de Portugal, 2011b). Por outro lado, o aumento da sensibilização para a poupança por parte dos cidadãos faz deles melhores conhecedores de aplicações financeiras, algo que vai ao encontro dos objectivos comerciais dos bancos.

A perspectiva do Banco de Portugal é partilhada pela Comissão Europeia, que defende que a educação financeira pode contribuir para a estabilidade financeira ao ajudar os consumidores a escolherem produtos e serviços adequados às suas necessidades, proporcionar taxas de incumprimento mais baixas, reduzir o número de famílias sobre-endividadadas, proporcionar investimentos mais diversificados e poupanças mais seguras. Consumidores financeiramente letrados podem constituir uma oportunidade de negócio para instituições financeiras ao conseguirem comercializar mais produtos (Comissão Europeia, 2007). É também uma forma de combater a exclusão financeira caracterizada por cidadãos que não possuem qualquer relação com os bancos, ao não deterem nenhum conta à ordem, ou qualquer outro serviço financeiro, por falta de conhecimentos básicos sobre os

funcionamento do sistema bancário. O aumento da inclusão financeira através de programas de educação financeira, constitui uma forma dos bancos aumentarem a sua carteira de clientes, atingido novos segmentos da população.

O WBSI defende que a educação financeira pode contribuir para um uso mais eficiente e proactivo dos recursos financeiros por parte dos clientes dos bancos, através de uma melhor compreensão das oportunidades e opções oferecidas (WSBI, 2009).

As instituições financeiras podem alcançar clientes de comunidades de difícil acesso através da educação financeira, pelo desenvolvimento de parcerias com organizações locais e instituições públicas. Os benefícios das instituições financeiras que promovem formação sobre finanças pessoais são vários (Hopley, 2003): abertura de contas à ordem e captação de poupanças por parte de novos clientes que eram financeiramente excluídos e o facto de terem cliente financeiramente mais informados permite-lhes a comercialização de produtos e serviços mais complexos, menos tradicionais. Consumidores que se encontrem financeiramente informados e mais motivados a procurarem aumentar o seu nível de literacia financeira, tendem a comprar bens e serviços mais adequados ao seu poder de compra e às suas necessidades e a subscreverem produtos ou serviços financeiros que mais se adaptam às suas características (Mundy, 2011). Esta situação contribui para o aumento do volume de negócios, reduz os custos de mercado e muitas queixas nas instituições de apoio ao consumidor.

Relativamente às instituições financeiras portuguesas, a Caixa Geral de Depósitos afirma que a literacia financeira assume-se como uma das principais missões de responsabilização social do banco. O lançamento dos seus programas de educação financeira são justificados pela necessidade de promover o equilíbrio das finanças pessoais dos cidadãos, captar mais poupanças e prevenir situações de incumprimento. “Clientes mais informados são capazes de fazer escolhas de finanças pessoais mais acertadas, podendo não só serem investidores e aplicarem de forma mais eficaz o seu dinheiro, para o ver crescer, o que se traduz no aumento dos índices de poupança na Caixa, como também, diminui o risco de termos clientes sobre-endividados, o que previne o incumprimento bancário” (Dias Ferreira, AnexoB).

7.4) A importância da educação financeira para o Governo

A promoção da literacia financeira é vista pelo Banco de Portugal, como um reforço e um complemento às medidas de regulação dos mercados financeiros a retalho. Consumidores com maior formação financeira permitem a redução das assimetrias de mercado e estão mais aptos a defenderem os seus direitos (Banco de Portugal, 2011b). A crença de que clientes bancários com mais literacia financeira contribuem para uma maior eficiência do mercado foi reforçada pelos bancos centrais e outros agentes de regulamentação após a crise do *subprime*, ocorrida em 2007 nos Estados Unidos e mais tarde a nível mundial. Ficou demonstrado que o sistema financeiro pode ser gravemente afectado por riscos que advêm das vulnerabilidades nos mercados bancários a retalho. Esta crise teve como causa a elevada expansão de crédito, que provou ser pouco adequada ao perfil de risco e à capacidade financeira dos consumidores (Banco de Portugal, 2011b). Antes de rebentar a chamada bolha do imobiliário, era prática comum nos Estados Unidos a titularização destes créditos hipotecários em produtos financeiros complexos, o que por sua vez permitia as instituições financeiras removerem os créditos dos seus balanços e readquirirem capacidade de conceder novos empréstimos à habitação. No entanto, o risco sistémico destas operações de titularização de créditos não foi percepcionado pelos mercados financeiros, nem pelas autoridades reguladoras, o que significa que a fraca qualidade destes activos presentes nos portefólios das instituições financeiras trouxe consequências negativas no sistema financeiro a nível mundial.

Neste contexto, após a crise financeira mundial o papel dos bancos centrais, enquanto agentes de supervisão e regulação dos sistemas financeiros, foi reforçado como forma de prevenir a emergência de um novo ciclo de excessiva alavancagem do crédito e de tomada de riscos (Banco de Portugal, 2011b). A supervisão comportamental procura zelar pela segurança dos clientes através da seguinte actuação: Do lado da oferta de produtos financeiros, impondo às instituições deveres de informação, regras de integridade e idoneidade, padrões de competências elevadas, requisitos na publicidade e comercialização de produtos financeiros e normas sobre práticas comerciais equitativas. Do lado da procura, desenvolvendo projectos e apoiando iniciativas de promoção da literacia financeira dos clientes bancários (Neves, 2011, pág. 5).

À semelhança do que acontece na maioria dos países europeus, as baixas taxas de natalidade e o aumento da esperança média de vida comprometem a sustentabilidade a prazo dos sistemas de segurança social e permitem antever uma redução dos benefícios

sociais e uma maior transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo na formulação de planos de poupança reforma e seguros de saúde (Banco de Portugal, 2011 b). Esta transferência de responsabilidades acarreta a assumpção de riscos financeiros para os particulares, o que obriga a uma maior intervenção das instituições de supervisão.

O aumento da literacia financeira da população traz também vários benefícios para a economia e para o desenvolvimento das sociedades (Comissão Europeia, 2007). A Comissão Europeia defende esta ideia pelas seguintes razões:

- As iniciativas de educação financeira ajudam a resolver problemas relacionados com a exclusão financeira.
- Consumidores mais sensibilizados para as questões financeiras contribuem para o melhor desenvolvimento da indústria financeira e ponderam melhor sobre a subscrição de produtos de alto risco.
- Cidadãos financeiramente mais educados fazem escolhas de serviços financeiros mais assertivas, o que pode conduzir a uma maior eficiência da indústria financeira e melhorar a qualidade da procura.
- As organizações de consumidores financeiramente letrados podem ter um papel importante na supervisão e na preparação de novas regulamentações da indústria financeira.

As comunidades beneficiam também beneficiam com o aumento da educação financeira (Hopley, 2003). Quando os consumidores têm consciência do impacto das suas decisões a longo prazo, têm mais poder de compra, poupam e investem. Por sua vez, o aumento do bem-estar económico das populações promove a acumulação e a criação de riqueza, o que torna as comunidades mais prósperas e com maiores níveis de crescimento.

O Quadro 7.1 é uma recolha dos argumentos utilizados pelas organizações e por alguns autores sobre a importância da literacia financeira para os consumidores, instituições financeiras e para os governos.

Quadro 7.1 – Porque se defende a importância da literacia financeira?

A Importância da literacia financeira para os agentes económicos		
Consumidores	Instituições Financeiras	Governo
<ul style="list-style-type: none"> • Contribui para decisões financeiras mais informadas e confiantes (Banco de Portugal, 2011a). • Escolha de produtos e serviços financeiros adequados (Banco de Portugal, 2011, a Comissão Europeia, 2007, FSA, 2005). • Contribui para o aumento da inclusão financeira (WSBI, 2004). • Assimetria de informação existente entre as instituições financeiras e os consumidores (Banco de Portugal, 2011a) • Maior transferência de risco e de responsabilidade para os consumidores, nomeadamente na formulação de planos de reforma e subscrição de seguros de saúde. • Aumento de famílias sobreendividadas (DECO, 2010). • Os produtos financeiros são hoje mais complexos e a oferta é maior, o que aumenta o excesso de informação disponível e de difícil análise (OCDE, 2009). • Os indivíduos sobrestimam os seus conhecimentos financeiros e capacidades (Comissão Europeia, 2007). 	<ul style="list-style-type: none"> • As instituições financeiras devem estar aptas a prestar informações sobre produtos que se coadunem com as necessidades dos consumidores (OCDE, 2009) • O princípio da concessão responsável do crédito pressupõe que as instituições financeiras prestem informação ao cliente sobre as condições e características do produto de crédito (Banco de Portugal, 2011b). • Facilita a comercialização de produtos financeiros menos tradicionais (Hopley, 2003, Mundy, 2011). • Aumenta o volume de negócios, reduz os custos de marketing e diminui o número de queixas (Mundy, 2011). • Permite captar poupanças e previne situações de incumprimento (Dias Ferreira, Anexo B) • Combate a exclusão financeira e permite às instituições financeiras atingirem novos segmentos de clientes (Comissão, 2007). • Previne situações de endividamento excessivo (Banco de Portugal, 2010 b). 	<ul style="list-style-type: none"> • Constitui um reforço e um complemento às medidas de regulação dos mercados financeiros a retalho (Banco de Portugal, 2011b) • Contribui para a diminuição do número de litígios relacionados com práticas abusivas na área do crédito (Blancher, 2006) • Cidadãos com educação financeira tendem a fazer escolhas de serviços financeiros mais conscientes, o que pode conduzir a uma maior eficiência da indústria financeira (Comissão Europeia, 2007). • Encoraja cidadãos com baixos recursos a pouparem e a fazer uma melhor gestão dos seus rendimentos (Comissão Europeia, 2007). • Conduz ao desenvolvimento económico das comunidades (Hogarth, 2006). • O bem-estar financeiro da população contribui para a estabilidade financeira do país, por sua vez a falta de literacia financeira dos indivíduos limita a prosperidade e constitui uma barreira à melhoria do seu nível de vida (FLEC, 2011).

Capítulo VIII – O impacto das iniciativas de educação financeira

8.1) Considerações iniciais

O relatório de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal referente ao ano de 2010 alerta para a dificuldade que existe em comprovar de forma generalizada o impacto da formação financeira e para a necessidade de investigação adicional na área das finanças pessoais. “Embora possa parecer intuitivo concluir que um consumidor informado toma decisões financeiras responsáveis, tem-se revelado difícil comprovar, de forma generalizada, o impacto da formação financeira” (Banco de Portugal, 2010b, pág. 22). As dificuldades prendem-se com a identificação da amostra, a forma como o conceito de literacia financeira é medido e com a obtenção de dados adequados sobre os comportamentos financeiros. Grande parte dos estudos sobre a medição do impacto da educação financeira, baseia-se em questionários que pretendem avaliar a concretização dos objectivos das acções de formação (ex. promoção da inclusão financeira, hábitos de poupança, evitar situações de endividamento excessivo). Todavia, estes comportamentos dependem de “uma série de factores, para além da literacia financeira, tais como o rendimento dos consumidores ou a situação economia geral” (Banco de Portugal, 2011a pág. 17). Apesar das dificuldades existentes em medir o impacto da educação financeira, o Banco de Portugal afirma que estas limitações não invalidam o contributo da formação financeira para melhoria da literacia financeira.

A revisão da literatura norte-americana mostra-nos alguns resultados sobre o impacto de iniciativas de educação financeira sobre os participantes. Os efeitos são positivos ao nível da sensibilização da população para a importância de uma boa gestão dos recursos.

Relativamente às iniciativas de educação financeira em Portugal, ainda não existe nenhum estudo que demonstre que efectivamente estes programas conseguem melhorar os comportamentos ao nível da gestão das finanças pessoais. No entanto, as entrevistas realizadas a Pedro Queiroga Carrilho, fundador da *Kash* e a Rita Dias Ferreira, responsável do Departamento de Comunicação e Marca da Caixa Geral de Depósitos ajudaram a compreender o impacto dos programas de educação financeira que têm a cargo.

8.2) A experiência nacional

Como foi referido anteriormente, em Portugal ainda não existem estudos que comprovem que os programas de educação financeira conduzam a uma mudança de comportamentos e

a decisões financeiras mais conscientes. Ainda assim Pedro Queiroga Carrilho, fundador e director geral da *Kash*, empresa promotora de cursos sobre finanças pessoais afirma que o impacto é positivo. Em três anos participaram nos cursos da *Kash* três mil pessoas, tendo o número crescido em 2008, após o despoletar da crise financeira mundial. Os cursos foram frequentados por um público muito variado, embora 80 por cento dos participantes tivessem idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos. Os interesses e objectivos das pessoas que procuravam os cursos eram vários: desde cortar com o endividamento, aumentar os níveis de poupança, ou encontrar investimentos alternativos para aumentar a rentabilidade das suas poupanças. Os temas abordados nos cursos eram adaptados às características dos participantes e às etapas ao longo da vida, pois Queiroga Carrilho defende que não chega apenas ensinar metodologias, regras de poupança, mapas de *cash-flow* pessoal, ou perceber valores líquidos. Apesar do director da *Kash* não ter dados estatísticos que meçam o impacto das suas acções de formação, os testemunhos dos formandos são bastante positivos, no que diz respeito a uma melhoria das suas finanças e da qualidade de vida. “É sempre difícil medir, mas nada como olhar para os níveis de rendimento *per capita* e os indicadores de felicidade. Para a média dos rendimentos em Portugal, ganhar um pouco mais de dinheiro aumenta a qualidade de vida. Se conseguirmos mostrar e consciencializar cada um para a sua situação e dar-lhes ferramentas já é uma grande ajuda” (Queiroga Carrilho, Anexo A).

No entanto, Pedro Queiroga Carrilho afirma que a motivação é crucial para a mudança de comportamentos e para a melhoria das decisões financeiras por parte das famílias e lamenta que o dinheiro ainda seja um grande tabu para muitos portugueses. A *Kash* no âmbito das parcerias entre a Câmara Municipal de Oeiras e alguns centros comunitários, também desenvolveu vários cursos gratuitos para beneficiários do rendimento social de inserção. “Inicialmente eram recebidas 30 inscrições, mas apenas 15 inscritos compareciam, cinco abriam os olhos e apenas três mudavam as suas práticas financeiras e comportamentos para melhor” (Queiroga Carrilho, Anexo A). Apesar de os resultados não serem tão positivos, como aqueles que eram obtidos por pessoas que voluntariamente pagavam para frequentar os cursos da *Kash*, Queiroga Carrilho defende que vale a pena apostar na formação financeira de comunidades mais desfavorecidas, devido “ao efeito passa a palavra “e porque é importante fazer com que as pessoas “abram os olhos”. Apesar do número de participantes que melhoraram as suas finanças ser reduzido, os seus testemunhos poderão ser úteis aos outros habitantes da sua comunidade. O fundador da *Kash* afirma que o formador assume um papel crucial no sucesso das acções de formação.

“Mais do que montar bons programas de educação financeira, os formadores desempenham um papel crucial na educação financeira dos seus formandos, para isso não devem ter problemas em dar exemplos seus, ao ensinar determinados conteúdos, visto estar em causa o ensino das finanças pessoais e não outro tipo de finanças ou economia” (Queiroga Carrilho, Anexo A). Em 2011 a propriedade intelectual da *Kash* foi comprada pela Deco Proteste que assim dá continuidade à promoção de cursos de finanças pessoais.

O Saldo Positivo é outro projecto de educação financeira disponibilizado pela Caixa Geral de Depósitos. O projecto nasceu em 2008 sob a forma de um site, tendo em 2010 recebido 200 mil visitas que interagiam e colocavam questões sobre serviços financeiros e outros temas que afectavam as suas finanças. Rita Dias Ferreira, caracteriza o Saldo Positivo como um projecto “inovador onde clientes e não clientes podem obter esclarecimentos sobre a gestão do seu dinheiro, clarificar alguns conceitos financeiros”. O facto de o número de visitas estar a aumentar, assim como o número de leitores que colocam as dúvidas sobre questões financeiras, demonstra que existe um país sedento de conhecimentos financeiros (Dias Ferreira, Anexo B). A existência de um portal de literacia financeira com conteúdos *on-demand* possibilita aos consumidores obterem informação financeira à medida das suas necessidades, e procurarem conteúdos que os ajudem a tomar decisões mais informadas, o que constitui uma forma de melhorar a literacia financeira.

8.3) A experiência internacional

8.3.1) O impacto da educação financeira nas escolas

Com o objectivo de analisar o impacto da educação financeira nas escolas, foram realizadas entrevistas telefónicas a adultos que frequentaram a disciplina de educação financeira em idade escolar e a adultos que nunca frequentaram a disciplina (Bernheim *et al*, 1997). O estudo foi patrocinado pelo banco norte-americano Merrill Lynch. Entre 1957 e 1985, 29 Estados norte-americanos adoptaram a educação financeira do consumidor como uma disciplina obrigatória nos programas curriculares. Durante esse período os alunos do ensino secundário provenientes desses Estados recebiam lições sobre orçamento familiar, capacidade de tomar decisões financeiras, direitos do consumidor, gestão do crédito, controlo do livro de cheques, juros compostos, poupança e princípios de investimento. Nas lições sobre poupança e investimento eram abordados os vários tipos de

instrumentos financeiros, a relação entre risco e retorno, cobrança de impostos, a influência da inflação e a diversificação de portefólio. O objectivo do ensino-aprendizagem destes conhecimentos era dotar os estudantes de competências relacionadas com a capacidade de tomar decisões financeiras, quando atingissem a idade adulta.

Ao todo foram realizadas duas mil entrevistas em 1995 a pessoas com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos. Os autores concluíram que os entrevistados que foram expostos a formação na área das finanças pessoais durante o secundário, registaram maior acumulação de riqueza e maiores níveis de poupança, relativamente aos adultos provenientes de outros Estados onde a disciplina de educação financeira não era obrigatória (Bernheim *et al*, 1997).

8.3.2) Ligação entre conhecimento e comportamento na gestão do rendimento familiar

O estudo “*Household Financial Management: The Connection between Knowledge and Behaviour*” promovido pela *Division of Consumer and Community Affairs*, concluiu que o conhecimento pode ser estatisticamente associado a uma melhor gestão dos *cash-flows*, gestão da dívida, aumento da poupança e investimento por parte das famílias (Hilgert e Hogarth, 2003). O estudo teve por base os resultados dos inquéritos mensais sobre os comportamentos e conhecimentos financeiros dos consumidores realizados pela Universidade de Michigan em Novembro e Dezembro de 2001. Os inquéritos incluíram questões sobre vários comportamentos relacionados com a gestão das finanças pessoais:

- Conhecimentos básicos sobre gestão de dinheiro (pagar as dívidas a tempo, elaboração de um orçamento, possuir uma conta corrente, etc.).
- Gestão do crédito (se possui cartão de crédito, se paga as dívidas do cartão de crédito todos os meses, etc).
- Investimento (Se as poupanças estão aplicadas em vários tipos de investimento; se possui algum plano de poupança reforma; se aplicou dinheiro em algum fundo de investimento; se investiu em acções; etc).
- Poupança (Se tem uma conta poupança, se possui um fundo de emergência, se poupa para atingir objectivos como compra de uma casa, formação ou compra de um carro).
- Outras experiências financeiras (Se é proprietário de uma casa, se planeia as suas finanças para atingir objectivos futuros, etc.).

Além das questões sobre comportamentos relacionados com gestão das finanças pessoais, o inquérito contemplou ainda um conjunto de questões do tipo verdadeiro ou falso sobre crédito, poupança, investimentos, hipotecas e gestão do dinheiro.

Os autores Marianne A. Hilgert e Jeanne M. Hogarth (2003) concluíram que a falta de conhecimentos sobre princípios de gestão e questões financeiras explicaram a razão de algumas famílias não adoptarem práticas financeiras recomendadas, o mesmo não se verificando nas famílias mais dotadas. Os consumidores com mais conhecimentos sobre finanças pessoais tendem a pagar as suas dívidas a tempo, regularizar o livro de cheques todos os meses e a deter um fundo de emergência. Outra conclusão do estudo foi o facto do conhecimento financeiro poder ser adquirido através de experiências pessoais e das experiências relatadas pelos outros, e que isso pode acontecer não só em seminários e aulas (ensino formal), mas também através de conversas com amigos e familiares (ensino não formal).

8.3.3) Relação entre literacia financeira e planeamento da reforma

Para testar a ligação entre literacia financeira, planeamento e acumulação de riqueza à data da reforma, em 2006 as investigadoras Annamaria Lusardi e Olivia S. Mitchel da Universidade da Pensilvânia utilizaram os dados obtidos através de um inquérito sobre a saúde e reforma da população norte-americana com mais de 50 anos (*Health and Retirement Study (HRS)*). As autoras do estudo chegaram à conclusão que a literacia financeira influencia o planeamento da reforma e que o planeamento conduz ao aumento da riqueza através da poupança e do investimento. Para testar a relação entre literacia financeira e planeamento da reforma, além de questões relacionadas com acumulação de riqueza, níveis de rendimento, nível de habilitações, estado civil, sexo, e raça, o inquérito incluiu as seguintes questões sobre cálculo financeiros:

- Se cinco pessoas acertarem na chave do totoloto e o prémio for de dois milhões de dólares, qual a quantia que cada um irá receber?
- Se possuir uma conta poupança com 200 dólares que oferece uma taxa de juro anual bruta de 10 por cento, quanto dinheiro terá ao final de dois anos?
- Se a probabilidade de apanhar uma determinada doença for de 10 por cento entre mil indivíduos, quantos poderão ser afectados?

Os resultados do inquérito mostraram que os inquiridos que não acertaram correctamente na questão sobre a lotaria (capacidade de calcular a divisão do prémio) e que erraram na

questão sobre o cálculo da taxa de juro, foram aquelas que menos planearam a reforma e que menores rendimentos. Outra conclusão do estudo prende-se com o facto de os cidadãos negros e hispânicos, serem aqueles que apresentam índices mais baixos de riqueza e poupança, precisamente por possuem baixos níveis de literacia financeira (Lusardi e Mitchell, 2007).

8.3.4) Formação em crédito imobiliário

O aumento da execução de hipotecas nos Estados Unidos decorrente da crise do *subprime* em 2007 reflectiu não só os efeitos da recessão originada pela bolha do imobiliário, mas também o mau aconselhamento por tomadores dos empréstimos à habitação (Argwal et al, 2010). Esta conclusão foi retirada do estudo a cargo do Banco Federal de Reserva de Chicago, sobre o impacto da educação financeira nos compradores de habitação no Condado de Marion, situado no estado norte-americano de Indiana.

Para combater o incumprimento no crédito habitação, o Governo norte-americano viu-se obrigado a intervir de várias formas, incluindo uma maior supervisão das instituições de crédito e dos contratos de empréstimos à habitação. Essa intervenção também foi feita através de programas de educação financeira para futuros compradores de habitação, de forma a assegurarem o seu compromisso financeiro de forma sustentável. Um desses exemplos, foi o lançamento do programa *Indianapolis Neighborhood Housing Partnership* que tinha como propósito prestar aconselhamento imparcial a famílias com rendimentos médios e famílias com rendimentos baixos, no sentido de poderem assegurar as prestações do empréstimo da casa a longo prazo, aumentarem as suas poupanças e melhorarem o seu nível de literacia financeira. Quem frequentou estes cursos gratuitos de forma voluntária registou taxas mais baixas de incumprimento e maior capacidade de assumir o seu compromisso com o banco credor face à restante população, ao mesmo tempo que adquiriram competências relacionadas com uma melhor gestão do rendimento e gestão da dívida (Agarwal et al, 2010).

8.3.5) O impacto da educação financeira na população com baixos rendimentos

A partir do *All My Money*, um programa de educação financeira direccionada para populações com baixos rendimentos, desenvolvido pela Universidade de Illinois nos Estados Unidos, foram estudados por membros da mesma instituição, os efeitos da

formação financeira sobre os participantes em 2006. O *All My Money* é composto por sete lições sobre tópicos de finanças pessoais: Escolhas sobre gastos financeiros; elaboração de um orçamento familiar; planeamento de despesas; conhecimentos gerais sobre crédito; adquirir capacidades de consumo; defesa dos direitos consumidores e gestão de uma conta à ordem. Para analisar o impacto do programa de educação financeira, os participantes realizaram um teste prévio e um teste retrospectivo no qual responderam a questões sobre o conhecimento que tinham antes e depois da acção de formação.

O programa teve grande impacto nos comportamentos susceptíveis de serem alterados no curto-prazo (falar com a família sobre dinheiro, comparar preços e qualidade), do que propriamente outro tipo de comportamentos, como não gastar todo o salário durante o mês, reclamar quando os direitos dos consumidores são negligenciados e pagar dívidas a tempo. Apesar de a audiência ter aprendido quais as consequências de não pagar as dívidas atempadamente, os participantes não foram capazes de alterar esse comportamento de imediato devido à sua situação financeiramente desfavorecida. A mesma razão serviu para explicar porque razão os participantes não conseguiram deixar de gastar todo o rendimento mensal auferido num mês (Lyons, Chang e Scherpf, 2006).

8.3.6) Literacia sobre o crédito ao consumo

Em 2007 os investigadores Marsha Courchane, Adam Galey da *CRA International* (uma consultora especializada em gestão de empresas, economia e finanças) e Peter Zorn (2007) da *Fredie Mac* (uma empresa norte-americana cuja actividade principal é centrada na compra de hipotecas de casas e seguros relacionados com essas mesmas hipotecas) analisaram a relação entre a literacia dos consumidores sobre o crédito e as decisões das instituições financeiras relativamente à concessão do crédito.

O estudo teve como ponto de partida duas questões: 1) Com que precisão os consumidores auto-avaliam o sua notação de crédito? 2) A imprecisão dessa auto-avaliação conduz os consumidores a serem confrontados com resultados indesejáveis por parte das instituições de crédito?

O trabalho de investigação recorreu a duas bases de dados. Os primeiros dados eram provenientes do *Consumer Survey* conduzido em 2000 pela *Freddie Mac*, um estudo que inclui informação sobre conhecimento financeiro, resultados de crédito e dados recolhidos de repositórios com registos individuais de crédito. Os segundos dados continham informação sobre cerca de 1,2 milhões de empréstimos originados em 2004, incluindo

informação sobre hipotecas de casas, subscrições, variações de preços, características de empréstimos e taxas anuais de juro.

O estudo concluiu que a imprecisão da auto-avaliação da notação de crédito por parte dos consumidores, aumenta a probabilidade do crédito ser negado, ou do consumidor ser sujeito a subscrever um crédito imobiliário com uma taxa anual de juro mais elevada. Outra conclusão do estudo prende-se com a importância da literacia financeira em dotar os consumidores sobre o funcionamento do crédito e os riscos associados. A literacia financeira é importante para o acesso ao crédito imobiliário. Os programas de literacia financeira direccionados para a literacia do crédito ajudam os consumidores a compreenderem melhor como funciona o processo do histórico de crédito, as componentes de avaliação do *credit score* e do seu próprio *FICO score* (Courchane et al 2007). O histórico do crédito de um cliente é algo que é sempre analisado antes da concessão, trata-se de uma análise da forma como o cliente se comportou, ou se comporta perante o cumprimento dos créditos que obtém. A pessoa que solicita um empréstimo vê-se confrontada com a necessidade da instituição financeira indagar sobre o cumprimento dos créditos obtidos anteriormente, se existiram prestações em atraso, os níveis de *credit score* e do *FICO score*. O *credit score* avalia o risco de crédito, ou seja qual a probabilidade da pessoa entrar em incumprimento, quanto maior o risco do cliente não cumprir o empréstimo que contraiu, maiores serão os juros a pagar pelo mesmo. O *FICO score* é outra variável a ter em conta no acesso ao crédito habitação nos Estados Unidos, trata-se de uma empresa especializada em *credit scoring*, que prevê o comportamento dos consumidores em relação ao crédito e os ajuda a gerir melhor as suas dívidas. A avaliação do *FICO Score* tem por base a análise de várias componentes expressas no histórico de crédito (histórico de pagamentos, quantias em dívida, histórico do cumprimento de crédito e tipos de crédito contraídos). Neste sentido os autores advogam que a literacia financeira pode ter um papel crucial em melhorar estas pontuações que facilitam o acesso ao crédito a custos mais convenientes.

8.16) A contribuição da educação financeira para o desenvolvimento das comunidades

Além da educação financeira contribuir para a alteração de comportamentos dos consumidores a nível individual, no sentido de proporcionar uma redução do endividamento familiar e contribuir para o aumento das poupanças, também existem

efeitos positivos em grupos comunitários (Hogarth, 2006). Esta afirmação foi defendida por Jeanne M. Hogarth, responsável pelo departamento de investigação e educação dos consumidores do Banco de Reserva Federal norte-americano, no estudo que apresentou durante a Conferência Internacional do G8 presidida pela Rússia em Novembro de 2006.

Um exemplo do potencial impacto da educação financeira nas comunidades pode ser explicado pelo trabalho desenvolvido pela *Vermont Development Credit Union*, uma delegação da *Opportunities Credit Union* (OCU). A OCU é uma associação de desenvolvimento comunitário, cuja missão é disponibilizar serviços financeiros a custos acessíveis a populações mais desfavorecidas. A associação tem possibilitado que muitas famílias com baixos rendimentos expandam os seus pequenos negócios e outros mecanismos de auto-emprego, comprem as suas casas, adquiram financiamento para comprarem as suas viaturas para ir trabalhar e deste modo melhorar o bem-estar financeiro da comunidade. A OCU defende que o seu trabalho é efectivo tanto a nível de aconselhamento, como a nível da educação financeira por duas razões: Quando as pessoas solicitam os serviços da OCU, fazem-no porque querem adquirir competências que lhes permitam comprar uma habitação, criarem um negócio, ou adquirirem um serviço financeiro de forma sustentável, logo já vêm com alguma predisposição para aprender. A outra razão é a disponibilização de ferramentas práticas que dotam a população de educação financeira, como a disponibilização de contas poupança sem custos, subcontas para acumular fundos para atingir determinados objectivos e concessão de empréstimos para consolidar créditos (Hogarth, 2006).

Em 2001 e novamente em 2004 os utentes da OCU responderam a um inquérito sobre o seu envolvimento com a instituição. O inquérito incluiu perguntas sobre os serviços financeiros que utilizam (poupanças, transacções, empréstimos e serviços de educação financeira) e quais destes serviços consideravam mais importantes. Os membros da OCU também foram questionados sobre a que nível a OCU os auxiliou a gerirem melhor o seu dinheiro, a manterem o controlo das suas finanças, a fazer face às dívidas, a atingirem os seus objectivos, a pouparem mais, a deterem mais activos, a melhorarem as oportunidades de trabalho e a melhorarem a qualidade de vida. Os inquiridos que responderam que os serviços de educação financeira prestados pela OCU eram importantes, foram aqueles que registaram maiores níveis de poupança, melhor situação profissional, com maiores rendimentos, com melhor qualidade de vida e maior envolvimento com a comunidade.

Os resultados do estudo da OCU apontam para uma potencial relação entre educação financeira e desenvolvimento económico das comunidades (Hogarth, 2006, pág. 15), no entanto não existe documentação suficiente que comprove tal facto. Ainda assim o autor defende que existe uma relação lógica que consumidores financeiramente bem-educados tomam melhores decisões financeiras para as suas famílias, o que potencia o aumento da segurança e bem-estar financeiro. Por sua vez, famílias financeiramente seguras contribuem para a existência de comunidades mais prósperas e mais desenvolvidas economicamente (Hogarth, 2006).

Capítulo IX – As limitações da educação financeira

9.1) Algumas razões que explicam as limitações da efectividade da educação financeira

A literacia financeira do consumidor tem-se tornado uma política pública com vista a melhorar o bem-estar das populações e combater situações de sobre-endividamento e exclusão social. O Banco de Portugal justifica a importância da literacia financeira por defender que é uma ferramenta que permite uma gestão responsável das finanças pessoais, aumenta o bem-estar dos cidadãos e contribui para a estabilidade macroeconómica e financeira (Banco de Portugal, 2010b).

No entanto, será que o aumento da literacia financeira da população é o único determinante para o aumento do seu bem-estar? Será que podemos atribuir a instabilidade das instituições financeiras apenas à iliteracia financeira das pessoas? Será que a aposta na educação financeira dos consumidores efectivamente contribui para o aumento da taxa de poupança das famílias?

A OCDE define a educação financeira como o processo pelo qual os consumidores/investidores melhoram os seus conhecimentos sobre conceitos e produtos financeiros através de programas de formação, instrução, ou outras ferramentas introduzidas com o objectivo de desenvolver capacidades e aumentar a confiança a respeito da situação financeira individual (OCDE, 2005). Porém, o Banco de Portugal relembra que “a simples provisão de informação financeira não conduz necessariamente a melhor percepção dos conceitos e a uma melhoria do processo de decisão” (Banco de Portugal, 2011a pág.5). Existem outros factores de natureza psicológica ou social que influem no processo de decisão e por sua vez limitam a efectividade da educação financeira.

Apesar de no plano teórico a educação financeira ter como potenciais efeitos o aumento da literacia financeira e a adopção de comportamentos financeiros mais responsáveis (hábitos de poupança, planeamento da reforma e melhor gestão do endividamento), nem sempre esses benefícios se mostram visíveis após os programas de formação. A efectividade da educação financeira é limitada por alguns factores como:

- Existência de outros factores que condicionam os comportamentos e as decisões financeiras;
- Ausência de consenso na medição e definição do conceito de literacia financeira;
- Definição pouco clara daquilo que se entende por boas e más decisões financeiras;

- As incertezas na definição e medição de literacia financeira são um obstáculo nos países de baixos rendimentos
- Interesses comerciais dos bancos;
- Existência de outros factores que influenciam o comportamento da poupança;
- Surgimento constante de novos produtos financeiros;
- Excesso de confiança por parte dos investidores.

Nos parágrafos seguintes analisam-se mais em pormenor cada um destes factores que podem ser condicionantes do sucesso da educação financeira dos consumidores.

9.2.) Existência de outros factores que condicionam os comportamentos e as decisões financeiras

Muitos dos programas de educação financeira desenvolvem a sua acção na crença de que o aumento da informação e do conhecimento financeiro irão conduzir a alterações na forma como os indivíduos gerem as suas financeiras pessoais e nos comportamentos que adoptam. Contudo, existem outros factores de natureza psicológica estudados pela economia comportamental que influem nas decisões económicas das famílias. São exemplos destes factores: a procrastinação, arrependimento, aversão ao risco, compulsão, generosidade, altruísmo e pressão do grupo onde está inserido (Hilgert e Hogarth, 2003).

A forma como os indivíduos se comportam num determinado momento é condicionada por outros factores de natureza social ou psicológica e pelo contexto em que se insere. A literacia financeira apenas consegue assegurar que as pessoas estão informadas sobre as decisões que tomam, mas não consegue garantir que as pessoas tomem a decisão ou adoptem o comportamento mais conveniente. Esta limitação prende-se com a existência de outros determinantes que interferem com o poder de decisão como tendências comportamentais, pensamentos enviesados, campanhas publicitárias, problemas de auto-controlo, família, o contexto em que nos encontramos, a comunidade em que vivemos, hábitos culturais e razões institucionais (Huston, 2010).

9.3) Ausência de consenso na medição e definição do conceito de literacia financeira

A forma díspar como os conceitos de educação financeira e literacia financeira são abordados ao longo da literatura, apresenta-se como um entrave para os formadores que actuam na área de educação financeira. O Quadro 2.1 mostra várias definições do conceito

de literacia financeira. Por exemplo para National Foundation for Education Research, a literacia financeira resume-se à capacidade de tomar decisões informadas sobre a uso e a gestão do dinheiro, mas para Lewis Mandell já inclui a capacidade de avaliar os novos e complexos instrumentos financeiros e efectuar juízos informados sobre os mesmos, no sentido de escolher aqueles que mais satisfazem os interesses pessoais (Mandell, 2007). Contudo, será que uma família com rendimentos baixos, precisa de saber como funcionam os mercados bolsistas e princípios básicos de investimento? Será que um consumidor é iletrado se não estiver a par de todos os complexos produtos financeiros que surgem no mercado? Esta falta de consenso pode tornar a educação financeira menos eficaz, visto que gera uma dispersão nos próprios objectivos dos programas de formação e na forma como estes se podem adaptar e criar significado para os diferentes segmentos da população. A ausência de métricas que meçam os níveis de literacia financeira da população compromete o impacto da formação financeira e dificulta a compreensão das barreiras que existem na melhoria das escolhas que os consumidores fazem a nível financeiro (Houston, 2010).

9.4) Definição pouco clara daquilo que se entende por boas e más decisões financeiras

Outro obstáculo que se pode colocar ao sucesso dos programas de educação financeira é a definição pouco clara daquilo que se entende por boas e más decisões financeiras, esta questão foi levantada por Kartik Athreya e Anne Stilwell, autores do estudo *Rationalizing financial literacy policy*, publicado em Março de 2009 pela FED de Richmond. São várias as razões apontadas pelos autores:

- É mais fácil distinguir entre um mau produto de consumo duradouro de um mau produto financeiro, visto que na maioria das vezes os contratos não são iguais para todos os clientes e as pessoas não falam com a mesma frequência sobre as características do empréstimo à habitação, como falam de um computador. Além disso as marcas têm mais preocupação com a satisfação dos clientes, do que as instituições financeiras (Athreya e Stilwell, 2009).
- Todos os contratos de crédito são um risco, uma vez que as famílias não sabem o que acontecerá no futuro.
- As famílias mais pobres estão mais expostas a empréstimos predatórios, pois tenderão a contratar créditos cujas prestações serão mais baixas, mas os juros serão maiores, o mesmo poderá acontecer a empréstimos para cobrir despesas inesperadas, tais como arranjo do carro, o que faz com que seja complicado afirmar-se que se tratam de boas

ou más escolhas financeiras, pois são escolhas cuja qualidade depende da situação particular de cada família.

Para garantir que os consumidores tomem decisões financeiras mais conscientes, a importância da literacia económica deve ser tida em conta, principalmente quando se tratam de investimentos ou contratos de crédito à habitação. É necessário prestar atenção à conjuntura económica para analisar a viabilidade de lançar o seu próprio negócio, investir em determinadas acções ou contratar um crédito à habitação (Athreya e Stiwell, 2009).

9.5) As incertezas na definição e medição de literacia financeira são um obstáculo nos países de rendimentos baixos

Um estudo do Banco Mundial sobre como implementar uma estratégia de educação financeira aos países com rendimentos baixos e médios ⁷ defende que aquilo que define uma pessoa financeiramente letrada precisa de ser ajustado às características destes países (Holzmann, 2010).

À semelhança dos países desenvolvidos que instituíram estratégias nacionais de literacia financeira, os países de rendimentos baixos querem fazer o mesmo. Porém, incertezas na medição e na análise conceptual de literacia financeira constituem um entrave na delineação dos objectivos. As actividades conduzidas pelo World Bank centram-se no desenvolvimento de metodologias e instrumentos operacionais para a medição de literacia financeira e sobre a efectividade de educação financeira nos países de baixo e médio rendimento.

Os países com baixos rendimentos partilham um conjunto de características comuns que podem ser relevantes para a criação de uma estratégia de literacia financeira. Essas características foram sintetizadas em palavras-chave: Acesso; pobreza, ruralidade, informalidade e risco de gestão (Holzman, 2010).

Acesso - O acesso aos serviços financeiros nos países de rendimentos baixos é muito menor do que nos países ricos. Enquanto que nos países ricos 80 por cento da população tem uma conta bancária, nos países com baixos rendimentos apenas 20 por cento da população é titular de uma conta. Nos países de rendimentos elevados, apenas uma

⁷ Consideram-se países de rendimentos baixos, aqueles cujo PIB *per capita* se situa abaixo dos 1100 dólares norte-americanos, o que os torna elegíveis para acederem a apoios e empréstimos subsidiados pela Agência Internacional para o Desenvolvimento tutelada pelo Banco Mundial. Nos países de rendimentos médios, o PIB *per capita* situa-se entre os 1100 e os dez mil dólares norte-americanos, o que lhes permite aceder a empréstimos financiados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

pequena fatia da sociedade é financeiramente excluída, nos países de baixos rendimentos, a maioria da população não mantém qualquer relação formal com um banco.

Pobreza – Nos países de rendimentos baixos a maioria da população vive com um ou dois dólares por dia. A pobreza absoluta induz a um comportamento especial, uma vez que a sobrevivência física tem prioridade.

Ruralidade – A maioria das populações nos países pouco desenvolvidos vive em zonas rurais, onde não existem instituições financeiras e a liquidez é escassa. Os activos são essencialmente provenientes da terra, do gado, da produção de sementes. As pessoas vivem em comunidades fechadas e as famílias são muito numerosas. Este cenário exige um comportamento especial para que exista poupança, uma vez que o acesso aos recursos não é apenas monetário.

Informalidade – Os contratos formais de trabalho (com descontos para a segurança social e pagamento de impostos sobre o rendimento) são bastante restritos nos países de rendimentos baixos (cerca de dez por cento da população). O resto da população trabalha por sua conta, encontrando os seus próprios meios de subsistência. Para a maioria dos residentes nestes países, a gestão do dinheiro refere-se à gestão de uma conta pessoal e de uma micro-empresa.

Riscos – Os riscos estão associados à produção agrícola, à saúde e riscos comunitários. Ao contrário dos países ricos onde os riscos estão associados às imperfeições dos mercados financeiros e à limitação dos benefícios sociais. Nos países pobres questões como poupança para a reforma ou a subscrição de seguros, não se colocam.

Dadas as diferenças culturais existentes entre os países de rendimentos baixos e os países de rendimentos elevados, o Banco Mundial defende que é necessário compreender melhor como trabalhar a literacia financeira nos países menos desenvolvidos, a fim de poderem ser concebidas estratégias nacionais eficazes. Nestes países os mercados financeiros ainda não se desenvolveram devido aos rendimentos baixos. Nos países africanos com rendimentos baixos, existe uma grande dificuldade em manter recursos líquidos devido à extensão das famílias que são bastante numerosas. À semelhança do que acontece na Índia, as áreas de actuação ao nível da literacia financeira nos países de rendimentos baixos tendem a incidir sobre as temáticas do micro-crédito, inclusão financeira, combate ao endividamento excessivo devido a credores formais e informais e combate a esquemas de fraude, uma vez que a legislação sobre a protecção dos consumidores e os intermediários financeiros se encontra pouco desenvolvida. Estes factores exigem uma nova metodologia de medição de

literacia financeira e investigação sobre como tornar a educação financeira efectiva nestes países.

9.6) Interesses comerciais dos bancos

As instituições privadas têm promovido acções de educação financeira, nomeadamente os bancos que integram esta componente nas missões de responsabilidade social. No entanto, o Banco de Portugal alerta para o surgimento de conflitos de interesse que podem ser gerados durante as acções de formação que contenham também publicidade a produtos financeiros.

Este problema tem levado vários países a desenvolverem formas preventivas de gerir possíveis conflitos de interesse, incluindo a definição de regras para a participação do sector privado e a monitorização do seu envolvimento em iniciativas de educação financeira. “Nos EUA, Reino Unido e Republica Checa foram definidos princípios orientadores da participação privada. Alguns países desenvolveram critérios para a avaliação de material pedagógico preparado pelo sector privado a fim de evitar a publicidade camuflada. Estes países têm procurado colmatar este problema através do convite às instituições bancários para participarem num determinado projecto de formação, em vez de solicitarem o patrocínio exclusivo” (Banco de Portugal, 2011b, pág.32).

Também a OCDE no documento que publicou a respeito das recomendações de boas práticas de literacia financeira sobre o uso de produtos de crédito, recomenda que as instituições financeiras devem lançar iniciativas que esclareçam os direitos e as responsabilidades dos tomadores de crédito e as implicações inerentes a más decisões na contratação de empréstimos. No entanto, estas iniciativas devem ser claramente distinguidas de publicidade e campanhas de marketing (OCDE, 2009b).

9.7) Outros factores que influenciam o comportamento da poupança

As decisões de consumo e poupança não dependem apenas do nível de literacia financeira da população. O consumo permite satisfazer necessidades básicas, influencia as relações sociais e chega a definir em certa medida, a imagem e a própria identidade da pessoa. Segundo a teoria dos ciclos de vida os agentes fazem previsões relativas a todos os seus rendimentos futuros, planeando o seu consumo até ao final da vida. Como a poupança de um indivíduo depende da fase do ciclo de vida em que se encontra, a taxa de poupança da

economia depende da proporção de agentes em cada fase do ciclo de vida. Assim o envelhecimento populacional deverá ser acompanhado por uma redução da taxa de poupança.

Outro factor que influencia a taxa de poupança da população é a taxa de juro real. O aumento da taxa de juro real (determinada a partir da taxa de juro nominal e a taxa de inflação) pode conduzir ao aumento da taxa de poupança através do adiamento das decisões de consumo, uma vez que abdicar de consumir uma unidade de bens no presente, faz aumentar o consumo futuro em mais unidades.

A teoria económica sugere uma relação negativa entre o saldo orçamental das administrações públicas e a taxa de poupança das famílias. Deste modo, uma diminuição do saldo orçamental, através da redução de impostos ou um aumento de despesas com as famílias (bens e serviços, despesas de saúde e de educação) tende a reflectir-se num aumento da taxa de poupança (Alves e Cardoso, 2010). Também é importante referir que a taxa de poupança tende a ser pro-cíclica, ou seja, tende a aumentar com o aumento do PIB. Por sua vez, a taxa de poupança vai diminuindo com a diminuição do rendimento disponível.

Em Portugal mais de 90 por cento da poupança registada é gerada por apenas 20 por cento das famílias, sendo as famílias com maiores rendimentos responsáveis por 70 por cento das poupanças (Alves e Cardoso, 2010). Outro documento que evidencia que o nível de rendimento condiciona a poupança foi já citado Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa realizado em 2010, onde 48 por cento da população afirmou não fazer poupanças, dos quais 88 por cento justificou não poupar por o seu rendimento não permitir.

A formação na área da gestão do rendimento mensal e do planeamento do orçamento familiar pode ajudar a aumentar a taxa de poupança e prevenir situações de endividamento. No entanto, o efeito da educação financeira associado ao aumento da poupança pode ser limitado, dadas as restantes condicionantes que fazem com que os indivíduos não consigam poupar.

9.8) Surgimento de novos produtos financeiros

Lauren Willis no seu estudo *Against Financial Education* afirma que a educação financeira não é eficaz porque os produtos financeiros que são vendidos hoje, não serão os mesmos de amanhã. Esta professora associada da *Loyola Law School* nos Estados Unidos defende

que realisticamente não é possível a população norte-americana conseguir obter o nível de literacia financeira necessário para aceder à panóplia de produtos de crédito, de investimentos e seguros existentes no mercado, tendo em conta que num futuro próximo serão concebidos novos produtos, com novas características (Willis, 2008). Esta afirmação poderá ser verdadeira se não existir uma reciclagem dos programas de educação financeira, actualização dos conteúdos disponíveis nos portais de educação financeira e se as instituições de supervisão e regulação não estiverem aptas a prestarem informação sobre os produtos financeiros que são comercializados.

Porém, a perspectiva de Willis também pode ser refutada, se o objectivo de assegurar o aconselhamento imparcial e independente sobre produtos e serviços financeiros presente nas estratégias de literacia financeira do Reino Unido, Estados Unidos e Nova Zelândia for concretizado. Também os agentes de regulação do sistema financeiro em Portugal procuram dar uma resposta nesse sentido. Faz parte do Plano de Formação Financeira do Banco de Portugal a ser implementado entre 2011 e 2015, a criação de um portal de literacia financeira, cuja gestão de conteúdos será realizada em conjunto com a Comissão de Mercado de Valores Imobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal. A existência deste site poderá constituir um dos veículos onde os consumidores possam aceder a informação *on demand* sobre as características dos produtos financeiros que vão surgindo no mercado. Apesar do portal ainda não ter sido lançado, a CMVM enquanto agente de supervisão e regulação, disponibiliza no seu site documentos informativos e fichas técnicas de produtos financeiros complexos e prospectos dos seguros de vida, presta informação aos consumidores e trata as suas reclamações, disponibiliza uma linha gratuita de apoio ao investidor, entre outras ferramentas que garantem o direito de informação.

9.9) Excesso de confiança

Lauren Willis alerta também para um excesso de confiança que poderá surgir após os programas de educação financeira, nomeadamente nas decisões de investimento que os participantes virão a tomar. Esse excesso de confiança pode ser traduzido num sentimento de falsa segurança que pode levar os investidores a sobrestimarem a sua experiência a nível financeiro (Willis, 2008).

Pedro Queiroga Carrilho quando entrevistado para esta dissertação foi questionado sobre o possível efeito adverso, ao qual respondeu que tudo depende do formador e na forma como os conteúdos são leccionados nas acções de formação. “O problema da maioria dos

investidores iniciais é o desconhecimento, é possível apurar erros comuns entre investidores iniciantes. O excesso de confiança depende do perfil. Se falar com as corretoras nacionais vai ver que o português prefere primeiro torrar dinheiro e depois aprender a investir (em média). Excesso de confiança não encontro, pois o retorno financeiro é o melhor indicador, e a maior parte das pessoas que formei já perdeu e já ganhou.” (Queiroga Carrilho, Anexo A).

Capítulo X - Conclusões

Como foi referido no Capítulo I, se alguns autores e instituições defendem que a promoção da literacia financeira permite a tomada de decisões financeiras mais adequadas e possibilita o desenvolvimento das competências necessárias para a escolha de produtos financeiros complexos em matéria de crédito, investimento e seguros (Shagen e Lines, 1996; Hogarth, 2002; Comissão Europeia, 2007), existem outras visões, como a de Willis (2008), que afirmam que os benefícios da educação financeira carecem de evidência empírica.

Neste estudo ao serem analisadas as perspectivas de vários autores relativamente à importância atribuída à literacia financeira, concluiu-se que apesar de existirem algumas limitações que tornem efectivos os benefícios da educação financeira, esta constitui uma mais-valia para os consumidores.

Contudo, se por um lado é importante que os indivíduos conheçam os seus direitos enquanto consumidores e efectuem escolhas de produtos financeiros adequadas às suas necessidades, também é importante que saibam onde procurar aconselhamento imparcial e gratuito e que entidades poderão prestar auxílio quando os seus direitos forem negligenciados. Além disso, uma vez que o número de programas de educação financeira tem aumentado a nível mundial, uma maior aposta na investigação do conceito de literacia financeira, poderá constituir uma sugestão útil à melhoria do impacto das iniciativas de educação financeira, já que um dos objectivos destes programas, é precisamente melhorar a literacia financeira dos cidadãos.

A multiplicidade de abordagens ao conceito de literacia financeira é um dos motivos pelos quais não se conseguem encontrar respostas, para aquilo que significa uma pessoa financeiramente letrada. Da mesma forma que aquilo que caracteriza uma pessoa letrada, depende do nível de desenvolvimento do país, das condições sociais, económicas e civis, das infra-estruturas técnicas e das condições de vida da população (Tanguiane, 1990), também as características que ditam que uma pessoa é financeiramente letrada dependem das diferentes realidades sociais, económicas e culturais de cada país. Saber que características são estas, é o desafio que se coloca a cada Governo que decida implementar uma estratégia nacional de literacia financeira.

Como se pôde constatar no capítulo III, a educação financeira poderá desempenhar um papel importante na sensibilização das famílias para a necessidade de criarem mecanismos de poupança que complementem o valor da pensão que irão receber após a vida activa. A comparação de alguns indicadores demográficos presente no capítulo V mostrou que Portugal é o país que regista uma menor taxa de natalidade e o maior rácio de dependência da população idosa, comparativamente com o Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia e Índia. Porém, dadas as condicionantes que afectam o comportamento da poupança apresentadas no capítulo IX, a actual crise financeira que Portugal enfrenta, a redução dos benefícios fiscais dos Plano de Poupança Reforma e o aumento da carga fiscal, a probabilidade de muitas famílias não conseguirem poupar para a reforma torna-se maior.

A análise das estratégias de Literacia Financeira revelou que existem muito mais semelhanças do que diferenças entre a estratégia de Portugal e as estratégias do Reino Unido, Estados Unidos e Nova Zelândia, uma vez estes países seguem as recomendações da OCDE. No entanto, será que a estratégia de literacia financeira de Portugal sendo um país que está em recessão, pode ser estruturada da mesma forma que outro Estado-Membro da OCDE que regista crescimento económico? Será que o Plano Nacional de Formação Financeira um vez que irá decorrer até 2015, não deverá conter algumas respostas que ajudem as famílias a enfrentarem as actuais medidas de austeridade que antevêm uma descida dos rendimentos e o aumento do desemprego?

Da análise comparativa das estratégias de literacia financeira de Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América, Nova Zelândia e Índia, concluiu-se que todas elas procuram têm como objectivo melhorar o bem-estar financeiro da população. Todavia é preciso não esquecer que a educação financeira é apenas um elemento que contribui para o bem-estar financeiro dos indivíduos. Outros factores como o emprego, o rendimento, a saúde, a idade e o contexto socioeconómico, também influenciam.

Não obstante as limitações enunciadas, leva-se a crer que a educação financeira poderá proporcionar uma utilização dos recursos de forma mais racional e sustentável, prevenir situações de sobre-endividamento e contribuir para uma maior consciência da situação financeira pessoal por partes dos consumidores. Também é importante referir que a educação financeira é um processo contínuo que pressupõe uma actividade contínua de aprendizagem ao longo da vida, dado o ritmo das inovações tecnológicas e o surgimento de novos produtos financeiros.

Bibliografia

Agarwal, S., G. Amromin, I. Bem-Davi, S. Chomsisengphet, e D.D. Evanoff (2010). Learning Cope: Voluntary Financial Education and Loan Performance during a Housing Crisis. *American Economic Review: Papers and Proceedings* 100:2, pp. 1-10.

Alves N. e F. Cardoso (2010), A Poupança das Famílias em Portugal: Evidência Micro e Macroeconómica. *Boletim Económico de Inverno 2010*, Lisboa, Banco de Portugal, pp. 49-70.

Anderloni, L., M.D. Braga e E.M. Carluccio (2007), *New Frontiers of Banking Services: Emerging Needs and Tailored Products for Untapped Markets*. Berlim: Springer.

Athreya, K. e A. Stilwell (2009), Rationalizing financial literacy policy, *Richmond Fed Economic Brief 09-03*, Richmond, E.U.A.: Federal Reserve Bank of Richmond.

Banco de Portugal (2009), *A Economia Portuguesa No Contexto da Integração Económica Financeira e Monetária*. Lisboa: Banco de Portugal.

Banco de Portugal (2010a), *Inquérito à Literacia da População Portuguesa 2010. Apresentação dos Principais Resultados*. BdP. Lisboa

Banco de Portugal (2010b), *Relatório de Supervisão Comportamental 2009*. BdP, pp 35 - 41.

Banco de Portugal (2010c), Boletim Económico de Inverno 2010, http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/BEAnteriores/Documents/bol_inverno10_p.pdf.

Banco de Portugal (2011a), *Plano Nacional de Formação Financeira 2011 – 2015*, <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/ConselhoNacionalSupervisoresFinanceiros/Documents/PlanoNacionaldeFormacaoFinanceira.pdf>.

Banco de Portugal (2011b), *Relatório de Supervisão Comportamental 2010*, <http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/RSC/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Relat%C3%B3rio%20Supervis%C3%A3o%20Comportamental%202010.pdf>.

Banco de Portugal (2011c), *Relatório de Estabilidade Financeira Maio 2011*, http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioEstabilidadeFinanceira/REFAnteriores/Documents/ref_nov10_p.pdf.

Bernanke, B., M. Pinsky, N. Andrews, P. Weech, E. Seidman, e R. Cohenn(2009), The economic crisis and community development finance: An industry assessment, *Working Paper 2009-05*, Community Development Investment Center, Federal reserve Bank of San Francisco.

Bernheim, D., D.M. Garrett e D.M. Maki (1997). Education and Saving: The Long-Term Effects of High School Financial Curriculum *Mandates*. *NBER Working Papers 6085*, National Bureau of Economic Research, Inc.

Blancher, N. (2006). Risk Transfer and the Growing Importance of Financial Literacy. *Proceedings of the G8 International Conference on Improving Financial Literacy*, Moscovo: Rússia.

Bucher-Koenen, T. (2009), Financial literacy and private old age provision in Germany – Evidence from SAVE 2008, *Working Paper 192-2009*, Manheim Research Institute for the Economics of Ageing.

Bucher-Koenen, T. e M. Ziegelmeyer (2011), Who lost the most? Financial literacy, cognitive abilities, and the financial crisis, *Working Paper 234-2011*, Manheim Research Institute for the Economics of Ageing.

Burnet, M. (1965), *ABC of Literacy*, Paris: UNESCO.

Colmar Brunton (2006), ANZ/Retirement Commission Survey of 2006 Financial Knowledge Survey, <http://www.consumeraffairs.govt.nz/legislation-policy/policy-reports-and-papers/research/ANZ-Retirement-commission-report.pdf>.

Colmar Brunton (2009), 2009 ANZ/Retirement Commission of 2009 Financial Knowledge Survey, <http://financialliteracy.org.nz/sites/default/files/webfm/Research/r-fksurvey-2009.pdf>.

Colmar Brunton (2010), 2010 Ngāi Tahu Financial Knowledge Survey, <http://www.ngaitahu.iwi.nz/Ngai-Tahu-Whanui/Whai-Rawa/Ngai-Tahu-Financial-Knowledge-Report.pdf>.

Comissão Europeia (2007), Communication from the Commission: Financial Education. COM (2007) 808, a 18 de Dezembro de 2007, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0808:FIN:EN:PDF>.

Comissão Europeia (2010), Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros. *Livro Verde COM (2010) 365 final*.

Comité Económico e Social Europeu (2011). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o «Livro Verde Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros». *Jornal Oficial da União Europeia* (2011/C 84/08).

Crick, B.R. e A. Porter (1978), *Political education and political literacy*. London: Longman.

Crossan D., D. Feslier, e R. Hurnard (2011), *Financial Literacy and Retirement Planning in New Zealand* (não publicado).

Courchane, M., A. Gailey e P. Zorn (2008), Consumer credit Literacy: What price perception? *Journal of Economics and Business Elsevier*, vol. 60(1-2), pp 125-138.

Day, J.M. (1987), Computer literacy and library and information studies: a literature review, *British Library Research Paper 18*, London:BL.

Dandea P.S. e K. Pater (2011), Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o «Livro Verde Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros. *Jornal Oficial da União Europeia*, pp. 38-44.

Das, V.S. (2007), Financial Literacy: Reserve Bank of India's Initiatives. *CAB Calling July – September 2007*, Maharashtra, Índia.

De Rooy, J. (1995). *Economic Literacy: What Everyone Needs to Know About Money & Markets*. New York: Three Rivers Press.

Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro. *Diário da República – I Série A – Nº 301*. Ministério das Finanças. Lisboa.

Decreto-Lei nº 27-C/2000 de 10 de Março. *Diário da República – I Série A Nº59*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio. *Diário da República, 1ª Série – Nº90*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 26/2008 de 22 de Fevereiro. *Diário da República, 1ª Série – Nº38*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 133/2009 de 2 de Junho. *Diário da República, 1ª série – Nº 106*. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.

Department of the Treasury (2010), Financial Education Core Competencies; Comment Request. *Federal Register Vol. 75, No. 165* -Thursday, August 26, 2010 – Notices.

European Commission (DG ECFIN) and the Economic Policy Committee (AWG) (2008), *The 2009 Ageing Report: Underlying Assumptions and Projection Methodologies for the EU-27 Member States (2007-2060)*. European Communities, Luxembourg.

Fehr, D. (2008), The adoption of specialized high school financial literacy curriculum modules, *Journal for Economic Educators*, Vol. 8, No. 1, 61-70

Financial Literacy and Education Commission (2011), Promoting Financial Success in the United States: National Strategy for Financial Literacy 2011, http://www.mymoney.gov/sites/default/files/downloads/NationalStrategyBook_12310.pdf.

Financial Service Authority (2005), Measuring Financial Capability: An Exploratory Study. *Consumer Research Study No. 37*, FSA.

Financial Service Authority (2006), *Financial Capability in the UK: Establishing a Baseline*, http://www.fsa.gov.uk/pubs/other/fincap_baseline.pdf.

Gnan, E., M.A. Silgoner e B. Weber (2007), Economic and financial education: concepts, goals and measurement, *Monetary Policy & The Economy Q3/07*, Oesterreichische Nationalbank, 28-49.

Gustman, A.L., T.L. Steinmeier e N. Tabatabai (2010), Financial knowledge and financial literacy at the household level, *Working paper 2010-223*, University of Michigan Retirement Research Center.

Hannig, A. e S. Jansen (2010). Financial Inclusion and Financial Stability: Current Policy Issues. *ABDI Working Paper No. 259*, ABDI Institute.

Harris Interactive Inc. (2009), The 2009 Consumer Financial Literacy Survey: Final Report, Prepared For: National Foundation for Credit Counseling, <http://www.nfcc.org/newsroom/FinancialLiteracy/files/2009FinancialLiteracySurveyFINA.L.pdf>.

Hastings, J.S. e L. Tejada-Ashton (2008), Financial literacy, information and demand elasticity: survey and experimental evidence from Mexico, *Working Paper 14538*, *NBER Working Paper Series*, National Bureau of Economic Research.

Hastings, J. e O.S. Mitchell (2010), How financial literacy and impatience shape retirement wealth and investment behaviors, *Working Paper 2010-233*, University of Michigan Retirement Research Center.

Hilgert, M.A., J.M. Hogarth, e S.G. Beverly. (2003). Household Financial Management: The Connection Between Knowledge and Behavior. *Federal Reserve Bulletin*, July: 309-322.

Hobbs, R. e A. Jensen (2009), The past, present and future of media literacy education, *Journal of Media Literacy Education* 1(1), 1 -11.

Hogarth, J.M. (2002). Financial Literacy and Family & Consumer Sciences. *Journal of Family & Consumer Sciences*, 94(1): 14-28.

Hogarth, J.M. (2006). Financial education and economic development. *Paper prepared at the International Improving Financial Literacy Conference hosted by the Russian G8 Presidency in Cooperation with the OECD*, November 29, 2006.

Holzmann, R. (2010). Bringing financial literacy and education to low and middle income countries: The need to review, adjust, and extend current wisdom. *IZA Discussion Papers 5114*, Institute for the Study of Labor (IZA).

Hopley, V. (2003), Financial education: What is it and what makes it so important, *Community Reinvestment Report, Spring 2003*, Cleveland: Federal Reserve Bank of Cleveland.

Hung, A.A., A.M. Parker, e J.K. Yoong (2009), Defining and measuring financial literacy, *Working Paper WR-708*, September 2009, Rand Corporation.

Huston, S. (2010), Measuring Financial Literacy. *Journal of Consumer Affairs*, Volume 44, Issue 2 (Summer): 296–316.

International Monetary Fund (2007), Portugal: Financial Sector Assessment Program Technical Note Investor Protection, Disclosure, and Financial Literacy. *IMF Country Report No. 07/35*, Washington, D.C.: International Monetary Fund.

Jappelli, T. e M. Padula (2011). Investment in financial literacy and saving decisions. *Working Paper No. 272*, Centre for Studies in Economics and Finance.

Lima, P. (2010), Literacia Financeira do Consumidor. *Encontro de Escolas: Desafios com Sumo. Preparar os jovens para uma vida responsável e sustentável*. DECO Jovem.

Lusardi, A. e O.S. Mitchell (2005), Financial literacy and planning: Implications for retirement wellbeing, Working Paper 2005/108, December 2005, Michigan Retirement Research Center.

Lusardi, A. e O.S. Mitchell (2007), Financial literacy and retirement planning: New evidence from the Rand American Life Panel, *Working Paper 2007-157*, October 2007, Michigan Retirement Research Center.

Lusardi, A. (2008), *Financial literacy: An essential tool for informed consumer choice? Paper No. 2009-35*, Paolo Baffi Centre Research.

Lusardi, A., O.S. Mitchell e V. Curto (2009), Financial literacy among the young: evidence and implications for consumer policy, *Working Paper 91/09*, Center for Research on Pensions and Welfare Policies.

Lusardi, A. e O.S. Mitchell (2009), How ordinary consumers make complex economic decisions: Financial literacy and retirement readiness, *Working Paper 90/09*, Center for Research on Pensions and Welfare Policies

Lyons, A.C., Y. Chang e E.M. Scherpf (2006). Translating Financial Education into Behaviour Change for Low-Income Populations. *Financial Counseling and Planning Journal*, 17(2), 27-45.

Mandell, L. (2006). Financial literacy: Improving education results of the 2006 national JumpStart survey, Washington, DC: Jumpstart Coalition, <http://rijumpstart.org/matriarch/documents/2006%20Executive%20Summary%20Draft%20Final.pdf>.

Mandell, L. (2007). Financial literacy of high school students. Em Xiao J.J. (Ed.), *Handbook of Consumer Finance Research*, New York: Springer, 163-33.

Mason, C.L.J. e R.M.S. Wilson (2000), *Conceptualising Financial Literacy. Business School research paper series*, UK: Loughborough University.

Meier, Stephan e Charles S. (2008), Discounting financial literacy: Time preferences and participation in financial education programs. *Public Policy Discussion Papers, No. 07-5*, Research Center for Behavioral Economics and Decision Making, Federal Reserve Bank of Boston.

Mendes, F.R. (2011), *Segurança Social: O Futuro Hipotecado*. Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mihalic, M. (2007), Debt is Slavery and 9 Other Things I Wish My Dad Had Thought Me About Money . Washington: *October Mist Publishing*.

Miller M., N. Godfrey, B. Levesque e E. Stark (2009). *The Case for Financial Literacy in Developing Countries: Promoting Access to Finance by Empowering Consumers*, World Bank, DFID, OECD e CGAP, <http://www.oecd.org/dataoecd/35/32/43245359.pdf>.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (2010), Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/pec/PEC2010_2013.pdf.

Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2002). *Relatório Nacional de Estratégia Sobre O Futuro Dos Sistemas de Pensões*, <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=5463&langId=p>.

Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2006). Medidas de Reforma da Segurança Social, <http://www.ugt.pt/segurancasocial11.pdf>.

Moore, D. (2003), Survey of Financial Literacy in Washington State: Knowledge, Behaviour, Attitudes and Experiences. *Technical Report 03-39*, Social and Economic Sciences Research Center, Washington State University.

Mundy, S. (2011), International Experience: Financial Literacy Strategies and Programmes. *Workshop on Financial Literacy and Financial Consumer Protection*. Moscow, Russia Federation, 4 April.

Mundy, S. (2006), *Role of Stakeholders in Financial Education and Awareness Campaigns*. G8 International Conference on Improving Financial Literacy – OCDE. Moscow, Russia Federation, 29-30 November.

Mutch, A. (1997). Information Literacy: An Exploration, *International Journal of Information Management*, Vol.17, No.5, pp.377–386.

Neves, P. D. (2011). Desenvolvimentos Internacionais da Supervisão Comportamental na Banca. *Seminário: Normas Comportamentais na Banca*, Banco de Portugal, Lisboa, 25 de Fevereiro.

Newberger, R.G. e A.L. Paulson (2009), Strategies for success in financial education, *Chicago Fed Letter*, October 2009, Number 267a, The Federal Reserve Bank of Chicago.

Orton, L. (2007). *Financial Literacy: Lessons from International Experience*. Canadian Policy Research Network - CPRN Research Report. September.

OCDE (2005), *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Recommendation of the Council*. OCDE. Paris.

OCDE (2009a), *OECD Project on Financial Education and its International Network on Financial Education*. OCDE. Paris.

OCDE (2009b). *Financial Literacy and Consumer Protection: Overlooked Aspects of The Crisis. OECD Recommendation on Good Practices on Financial Education and Awareness relating to Credit*. OCDE. Paris.

OCDE (2009c). *Framework For The Development Of Financial Literacy Baseline Surveys: A First International Comparative Analysis*. OCDE. Paris

Pahnke, L. e I. Honekamp (2010), *Different effects of financial literacy and financial education in Germany*, May 2010, MPRA – Munich Personal RePEc Archive

Retirement Commission (2010a) *National Strategy for Financial Literacy*, Wellington.

Retirement Commission (2010b) *Financial Literacy Strategy for Māori*, Wellington.

Rutledge, S.L. (2010), Consumer Protection and Financial Literacy- Lessons from nine countries studies, *Policy Research Working Paper 5326*, The World Bank – Europe and Central Asia Region Finance and Private Sector Department.

Samy, M., H. Tawfik, R. Huang e A.K. Nagar (2008), Financial literacy of youth. A sensitivity analysis of the determinant, *International Journal of Economic Sciences and Applied Research*, 1 (1), 55-70, Liverpool Hope University

Sarma, M.(2008): Index of Financial Inclusion, *Working paper No. 215*, Indian Council For Research On International Economic Relations, New Delhi.

Satchell, S. E. e O.J. Williams (2010), Social welfare issues of financial literacy, *Cambridge Working Paper in Economics 1036, August 2010*, University of Cambridge.

Schagen, S. e A. Lines (1996), *Financial Literacy in Adult Life: A Report to the*

NatWest Group Charitable Trust, Slough, Berkshire. Slough, Berkshire: National Foundation for Educational Research.

Silverblatt, A. (1995). *Media Literacy Keys to interpreting media messages*. London: Praeger.

Stanculescu, M.S. (2010), Financial Literacy in Romania 2010, *Social Research Reports*, Vol. 16, 3-57, Virtual Resources Center in Social Work.

Strümpel, B. (1976), *Economic Means for Human Needs: Social Indicators of Well-Being and Discontent*, Institute for Social Research, University of Michigan.

Taylor M., S. Jenkins e A. Sacker (2009), Financial capability and wellbeing: Evidence from the BHPS, *Ocasional Paper Series 34*, Institute for Social and Economic Research, University of Essex, Wivenhoe Park.

Tanguiane, S. (1990). *Literacy and Illiteracy in the World: Situation, Trends and Prospects*. *International Yearbook of Education*, Vol. 42. Paris: UNESCO.

Te Puni Kokiri Government (2011), Maori Demographic Trends for Economic Return, <http://www.tpk.govt.nz/en/in-print/our-publications/publications/maori-demographics-for-economic-return/download/Maori%20Demographic%20Trends%20for%20Economic%20Return.pdf>.

Tippet, J. e R. Kluvers (2007), A Practical Evaluation of an Adult Financial Literacy Programme. *International Review of Business Research Papers* Vol.3 No.2 June 2007, pp. 442 – 455.

The Money Advice Service (2011), 2011/12 Business Plan, http://www.moneyadviceservice.org.uk/assets/downloads/pdfs/businessplan_20112012.pdf.

Thorat, U. (2007), Financial Inclusion – The Indian experience, *Monthly Bulletin July 2007*, Reserve Bank of India.

UNESCO (2005). *Aspects of Literacy Assessment: Topics and issues from the UNESCO Expert Meeting*, <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001401/140125eo.pdf>.

Whitehead, D.J e T. Halil (1989), The test of economic literacy: Standardization in the U.K. *Research Papers in Economics Education*, Institute of Education, University of London.

Willis, L.E. (2008), Against Financial-Literacy Education, *Public Law Research Paper No. 08-10*; *Loyola – LA Legal Studies Paper No. 2008-13* Iowa Law Review, Vol 94, 2008; University of Penn Law School.

World Savings Banks Institute (2009). *The Contribution of Financial Education To The Enlargement Of Access To Finance. WSBI involvement, views and proposals*, http://www.wsbi.org/uploadedFiles/Position_papers/0064.pdf.

Worthington, A.C. (2004), The distribution of Financial Literacy in Australia, *Discussion papers in economics, finance and competitiveness no. 185*. Brisbane, Australia: School of Economics and Finance, Queensland University of Technology.

ANEXOS

Anexo A – Entrevista a Pedro Queiroga Carrilho, fundador da empresa *Kash* realizada por correio electrónico no dia 14 de Junho de 2011

Quais as características dos participantes do vosso curso em termos de idade, rendimento, habilitações e agregado familiar?

Muito variado, 80% tinham entre os 20 e os 35 anos. Tínhamos pessoas que queriam cortar com o endividamento, pessoas que queriam poupar e os investidores para quem a poupança já era prática corrente e querem é ganhar mais dinheiro e aumentar rendibilidades. Chegamos a fazer várias acções com a câmara de Oeiras e centros comunitários, com pessoas com RSI, para transmitir métodos e mudar paradigmas.

O número de participantes tem vindo a aumentar?

O número de participantes cresceu após a crise financeira de 2008. Há sempre interessados nos cursos de investimentos e de finanças pessoais mais genéricos. Outros mais específicos como preparação da reforma ou imobiliário sempre foram mais de nicho.

Os conteúdos são adaptados às características da audiência e às várias etapas da vida?

Os nossos eram. Essa é uma componente essencial. Se estamos a formar adolescentes os exemplos, temos de adaptar os temas. As fases financeiras ao longo da vida são muito diferentes, pelo que perceber valores líquidos, mapas de cashflow pessoal, regras de poupança e metodologias não chega. É preciso sempre adaptar.

Têm noção do impacto que os vossos cursos causaram nos participantes (aumento do bem-estar financeiro, maior controlo das finanças, aumentos dos níveis de poupança etc)?

Posso dar-lhe vários testemunhos de pessoas que após as nossas formações mudaram e melhoraram as suas finanças e acima de tudo ganharam qualidade de vida. É sempre difícil medir, mas nada como olhar para os níveis de rendimento *per capita* e os indicadores de felicidade. Para a média dos rendimentos em Portugal, ganhar um pouco mais de dinheiro vai aumentar a qualidade de vida. Se conseguirmos mostrar e consciencializar cada um para a Sua situação e dar-lhes ferramentas já ajuda muito, mas é preciso uma forte componente motivacional. O dinheiro é um grande tabu para os portugueses e as pessoas

não aprendem práticas básicas nas escolas, trazendo hábitos e práticas que podem já nem ser adequados à situação financeira actual.

A definição mais comum e mais utilizada para definir o conceito, como a capacidade de tomar decisões informadas sobre a gestão e uso do dinheiro. No entanto, o nível de conhecimentos financeiros nem sempre determina que tomemos decisões assertivas, pois existem outros factores externos que condicionam as escolhas e comportamentos. Também constata esta evidência nas pessoas frequentam o seu curso?

A avaliação é sempre difícil, mas só se não se souberem quais as métricas que se quer medir... A minha opinião é simples: leccionava cursos gratuitos para pessoas com RSI, inscreviam-se 30, apareciam 15, abriam-se os olhos a 5 e 3 mudavam os seus comportamentos e práticas financeiras para melhor. Vale a pena? Claro! Esses passam a palavra, servem de exemplo a outros e podemos combater melhor o problema da "crise" económica, financeira ou social em que vivemos. No fundo é tudo uma questão de educação e tal como se aprende o que é uma roda dos alimentos e uma alimentação saudável, também se aprende facilmente o que é uma "roda das finanças" saudáveis. Na minha opinião o principal problema não é montar os programas. É ter bons professores e formadores que apliquem o que ensinam, tenham experiência prática e não tenham problema em dar exemplos seus, pois afinal estamos a falar das finanças pessoais e não outras finanças ou economia. Temos de ser ainda mais motivadores e empenhados na mudança. Temos de leccionar temas muito básicos e apelar à valorização profissional. Temos de adaptar todos os conteúdos pois falar de geração 1000 euros é muito neste cenário. Há uma grande desconfiança e descrença que tem de ser trabalhada com as profissionais de acção social, associações e juntas de freguesia que tem contacto regular. A formação não chega e é preciso trabalho de acompanhamento regular.

Como se ensina um beneficiário do RSI a poupar?

Falando dos mesmos "rituais" e hábitos de poupança que qualquer outra pessoa pode aplicar. Tem de se cortar primeiro com endividamento se estiverem nessa situação. É algo que tem de partir de dentro e não chega falar de métodos e técnicas.

É possível tomarmos boas decisões de investimentos, se não tivermos em conta a conjuntura económica? Ou seja, é possível falarmos de literacia financeira sem falarmos de literacia económica?

Literacia económica é uma componente muito importante. Temas de inflação, dívidas públicas, dívidas externas, indicadores fundamentais e muitos outros são essenciais para quem investe. Mas não são essenciais para quem precisa de cortar com o endividamento ou poupar mais. Literacia financeira pessoal é um subconjunto muito mais específico de temas. Tipicamente no curso de CFP (Certified Financial Planning) leccionam-se temas sobre: Planeamento Financeiro; Métodos de Poupança; Impacto do endividamento; Planeamento da reforma; fiscalidade; seguros; introdução aos investimentos; sucessões e testamentos. Não é fácil compilar temas de todas estas áreas, pelo que se começa pelo essencial e vai-se gradualmente entrando em temas mais específicos, com profissionais específicos para leccionar cada um deles.

Lauren Willis no seu estudo "Against Financial Education" fala de um "excesso de confiança", como um efeito adverso causado pela participação em cursos de investimento. Também sente esse risco por parte dos formandos que frequentam os cursos sobre investimentos que ministra?

O problema da maioria dos investidores iniciais é o desconhecimento. É possível apurar erros comuns entre investidores iniciantes. O excesso de confiança depende do perfil. Se falar com as corretoras nacionais vai ver que o português prefere primeiro torrar dinheiro e depois aprender a investir (em média). Os espanhóis por exemplo já gostam de tomar decisões muito mais informadas e cuidadas. O que noto sim é uma propensão para o investimento no mercado nacional e desconhecimento de temas de análise técnica e fundamental. Excesso de confiança não encontro, pois o retorno financeiro é o melhor indicador, e a maior parte das pessoas que formei "já perdeu e já ganhou".

Anexo B – Entrevista a Rita Dias Ferreira, responsável pelo Departamento de Comunicação e Marca da Caixa Geral de Depósitos realizada por correio electrónico no dia 3 de Agosto de 2011

Que objectivos pretendem atingir com as iniciativas de promoção de educação financeira que implementam?

Uma melhor educação, com melhores conhecimentos financeiros, permite a tomada de decisões mais conscientes e favoráveis ao equilíbrio das finanças pessoais. Pessoas informadas gerem melhor a sua vida financeira e diminuem substancialmente os seus encargos, aumentando os índices de poupança. Este é o objectivo que a CGD persegue, com a consolidação do seu programa de Educação no que diz respeito à literacia financeira.

Que benefícios pode trazer para os resultados anuais da Caixa Geral de Depósitos, o aumento da literacia financeira dos seus clientes?

Clientes mais informados são capazes de fazer escolhas de finanças pessoais mais acertadas, podendo não só serem investidores e aplicarem de forma mais eficaz o seu dinheiro, para o ver crescer, o que se traduz no aumento dos índices de poupança na Caixa, como também, diminui o risco de termos clientes sobreendividados, o que previne o incumprimento bancário. Qualquer um dos casos, apresentado é benéfico para a nossa instituição bancária.

Não existe a contra-partida de clientes financeiramente mais informados, colidirem com os objectivos comerciais dos gestores de conta?

Acreditamos que o portefólio de produtos que os nossos comerciais têm por objectivo são uma mais-valia para os clientes com melhores conhecimentos financeiros, nomeadamente no que diz respeito a produtos de poupança, pelo que a literacia financeira dos nossos clientes não colide com os nossos objectivos comerciais, antes, motiva-os.

Que resultados têm obtido com as vossas iniciativas de promoção de educação financeira?

Temos conseguido chegar a públicos vastos: desde a nossa acção permanente com uma agência da Caixa no parque KidZania, que permite aos mais novos conhecerem e dominarem a linguagem bancária, passando pelo Portal Ciclo da Poupança, onde

ensinamos de forma lúdica aos mais jovens a importância de poupar, não só dinheiro, mas também recursos, até ao nosso projecto Educação + onde uma exposição itinerante, que percorre 22 localidades ensina às crianças do 7 aos 17 importantes conceitos de literacia financeira. A par destes projectos temos continuamente um investimento importante no nosso site Saldo Positivo, que nasceu em 2008, com o objectivo de, primeiro, promover a educação financeira e, depois, prevenir o endividamento. Este é um inovador projecto de literacia financeira, que disponibiliza um *site* onde clientes e não clientes podem obter esclarecimentos sobre a gestão do seu dinheiro, clarificar alguns conceitos financeiros, desenvolver um programa de acção que visa o combate ao sobre-endividamento, traduzido numa maior responsabilidade da gestão do rendimento pessoal e familiar, que incentive a poupança e o investimento.

A adesão do público a estas iniciativas é esmagadora, por exemplo o Saldo Positivo teve no ano passado quase 200.000 visitantes, que interagem colocando perguntas e esperando respostas, pelo que se vê que temos um país sedento de conhecimentos financeiros.

A Caixa Geral de Depósitos por ser um banco público tem alguma responsabilidade acrescida em promover educação financeira, face aos outros bancos?

Não cabe à Caixa pronunciar-se sobre o papel diferenciador que deve ou não ter dos outros bancos, cabe assumir as responsabilidades socioeconómicas que sempre teve desde a sua fundação. A CGD é uma instituição financeira com uma forte tradição de envolvimento com a Comunidade onde se insere. Neste sentido, sempre procurou a promoção das melhores práticas, o encontro das melhores respostas aos problemas e desafios da sociedade portuguesa. Este relacionamento privilegiado com a sociedade civil resulta, por um lado da dimensão da Rede de Agências e, por outro, do facto da Responsabilidade Social fazer parte da identidade da Caixa. No contexto da sociedade actual, em que «a crise» passou a estar na ordem do dia, em contraponto ao desenfreado consumismo a que as novas gerações têm sido habituadas, surgiu a necessidade de educar para poupar, de educar para saber gastar. A actuação da Caixa neste domínio traduz-se nas múltiplas acções desenvolvidas na promoção da educação para poupança e para consumo consciente e informado. Assim, a CGD reforçou o investimento na literacia financeira, assumindo-se esta, como uma das suas principais missões de responsabilização social.

